

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

A RELEVÂNCIA E UTILIDADE DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - A
PERCEÇÃO DOS GESTORES DAS PME

Mónica Miranda Meireles Santos

Lisboa, setembro de 2014

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

A RELEVÂNCIA E UTILIDADE DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - A
PERCEÇÃO DOS GESTORES DAS PME

Mónica Miranda Meireles Santos

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras, realizada sob a orientação científica do Mestre Pedro Miguel Baptista Pinheiro, Equiparado a Assistente do 2.º Triénio, Área de Contabilidade e Auditoria.

Constituição do Júri:

Presidente: Doutor Joaquim Martins Ferrão

Arguente: Especialista Fernando Marques de Carvalho

Vogal: Mestre Pedro Baptista Pinheiro

Lisboa, setembro de 2014

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

«Para realizar grandes conquistas, devemos não apenas agir, mas também sonhar; não apenas planear, mas também acreditar.»

Anatole France

Agradecimentos

Os meus agradecimentos são para todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a persecução deste objetivo a que me propus nesta etapa da minha formação académica.

Embora não seja possível expressar todo o meu reconhecimento, este espaço é dedicado àqueles que pela sua colaboração, compreensão, apoio, motivação, força e amizade, permitiram acreditar e realizar esta dissertação de Mestrado.

Um especial agradecimento à minha mãe, por toda a amizade, motivação, colaboração e apoio incondicional nesta e em todas as fases da minha vida.

Aos meus avós de sempre, Odete e Antero, amigos incondicionais, agradeço por todo o amor, carinho, compreensão e apoio.

Ao Pedro, meu melhor amigo e companheiro, agradeço por todo o amor, carinho, compreensão, motivação e pela extrema paciência.

À restante família, pai, irmão, prima, tios e avós paternos, agradeço por tudo.

Ao meu orientador, Pedro Pinheiro, agradeço por todo o apoio, disponibilidade e sugestões prestadas ao longo desta dissertação.

A todos os amigos, agradeço pela amizade e pela compreensão demonstrada perante as minhas ausências.

A todos os colegas de Mestrado, particularmente, àqueles que partilharam comigo horas de estudo e também momentos de descontração, agradeço pela ajuda ao longo da parte curricular deste Mestrado.

Por último, agradeço a todos os inquiridos que participaram no estudo e cujas respostas permitiram obter resultados.

Um muito obrigada a todos.

Resumo

As Pequenas e Médias Empresas (PME) constituem um segmento de extrema importância quer a nível europeu quer a nível nacional, representando a quase totalidade do tecido empresarial português e a maior fonte potencial de emprego e crescimento.

Atualmente, num mercado global, caracterizado pela competitividade e instabilidade, torna-se cada vez mais importante para as PME a necessidade de obter informações úteis que as auxiliem a gerir de forma eficiente os seus negócios. Neste sentido, a contabilidade tornou-se vital no sucesso da organização como forte instrumento para a tomada de decisão, deixando a sua anterior e simples função de registo.

Considerando a importância das PME no cenário económico, e reconhecendo o contributo da informação contabilística no processo de tomada de decisão, este estudo foca-se na perceção dos gestores das PME, enquanto principais intervenientes no processo de elaboração das demonstrações financeiras, no que concerne à relevância e à utilidade que atribuem às demonstrações financeiras, no seio da organização.

Porém, as PME nem sempre se encontram totalmente preparadas para superar os atuais e constantes desafios, sendo os seus procedimentos contabilísticos direcionados, maioritariamente, para as exigências fiscais, o que é contraditório com os reais objetivos da contabilidade.

Palavras-chave: Pequenas e Médias Empresas, Tomada de Decisão, Perceção dos Gestores, Relevância, Utilidade, Demonstrações Financeiras.

Abstract

Small and Medium-Sized Entities (SME's) are a very important segment both at European level and at national level, representing almost all the Portuguese business and the largest potential source of jobs and growth.

Nowadays, in a global market, characterized by instability and competitiveness, it becomes increasingly important for SME's to obtain useful information that help them efficiently manage their businesses. In this sense, accounting has become vital to the success of the organization as a powerful tool for decision making, leaving its previous simple registration function.

Considering the SME's importance in the economic environment, and recognizing the contribution of accounting information in the decision-making process, this study is focused on SME's manager's perceptions as key players in the financial reporting process, with regard to the relevance and utility that they attach to the financial statements, within the organization.

However, SME's are not always fully prepared to overcome the current and ongoing challenges, and its accounting procedures are mostly related, with tax requirements, which is a contradiction bearing in mind the real objectives of accounting.

Keywords: Small and Medium-Sized Entities, Decision Making, Manager's Perceptions, Relevance, Utility, Financial Statements.

Índice

Índice de tabelas	xi
Índice de quadros.....	xii
Índice de figuras	xiii
Lista de abreviaturas	xiv
1. Introdução.....	1
1.1 Objeto de estudo	1
1.2 Objetivo do estudo	2
1.3 Metodologia utilizada	3
1.4 Estrutura da dissertação	4
2. Revisão da Literatura.....	6
2.1 Contabilidade - evolução e objetivos.....	6
2.2 SNC - um modelo assente em princípios.....	10
2.3 Normativos contabilísticos aplicáveis em Portugal	13
2.4 EC - uma referência teórica	17
2.4.1 Os utentes e as suas necessidades de informação.....	17
2.4.2 O conjunto completo das demonstrações financeiras.....	21
2.4.2.1 Balanço - informação acerca da posição financeira.....	24
2.4.2.2 Demonstração dos resultados - informação acerca do desempenho	25
2.4.2.3 Demonstração das alterações no capital próprio	26
2.4.2.4 Demonstração de fluxos de caixa - informação acerca da liquidez	26
2.4.2.5 Anexo - informação adicional para uma melhor compreensão.....	29
2.4.3 As características qualitativas da informação.....	31
2.5 PME - as impulsionadoras da economia.....	34
2.5.1 Conceito de PME.....	35
2.5.2 Relevância económico-social das PME.....	37
2.5.3 Especificidades das PME.....	39

2.6	A utilidade da informação contabilística	44
2.6.1	A influência do gestor na utilidade da informação contabilística	47
2.6.2	A informação contabilística no atendimento das exigências fiscais.....	48
2.6.3	A informação contabilística no processo de tomada de decisão	50
3.	Metodologia da investigação	57
3.1	Introdução	57
3.2	Objetivos e hipóteses do estudo	58
3.3	Método de recolha e técnicas de análise de dados	62
3.3.1	Inquérito por questionário	62
3.3.2	Técnicas de análise de dados	65
3.4	Universo e amostra do estudo	65
4.	Estudo empírico.....	67
4.1	Análise descritiva do estudo	67
4.1.1	Caraterização das empresas inquiridas	67
4.1.2	Caraterização do elemento com funções de gestão nas empresas inquiridas	69
4.1.3	Caraterização da contabilidade e a sua importância para o gestor	72
4.2	Análise das hipóteses formuladas	81
4.3	Conclusões do estudo.....	91
5.	Conclusões, limitações e perspetivas futuras	97
5.1	Conclusões finais	97
5.2	Limitações do estudo	98
5.3	Sugestões para possíveis investigações futuras	99
	Referências Bibliográficas.....	100
	APÊNDICE 1: Objetivos e hipóteses de investigação	107
	APÊNDICE 2: Inquérito por questionário	108
	APÊNDICE 3: <i>E-mail</i> de apresentação do inquérito.....	114

Índice de tabelas

Tabela 2.1 Regimes aplicáveis em Portugal	16
Tabela 2.2 Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de empresas.....	36
Tabela 2.3 Limites para integração na NCRF-PE ou na NCM.....	36
Tabela 2.4 Empresas e emprego nas PME (UE-27), 2012	38
Tabela 2.5 Empresas e emprego nas PME (PT), 2011	39
Tabela 2.6 Importância da informação contabilística nas decisões estratégicas e operacionais.....	53
Tabela 4.1 Setor da empresa.....	67
Tabela 4.2 Início de atividade da empresa.....	68
Tabela 4.3 Número médio de colaboradores da empresa	68
Tabela 4.4 Volume anual de negócios da empresa (em euros).....	69
Tabela 4.5 Total de ativo da empresa (em euros).....	69
Tabela 4.6 Idade do inquirido.....	70
Tabela 4.7 Experiência profissional do inquirido em funções de gestão	72
Tabela 4.8 Importância atribuída a cada demonstração financeira.....	75
Tabela 4.9 Característica qualitativa inerente a cada demonstração financeira	77
Tabela 4.10 Importância atribuída a cada utente das demonstrações financeiras	79
Tabela 4.11 Importância das demonstrações financeiras para as diversas finalidades.....	80

Índice de quadros

Quadro 4.1 Importância atribuída às demonstrações financeiras <i>versus</i> número de colaboradores.....	81
Quadro 4.2 Importância atribuída às demonstrações financeiras <i>versus</i> volume de negócios.....	82
Quadro 4.3 Importância atribuída às demonstrações financeiras <i>versus</i> total de ativo.....	83
Quadro 4.4 Serviço de contabilidade <i>versus</i> Número de colaboradores.....	84
Quadro 4.5 Importância atribuída às demonstrações financeiras <i>versus</i> serviço de contabilidade.....	85
Quadro 4.6 Importância atribuída às demonstrações financeiras no cumprimento obrigações fiscais <i>versus</i> serviço de contabilidade.....	86
Quadro 4.7 Importância atribuída às demonstrações financeiras <i>versus</i> habilitações literárias do gestor	87
Quadro 4.8 Importância atribuída às demonstrações financeiras <i>versus</i> área de formação do gestor	87
Quadro 4.9 Importância atribuída às demonstrações financeiras <i>versus</i> experiência do gestor	88
Quadro 4.10 Dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras <i>versus</i> habilitações literárias do gestor	88
Quadro 4.11 Dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras <i>versus</i> área de formação do gestor	89
Quadro 4.12 Importância atribuída às demonstrações financeiras <i>versus</i> proprietário/gestor	90
Quadro 4.13 Área de formação <i>versus</i> proprietário/gestor	90

Índice de figuras

Figura 4.1 Cargo/função do inquirido	70
Figura 4.2 Habilitações literárias do inquirido	71
Figura 4.3 Caraterização do serviço de contabilidade.....	72
Figura 4.4 Grau de importância atribuído às demonstrações financeiras.....	74
Figura 4.5 Grau de dificuldade atribuído às demonstrações financeiras.....	76
Figura 4.6 Frequência de análise das demonstrações financeiras	77
Figura 4.7 Indispensabilidade de contabilidade organizada.....	80

Lista de abreviaturas

BADF - Bases para a apresentação de demonstrações financeiras

CC - Código de contas

CEE - Comunidade Económica Europeia

CIRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CLC - Certificação Legal das Contas

CNC - Comissão de Normalização Contabilística

CSC - Código das Sociedades Comerciais

EC - Estrutura Conceptual

ESNL - Entidades do Setor não Lucrativo

IAS - International Accounting Standards

IASB - International Accounting Standards Board

IFRS - International Financial Reporting Standards

IFRS for SMEs - International Financial Reporting Standard for Small and Medium-Sized Entities

MDF - Modelos de demonstrações financeiras

NCM - Normalização Contabilística para as Microentidades

NCRF - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

NCRF 1 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro 1

NCRF 2 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro 2

NCRF-PE - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades

NI - Normas interpretativas

PME - Pequenas e Médias Empresas

POC - Plano Oficial de Contas

SME's - Small and Medium Sized Entities

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

TOC - Técnico Oficial de Contas

UE - União Europeia

1. Introdução

O presente capítulo alude ao objeto e ao objetivo de estudo desta dissertação, que consiste na análise da percepção dos gestores das PME no que concerne à relevância e utilidade da informação contabilística, inclui ainda a identificação dos objetivos estipulados, a metodologia utilizada e a forma como foi estruturada a dissertação.

1.1 Objeto de estudo

Atualmente a informação contabilística constitui uma ferramenta imprescindível para o sucesso das atividades empresariais, pelo que esta deve estar disponível no sentido de dar resposta às necessidades de informação dos vários utentes, designadamente na tomada de decisão dos gestores. A utilidade dessa informação financeira encontra-se intrinsecamente relacionada quer com a qualidade, tendo em conta que as decisões tomadas dependem da qualidade da informação na qual assentam, quer com a celeridade com que a mesma é divulgada, tendo em consideração o atual ritmo em que se processam as várias operações.

Paralelamente, as PME representam um papel central na estrutura empresarial portuguesa, não se limitando a sua importância somente a nível nacional mas também a nível europeu, a Comissão Europeia (2013) refere os 20 milhões de PME europeias, em 2012, como representativos de um importante papel na economia europeia (99,8% da totalidade das empresas). No cenário nacional, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2011 existiam em Portugal 1.110.905 PME, representativas de cerca de 99,9% do total das empresas, e contribuindo com cerca de 78,5% para o emprego em Portugal (INE, 2013). Alinhado ao seu peso no tecido empresarial português, esta dimensão de empresas para além do seu contributo ao nível da criação de emprego, do volume de negócios realizado e do valor acrescentado bruto nacional, constitui umas das principais impulsionadoras de competências empresariais e de inovação.

Identificadas as PME como o segmento empresarial que representa a quase totalidade da estrutura empresarial nacional e a maior fonte potencial de emprego e crescimento, e reconhecendo o contributo da informação contabilística no processo de tomada de decisão, este estudo foca-se na percepção dos gestores das PME no que concerne à relevância que

atribuem à utilização da informação contabilística, enquanto principais intervenientes no processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Assim, este estudo, revelando a percepção dos gestores das PME, reveste-se de importância como forma de consciencializar os gestores, deste significativo segmento das empresas portuguesas, da contribuição e dos potenciais benefícios que a informação contabilística pode oferecer, apoiando a gestão dessas empresas na melhoria contínua das suas atividades empresariais e no desenvolvimento de competências para o incremento de oportunidades competitivas exigidas pelo mundo atual. Cumulativamente, sendo esta uma temática pouco abordada em Portugal, o presente estudo tem também como objetivo contribuir para estimular o desenvolvimento de outras investigações.

A nível nacional, identifica-se alguma insuficiência de investigações dentro desta temática da informação financeira, sendo que as existentes, na sua generalidade, não têm suporte empírico (Rosa, 2013).

1.2 Objetivo do estudo

Considerando a importância das PME no cenário económico, este estudo tem como principal objetivo aferir, junto de um universo constituído por PME, a percepção dos seus gestores quanto à relevância que atribuem à utilização da informação contabilística no âmbito das suas organizações e no contexto da tomada de decisão.

Para prossecução do objetivo geral desta investigação, foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- i. Verificar a existência de relação entre a relevância atribuída à informação contabilística e as variáveis relacionadas com a empresa e com o gestor.
- ii. Demonstrar a percepção dos gestores das PME quanto à característica qualitativa mais evidente em cada demonstração financeira, e consequente, importância e utilidade atribuída a cada uma.
- iii. Identificar, na perspetiva dos gestores, quais os utentes que maior atenção prestam a cada uma das demonstrações financeiras.
- iv. No conjunto da utilidade conferida às demonstrações financeiras, avaliar para que fins a sua utilização tem uma maior predominância.

Para melhor compreensão dos objetivos desta investigação este estudo inclui uma pesquisa bibliográfica com incidência em aspetos relevantes e interligados com a temática em análise e uma investigação empírica para, com base na interpretação dos resultados obtidos, procurar alcançar os objetivos pré-definidos.

Assim, pretende-se aferir se as PME, dada a sua importância económica no panorama nacional, atribuem a devida importância ao papel da informação contabilística como meio de fornecer informações, sobre a posição financeira, o resultado e o fluxo de caixa de uma entidade, fator determinante para a tomada de decisão.

1.3 Metodologia utilizada

O presente estudo iniciou-se com a pesquisa bibliográfica com foco no principal objetivo descrito no ponto anterior e em toda a temática subjacente ao mesmo, para uma melhor compreensão do tema. Tal como refere Bell (2002: 51), «[q]ualquer investigação [...] implica a leitura do que outras pessoas já escreveram sobre a área do seu interesse, recolha de informações que fundamentem ou refutem os seus argumentos e redação das suas conclusões». A pesquisa bibliográfica focou-se em monografias, artigos académicos e de carácter científico, dissertações/teses, atas de congressos, documentação governamental e diplomas legais, caracterizando-se pela procura de informação revestida de credibilidade e de importância na área, para realização deste estudo.

A pesquisa bibliográfica foi continuada ao longo desta dissertação, em simultâneo, com a elaboração da revisão da literatura, que deve aludir ao «estado do conhecimento de determinado tema e das questões mais importantes que se colocam na área a ser investigada» (*ibid.*: 54), e com a elaboração e preparação da investigação empírica, que se fundamentou num inquérito por questionário, procedimento considerado como o mais adequado para o alcance do objetivo pretendido. O inquérito foi disponibilizado, através de correio eletrónico, às 228 empresas às quais foi atribuído o Estatuto PME Excelência no ano de 2011, sedeadas no distrito de Lisboa, empresas essas que se evidenciaram pelos melhores desempenhos económico-financeiros e de gestão.

Após a coleta e tratamento dos dados dos questionários obtidos, procurou-se estabelecer conclusões relativamente aos objetivos pressupostos.

1.4 Estrutura da dissertação

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos, sendo eles, a introdução, a revisão da literatura, a metodologia da investigação, o estudo empírico e a conclusão do estudo.

O capítulo da introdução inclui, o objeto de estudo desta dissertação (com inclusão da justificativa para a escolha do tema), os objetivos pretendidos com a mesma, a metodologia e a estrutura da dissertação.

O capítulo da revisão da literatura, em termos gerais, inclui uma série de temáticas relacionadas e interligadas para melhor entendimento do tema base da dissertação apresentada, nomeadamente: i) o enquadramento teórico da contabilidade, a sua evolução e os seus objetivos; ii) o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) como um marco importante na contabilidade em Portugal; iii) os vários normativos aplicáveis em Portugal considerando a existência de procedimentos contabilísticos específicos para entidades com características diferentes; iv) a Estrutura Conceptual (EC) como orientação básica do atual normativo, com foco na identificação dos utentes e das suas necessidades de informação, no conjunto completo das demonstrações financeiras e nas qualidades/características da informação contabilística. De seguida, tendo em consideração a temática do estudo, após descrição de alguns conceitos necessários à compreensão do tema, foi crucial reconhecer a importância das PME na economia, nomeadamente, o conceito de PME, a importância a nível nacional e europeu e as peculiaridades deste tipo de empresas. Por fim, retratou-se a utilidade da informação contabilística no atendimento das exigências fiscais, no processo de tomada de decisão, bem como, a existência de relação entre essa utilidade e a formação do próprio gestor. De salientar que ao longo deste capítulo serão citadas várias investigações sobre a importância e a utilização da informação contabilística a nível nacional e internacional, passíveis de análise comparativa com o estudo empírico desta dissertação.

O capítulo da metodologia da investigação inclui os procedimentos adotados no desenvolvimento do estudo empírico, fundamentando-se nos objetivos propostos, nas hipóteses que se pretende validar, na caracterização do método de recolha e técnicas de análises de dados adotadas e na caracterização da população e da respetiva amostra do estudo.

O capítulo do estudo empírico, fundamentado na teoria, inclui as análises e tratamento da recolha de dados. Numa primeira fase procedeu-se à análise descritiva do estudo analisando individualmente cada variável, através de representações gráficas, caracterizando a empresa e o inquirido, e a importância atribuída pelo gestor às demonstrações financeiras. Numa segunda fase procedeu-se a uma análise cruzada entre as variáveis com o objetivo de dar resposta às hipóteses de investigação previamente formuladas. Por fim, com base nestas técnicas de análise de dados procedeu-se à formulação das respetivas conclusões do estudo empírico.

O capítulo da conclusão apresenta uma síntese da investigação aludindo às principais conclusões extrapoladas dos resultados obtidos no estudo empírico. São apontadas ainda as principais limitações inerentes a este estudo e sugere-se perspectivas de investigações futuras.

2. Revisão da Literatura

O capítulo que se segue abarca a revisão da literatura que inclui o conhecimento já existente acerca da temática e que se apresenta como a base que sustenta a investigação.

Após descrição de alguns conceitos necessários à compreensão da informação contabilística, procedeu-se ao reconhecimento das PME enquanto segmento alvo deste estudo e retratou-se a importância e utilidade da informação contabilística, designadamente, através da percepção dos gestores desta dimensão de empresas.

2.1 Contabilidade - evolução e objetivos

O nascimento da contabilidade, termo proveniente, etimologicamente da palavra conta, sinónimo de cálculo e contagem, surgiu da necessidade de registar factos da vida económica, como complemento às limitações da memória, num processo de classificação e registo necessário para o controlo das sucessivas operações patrimoniais. Neste sentido, a história da contabilidade encontra-se intrinsecamente ligada com a evolução da civilização, designadamente, com a evolução do homem e da sociedade, a qual contribuiu para registos de maior complexidade e qualidade inerentes à contabilidade atual (Borges, Rodrigues e Rodrigues, 2010; Sá, 1999). Assim, a contabilidade enquanto sistema de escrita, «surgiu através da interação e integração de grande número de eventos, fatores históricos, com a participação de várias civilizações e vários povos» (Iudícibus, Martins e Carvalho, 2005: 9).

Frei Luca Pacioli, figura notável da área da contabilidade, em finais do século XV, através da sua obra divulgou o método das partidas dobradas (método de Veneza), onde ensinou a registar e sugeriu algumas práticas comerciais e burocráticas (Sá, 1999; Borges *et al.*, 2010), embora não se conheça o verdadeiro “inventor” deste método, indubitavelmente foi Pacioli que lhe atribuiu uma essência quantitativa (Iudícibus *et al.*, 2005). De forma idêntica, Monteiro (2004) alude a Pacioli, referindo que a ele não pode ser atribuída a paternidade da contabilidade e que, mesmo o método da partida dobrada não terá sido inventado por ele. Pacioli foi, apenas, expositor de um método, resultante de uma lenta evolução dos anteriores métodos de registo.

Sá (1999) refere que o método das partidas dobradas, baseado numa equação, traduz a explicação da origem (débito) e do efeito (crédito) do fenómeno patrimonial, sendo registada uma igualdade de valor entre a causa e o efeito de cada acontecimento ocorrido no património, Monteiro (2004) considerou-o como o mais completo, lógico e coerente do registo contabilístico.

Em Portugal, as partidas dobradas foram aplicadas à contabilidade pública portuguesa no século XVIII (*ibid.*).

Ao longo da história, em paralelo com o crescimento da atividade comercial, o desenvolvimento económico dos diferentes países e a revolução industrial com o crescimento das empresas, despoletou a necessidade de mais apuradas técnicas administrativas (*ibid.*).

Com todas as alterações inerentes ao desenvolvimento do comércio, o património tornou-se muito mais complexo, com uma grande diversidade de bens, direitos e obrigações, e a contabilidade tornou-se um meio crucial de obtenção de informação da riqueza patrimonial.

Aquando do surgimento da informática, após a 2.^a Guerra Mundial, observou-se um notável crescimento da importância da contabilidade enquanto instrumento de gestão e controlo, ou seja, a informática valorizou a contabilidade permitindo um processamento de informação em tempo útil, mais credível e de qualidade (Barata, 1998).

Atualmente, com a ausência de barreiras ao comércio, o aumento e a sofisticação das operações comerciais e financeiras a nível global, originou maior exigência de informação financeira por parte de acionistas, financiadores, fornecedores, clientes, entre outros, no sentido de satisfazer as suas necessidades, que podem ser variadas (Borges *et al.*, 2010). A utilidade da informação financeira, devido ao ritmo com que, atualmente, se processam as várias operações encontra-se intrinsecamente relacionada com a celeridade com que a mesma é divulgada, sendo este, o atual desafio colocado à contabilidade enquanto sistema de informação (Grenha, Cravo, Baptista e Pontes, 2009).

Em ambientes económicos incertos, caraterísticos do mundo atual, a contabilidade deve acompanhar as alterações da sociedade, devendo manter o carácter de prudência e de

qualidade das informações contabilísticas transmitidas aos agentes económicos, assegurando, desta forma, a sua credibilidade e utilidade (Szüster, Szüster e Szüster, 2005).

Com base na evolução passada da temática da contabilidade, que «decorreu do registo dos efeitos das transações entre a entidade e o mundo exterior» (*ibid.*: 21), e por mais completa que a mesma se apresente, não é possível uma definição perfeita da contabilidade nem tão pouco do que a mesma possa vir a representar, embora, se possam retirar algumas generalizações com certas reticências (Iudícibus *et al.*, 2005).

Conforme Iudícibus *et al.* (2005: 18),

[é] confortante poder expressar as dimensões atuais da Contabilidade como uma forma eficaz de avaliação de desempenho económico e financeiro (e social) de entidades e gestores; como insumo essencial para a tomada de decisões económico-financeiras; como instrumento de *accountability* eficiente de qualquer gestor de recursos perante a sociedade. Isso é um fato. Acredita-se que a Contabilidade possa evoluir muito mais, mas a dimensão e a direção dessa evolução dependem de muitos fatores institucionais, económicos e sociais.

Para Borges *et al.* (2010: 31), a contabilidade «[...] é vista como um sistema de informação indispensável para a tomada de decisão, pois ela constitui o *interface* entre a fonte de informação, a organização, e os utilizadores dessa mesma informação [...]». Contudo, este sistema representa, primeiramente, um sistema de informação para apresentar a situação económico-financeira do património das organizações.

Scorte, Cozma e Rus (2009: 197) conceptualizam a contabilidade da seguinte forma, «*[a]ccounting is therefore intended to bring light. It presents the state of the company's patrimony, its financial state and the results of the activity developed by this*».

Não se restringindo apenas a um instrumento de registo de dados, a contabilidade através das informações fornecidas pelos registos contabilísticos e, consequentes, demonstrações financeiras, permite identificar a origem dos problemas, auxiliando a entidade na identificação das suas causas e não apenas na reparação dos seus efeitos (*ibid.*).

O objetivo fundamental da contabilidade é facultar informações aos interessados, quer sejam informações úteis no processo de tomada de decisão destinadas aos utilizadores internos, quer sejam informações, usualmente apresentadas nas demonstrações financeiras, destinadas aos utilizadores externos, por exemplo acionistas, investidores, instituições

financeiras e instituições públicas. Como tal, na literatura são identificadas duas áreas dentro do sistema de contabilidade, a contabilidade financeira e a contabilidade de gestão. A contabilidade financeira proporciona informações acerca da posição, do desempenho e das alterações na posição financeira, e a contabilidade de gestão, sendo uma parte dinâmica da contabilidade, foca-se na constante procura de soluções, na redução de gastos e na utilização eficiente dos recursos da entidade com vista ao alcance da melhoria dos resultados (*ibid.*).

Neste seguimento, e de uma forma geral, o objetivo das demonstrações financeiras, as quais constituem, segundo Lungo e Alves (2013: 115) «o output, por excelência, da contabilidade», é proporcionar o conhecimento da situação real da organização acerca da posição financeira (obtida através do balanço), do desempenho económico (através da demonstração dos resultados) e das alterações na posição financeira (através de uma demonstração separada), auxiliando na tomada de decisões internas e o mercado em geral. A qualidade das decisões tomadas depende da qualidade da informação, na qual se fundamentam. É, então, exigível ao profissional de contabilidade que a informação útil proporcionada aos utentes seja confiável e tempestiva, assente nos princípios contabilísticos geralmente aceites, os quais garantem a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade (Cunha, 1998; Amorim e Silva, 2012; Aviso n.º 15652/2009).

Contextualizando os objetivos das demonstrações financeiras, enquanto *output* da contabilidade, investigações neste âmbito procuram identificar quais os principais benefícios geradas por estas. As investigações descritas infra, atendendo somente ao foco deste trabalho foram direcionadas a PME. Lungo e Alves (2013) através de um estudo às PME de Luanda e de Lisboa, constataram que o principal objetivo das demonstrações financeiras, na perceção dos gestores, é a prestação de contas aos sócios/acionistas e proprietários da empresa, seguindo-se a satisfação das necessidades de informação de outros utilizadores, para as empresas angolanas, e o cumprimento das obrigações legais, para as empresas portuguesas. A investigação de Collis e Jarvis (2000) também a uma amostra de pequenas empresas do Reino Unido, concluiu que o principal benefício das demonstrações financeiras nestas empresas é a verificação dos resultados, apontando como principais finalidades dessas demonstrações, a determinação da remuneração dos

administradores, a comparação do desempenho da empresa com períodos transatos e a obtenção de financiamentos.

Após breve enquadramento da contabilidade, da sua evolução e dos seus objetivos, é vital retratar um marco bastante significativo na contabilidade, a harmonização contabilística. Com o desenvolvimento da atividade económica internacional, que originou a interdependência entre os países, surgiu a necessidade de harmonizar e consensualizar as diferentes práticas contabilísticas dos diferentes países e, em consequência dessa necessidade, em Portugal foi criado o SNC em alinhamento com as diretivas e regulamentos da União Europeia (UE).

2.2 SNC - um modelo assente em princípios

O estudo da normalização contabilística em Portugal, iniciou-se após abril de 1974, com o intuito de evitar, essencialmente, a evasão fiscal, mas também de instituir um plano de contas consistente e comparável entre as empresas, uniformizar os conceitos contabilísticos e definir claramente os critérios de contabilidade, oferecendo uma maior confiança na apreciação dos elementos apresentados pelas empresas (Baptista da Costa e Alves, 2008).

Assim, com a publicação do Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro, foi criada a comissão responsável pela investigação da normalização contabilística em Portugal designada por Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e, simultaneamente, foi aprovado o Plano Oficial de Contas (POC). Contudo este plano foi objeto de sucessivos ajustes ao longo dos anos, iniciando-se com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) e com a obrigatoriedade de adaptação dos nossos normativos às diretivas comunitárias. Nomeadamente com a Diretiva 78/660/CEE (4.ª Diretiva) que deu origem à publicação do Decreto-Lei n.º 410/89 que efetuou vários ajustes ao existente POC, com a Diretiva 83/349/CEE (7.ª Diretiva) através da publicação do Decreto-Lei n.º 238/91 que criou as normas relativas à consolidação de contas e ajustamentos ao POC. Seguido de outras, tais como a Diretiva n.º 2001/65/CE que introduziu o sistema de inventário permanente, a demonstração de resultados por funções, a demonstração de fluxos de caixa e as condições de aplicação do justo valor e outras alterações às diretivas já existentes. Devido às constantes alterações ocorridas na realidade económico-financeira ao longo dos anos, os princípios contabilísticos do POC apresentaram-se insuficientes para as empresas de maior

dimensão e careciam de revisão técnica em determinados aspetos (Decreto-Lei n.º 158/2009). Conjuntamente com a adoção e utilização, pela UE, das normas internacionais de contabilidade do *International Accounting Standards Board* (IASB), a *International Accounting Standards* (IAS) e a *International Financial Reporting Standards* (IFRS), prevista no Regulamento (CE) n.º 1606/2002, Portugal através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, revogou o POC e aprovou o SNC, com efeito a partir de 1 de janeiro de 2010, no sentido de se equiparar à UE tendo sempre em conta as características das empresas portuguesas (Baptista da Costa e Alves, 2008; Decreto-Lei n.º 158/2009).

Entretanto, em 26 de junho de 2013, o Parlamento Europeu publicou a nova Diretiva da contabilidade, a Diretiva 2013/34/UE, que revoga a anterior 4.^a e 7.^a Diretiva, e terá de ser transposta até julho de 2015 e aplicada em 2016. Esta Diretiva preocupa-se essencialmente com as pequenas empresas e pretende reduzir os encargos administrativos e simplificar os procedimentos para este tipo de empresas, limitando as exigências de informação que atualmente lhes são impostas. Pretende ainda harmonizar as exigências em todos os países da UE, distanciando-se do conteúdo das normas emitidas pelo IASB, as IAS/IFRS, nas quais o SNC se baseia. Contudo, esta redução de exigências poderá influenciar a qualidade da informação financeira, reduzindo a confiança e a credibilidade da informação contida nas demonstrações financeiras necessárias aos utentes no processo de tomada de decisão (Silva, 2014).

Não obstante a Nova Diretiva, importa caracterizar o SNC o qual, segundo o parágrafo 1.2 do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009 (2009: 4380), é definido como,

[...] um modelo de normalização assente mais em princípios do que em regras explícitas e que se pretende em sintonia com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adoptadas na União Europeia (UE), bem como coerente com a Diretiva n.º 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978 (Quarta Diretiva), e a Diretiva n.º 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983 (Sétima Diretiva), que constituem os principais instrumentos de harmonização no domínio contabilístico na UE.

Neste sentido, o Aviso n.º 15655/2009 homologou as 28 Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), integradas no SNC, que representam o

[...] núcleo central do SNC, adaptadas a partir das normas internacionais de contabilidade adoptadas pela UE, cada uma delas constituindo um instrumento de normalização onde, de modo desenvolvido, se prescrevem os vários tratamentos técnicos a adoptar em matéria de reconhecimento, de mensuração, de apresentação e de divulgação das realidades económicas e financeiras das entidades (Decreto-Lei n.º 158/2009: 4376).

De acordo com Grenha *et al.* (2009: 18) a utilidade da informação financeira,

[...] poderá ser maximizada através da intensificação da harmonização contabilística tendo em vista a obtenção de bases mínimas comuns internacionalmente aceites, que permita que cada um dos países, ao estabelecer o seu próprio modelo de normalização o faça à medida das suas necessidades, mas garantindo a comparabilidade da informação produzida pelas suas empresas com aquela que é produzida por entidades localizadas em países terceiros.

Pelo que após a implementação do SNC é expectável que as diferentes demonstrações financeiras sejam interpretadas de igual forma quer por entidades nacionais quer por entidades internacionais (Costa, 2009).

Este novo modelo é constituído pela EC, pelas bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF), por modelos de demonstrações financeiras (MDF), pelo código de contas (CC), pelas NCRF, pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) e pelas normas interpretativas (NI), os quais serão definidos de seguida (Baptista da Costa e Alves, 2008; Decreto-Lei n.º 158/2009; Aviso n.º 15652/2009).

A EC não é uma norma, é um documento autónomo que se destina a auxiliar na preparação e apresentação das demonstrações financeiras tratando dos objetivos das demonstrações financeiras, das características qualitativas da informação, da definição, do reconhecimento e mensuração dos elementos das demonstrações e dos conceitos e manutenção de capital, sendo, portanto, uma referência teórica essencial do SNC. As BADF indicam os critérios pelos quais um conjunto completo de demonstrações financeiras deve reger-se, ou seja, o seu âmbito, finalidade e componentes, os pressupostos subjacentes, a consistência de apresentação, a materialidade e agregação, a compensação e a informação comparativa. Os MDF são modelos padronizados, mas flexíveis, das demonstrações financeiras publicados através de uma portaria, podendo as pequenas entidades optar pelos também publicados

modelos reduzidos. O CC constitui uma estrutura codificada e uniformizada de contas que inclui um quadro síntese de contas, o código de contas (lista de contas) e as notas de enquadramento. As NCRF representam uma adaptação das normas internacionais de contabilidade adotadas pela UE onde, de uma forma detalhada e estruturada por temas, estabelecem as bases a adotar no que respeita ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das ocorrências contabilísticas das entidades. As NCRF-PE representam igualmente os princípios gerais das NCRF mas com menores exigências de relato financeiro a adotar pelas pequenas entidades. Por fim, as NI são documentos emitidos, sempre que necessário, para esclarecimento e orientação acerca do conteúdo dos instrumentos do SNC (Decreto-Lei n.º 158/2009).

No âmbito deste novo normativo foram criados procedimentos contabilísticos específicos para entidades com características diferentes (Costa, 2009).

2.3 Normativos contabilísticos aplicáveis em Portugal

Embora a harmonização contabilística internacional tenha sido inicialmente focada para as grandes empresas (emitentes de valores mobiliários), com o decorrer do tempo têm sido ajustadas as exigências de informação contabilística às necessidades de relato de cada empresa atendendo à sua dimensão, pelo que, desde de julho de 2009 que o *IASB* inclui uma norma direcionada às entidades com menores necessidades de relato, designada como, *International Financial Reporting Standard for Small and Medium-Sized Entities (IFRS for SMEs)* (Albuquerque, Quirós e Justino, 2013).

Neste objetivo de ajustar e simplificar as exigências de relato financeiro, em Portugal, também a CNC, aquando da criação do SNC, estabeleceu uma norma específica adaptada às necessidades das pequenas empresas designada por NCRF-PE, tendo, posteriormente, aprovado, através do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o regime da Normalização Contabilística para as Microentidades (NCM), direcionado para as empresas com necessidades de relato ainda mais reduzidas (este decreto aprovou igualmente o regime da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL)) (Albuquerque *et al.*, 2013).

Como tal, em Portugal, atendendo à dimensão das entidades, existem distintos normativos contabilísticos aplicáveis, as normas internacionais de contabilidade, as NCRF, as NCRF-

PE e a NCM (Costa, 2009). Contudo, tal como refere Duarte, Silva e Jesus (2012: 32) os vários normativos contabilísticos «poderão comprometer a comparabilidade da informação proporcionada nas demonstrações financeiras e sua compreensibilidade, bem como questionar se Portugal estará no caminho mais rápido na convergência para a normalização contabilística».

Tendo em conta o exposto no número 1 do artigo n.º 4 do Decreto-Lei n.º 158/2009 (2009: 4377), são obrigadas à aplicação das normas internacionais de contabilidade as sociedades «cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado» nas suas contas consolidadas, podendo adotar nas suas contas individuais. Por opção, as entidades, embora abrangidas pelo SNC, podem optar por este regime nas suas contas consolidadas e individuais, ficando as suas demonstrações financeiras sujeitas a Certificação Legal das Contas (CLC) (Costa, 2009; Decreto-Lei n.º 158/2009).

As entidades abrangidas pela aplicação das NCRF, e que não apliquem as normas internacionais, são i) as sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC); ii) as empresas individuais reguladas pelo Código Comercial; iii) os estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada; iv) as empresas públicas; v) as cooperativas; e vi) os agrupamentos complementares de empresas e os agrupamentos europeus de interesse económico (Decreto-Lei n.º 158/2009).

Atendendo ao papel das PME no tecido empresarial português (e cuja evidência será demonstrada na subsecção do capítulo 2.5.2 do presente estudo) foi criada a NCRF-PE, através do Aviso n.º 15654/2009, constituindo apenas uma permissão pela adoção do regime, e não uma exigência (Cravo, 2009). Segundo o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, revogado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, que veio alargar o conceito das pequenas empresas cujos limites passaram a coincidir com o artigo n.º 262 do CSC que isentam as contas de CLC, podem adotar este normativo as entidades que não ultrapassem dois dos seguintes limites estabelecidos: i) total balanço: 1.500.000 euros; ii) total de vendas líquidas e outros rendimentos: 3.000.000 euros; e iii) número médio de trabalhadores durante o exercício: 50. Neste normativo, excetuam-se, as entidades sujeitas a CLC e que se integrem em entidades que apresentem demonstrações financeiras consolidadas (Costa, 2009; Antão, Tavares e Marques, 2012; Decreto-Lei n.º 158/2009). Tendo em conta o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, entre outros, sempre

que os limites sejam ultrapassados num determinado período, este regime deixa de poder ser aplicado a partir do 2.º período seguinte, inclusive.

Dado que a NCRF-PE é uma síntese dos princípios de reconhecimento, mensuração e divulgação das NCRF, torna-se importante salientar que sempre que a referida norma seja insuficiente ou tenha algum tipo de lacuna que influencie a veracidade da informação contabilística prestada, e conseqüentemente não cumpra o objetivo das demonstrações financeiras, as empresas deverão recorrer, pela seguinte ordem, e de um modo supletivo às, i) NCRF e NI; ii) às normas internacionais de contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002; iii) às IAS e IRFS, emitidas pelo IABS e respetivas interpretações (Antão *et al.*, 2012; Aviso n.º 15654/2009).

As pequenas entidades que optem por este regime simplificado, no que respeita às demonstrações financeiras apenas são obrigadas a apresentar o balanço, a demonstração dos resultados por natureza e o anexo (permitindo-lhes apresentar modelos reduzidos publicados através da Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro). As pequenas entidades ficam dispensadas da apresentação das restantes demonstrações financeiras obrigatórias para as entidades que aplicam o regime geral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa. De forma complementar estas entidades podem apresentar uma demonstração dos resultados por funções (Decreto-Lei n.º 158/2009; Antão *et al.*, 2012; Cravo, 2009). Ainda no que concerne à NCRF-PE, esta baseia-se, segundo Antão *et al.* (2012) e Cravo (2009) nos seguintes princípios: i) aplicação prospetiva da norma; ii) limitação à aplicação do justo valor; iii) eliminação do tratamento de matérias específicas a determinados setores da economia (agricultura, contratos de construção, entre outros); iv) clarificação de alguns aspetos relativos a imparidades e a inventários. Relativamente ao CC este é igual para todas as entidades obrigadas ao SNC.

A Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro, estabeleceu um regime especial simplificado das normas e informações contabilísticas para aplicação em microentidades. Em consonância com o artigo n.º 2 da respetiva lei são consideradas microentidades, as empresas que, à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites: i) total de balanço: 500.000 euros; ii) volume de negócios líquido: 500.000 euros; e iii) número médio de trabalhadores durante o exercício: 5; ficando estas, como tal, dispensadas da aplicação das normas

contabilísticas evidenciadas no Decreto-Lei n.º 158/2009. E, em 2011, com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, é aprovado o regime da NCM, sendo os modelos de demonstrações financeiras e o código de contas aprovado, respetivamente, através das Portarias n.º 104/2011 e n.º 107/2011, de 14 de março. Esta norma foi publicada através do Aviso n.º 6726-A/2011, de 14 de março.

Contudo, ficam dispensadas da aplicação do SNC e da NCM, as entidades que exerçam a título individual qualquer atividade (comercial, industrial ou agrícola) e não concretizem um volume de negócios superior a 200.000 euros na média dos últimos três anos (Decreto-Lei n.º 158/2009, retificado pelo artigo n.º 179 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro; Duarte *et al.*, 2012; Costa, 2009).

Tendo em conta o exposto, apresenta-se uma síntese das demonstrações financeiras obrigatórias e facultativas para os diferentes regimes contabilísticos (Tabela 2.1), as quais serão identificadas na subsecção 2.4.2.

Tabela 2.1 Regimes aplicáveis em Portugal

Regime	Enquadramento	Demonstrações financeiras	Normas contabilísticas e de relato financeiro
Regime geral	Entidades que não adotem IFRS, NCRF-PE, NCM, NC-ESNL.	<u>Obrigatórias:</u> Balço; Demonstrações dos resultados por naturezas; Demonstração de alterações no capital próprio; Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto; Anexo. <u>Facultativas:</u> Demonstração dos resultados por funções.	NCRF (1 a 28) Adaptação de algumas das IFRS adotadas pela UE.
SNC	Entidades que não ultrapassem dois dos três limites seguintes: a) Total de balanço: 1.500.000 euros; b) Total de vendas líquidas e outros rendimentos: 3.000.000 euros; c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50	<u>Obrigatórias:</u> Modelos reduzidos: Balço; Demonstrações dos resultados por naturezas; Anexo. <u>Facultativas:</u> Demonstração dos resultados por funções; Demonstração de alterações no capital próprio; Demonstração dos fluxos de caixa.	NCRF-PE Condensa os principais aspetos de reconhecimento, mensuração e divulgação das NCRF.
Pequenas entidades	<u>Exceto:</u> Quando por razões legais ou estatutárias as entidades tenham as suas demonstrações financeiras sujeitas a certificação legal das contas; Quando a entidade integre o perímetro de consolidação de uma entidade que apresente demonstrações financeiras consolidadas.		
NCM NC-ME	Entidades que não ultrapassem dois dos três limites seguintes: a) Total do balanço: 500.000 euros; b) Volume de negócios líquido: 500.000 euros; c) Número médio de empregados durante o exercício: 5 <u>Exceto:</u> Quando por razões legais ou estatutárias as entidades tenham as suas demonstrações financeiras sujeitas a certificação legal das contas; Quando a entidade integre o perímetro de consolidação de uma entidade que apresente demonstrações financeiras consolidadas.	<u>Obrigatórias:</u> Balço para microentidades; Demonstrações dos resultados por naturezas para microentidades; Anexo para microentidades. <u>Facultativas:</u> Demonstração dos resultados por funções; Demonstração de alterações no capital próprio; Demonstração dos fluxos de caixa.	NC-ME Norma que estabelece os aspetos de reconhecimento, mensuração e divulgação tidos como requisitos contabilísticos simplificados.

Fonte: Adaptado de Duarte *et al.* (2012)

Para uma melhor compreensão da informação financeira a prestar nos diversos normativos, importa conhecer a EC que funciona como uma orientação para a elaboração dessa informação.

2.4 EC - uma referência teórica

Tal como referido anteriormente, a EC estabelece uma orientação básica na qual se apoia a informação financeira (demonstrações financeiras) e que tem como objetivo, entre outros, identificar as necessidades dos utilizadores, os objetivos da informação financeira e as qualidades que a informação deve obedecer para satisfazer esses objetivos (Grenha *et al.*, 2009; Aviso n.º 15652/2009).

Neste contexto Tua Pereda (1998: 331) definiu a EC como sendo «[...] una *interpretación de la teoría general de la Contabilidad, mediante la que se establecen, a través de un itinerario lógico deductivo, los fundamentos teóricos en los que se apoya la información financiera*». De acordo com o mesmo autor este suporte teórico, entre outras vantagens, facilita um entendimento comum, a aplicação de regras com critérios uniformes, a compreensão das normas contabilísticas e da informação financeira através do conhecimento dos fundamentos teóricos em que se sustentam, a resolução de conflitos entre normas e um aumento de confiança na regulamentação contabilística e na informação financeira (Tua Pereda: 1998), pelo que as subsecções seguintes fundamentam-se nesta referência teórica.

2.4.1 Os utentes e as suas necessidades de informação

O parágrafo 12 da EC do SNC, indica que o objetivo das demonstrações financeiras consiste em proporcionar informação sobre a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira de uma empresa que seja útil a um amplo leque de utentes na tomada de decisões económicas. Os utentes utilizam as demonstrações financeiras para satisfazerem algumas das suas diversas necessidades, tal como refere o parágrafo 9 da EC, eles são: i) os investidores, fornecedores de capital de risco e os seus consultores que necessitam de informação para determinar o risco e o retorno associado aos seus investimentos e, acionistas que necessitam de determinar a capacidade da entidade pagar dividendos; ii) os empregados que estão interessados na informação acerca da estabilidade,

dos benefícios e da lucratividade dos seus empregadores; iii) os mutuantes que estão interessados em informação que lhes permita determinar se os seus empréstimos e juros serão pagos na data do vencimento; iv) os fornecedores e outros credores comerciais que estão interessados em informação que lhes permita determinar se as quantias que lhes são devidas serão pagas no vencimento; v) os clientes que estão interessados em informação acerca da continuidade de uma entidade, especialmente quando com ela têm envolvimento a prazo, ou dela estão dependentes; vi) o governo e seus departamentos que estão interessados e exigem informação sobre as atividades das entidades a fim de as regular, determinar as políticas de tributação e como base para estatísticas do rendimento nacional e outras semelhantes; vii) o público é influenciado pelas entidades de diversas formas, pelo que está interessado em informação acerca das tendências e desenvolvimentos recentes na prosperidade das entidades e leque das suas atividades (Aviso n.º 15652/2009).

No relacionamento da empresa com o exterior, as demonstrações financeiras são importantes, designadamente, para as instituições bancárias nos pedidos de financiamentos e para os investidores na eventualidade destes estarem interessados em participar no capital da empresa (Carrapiço, 2009).

Machado (2000) diferencia os utentes interessados na informação para a tomada de decisões, em internos e externos. Os utentes internos são os responsáveis pelo planeamento, implementação, controlo da entidade, ou seja, os órgãos de gestão (*ibid.*). Tal como refere o parágrafo 11 da EC o órgão de gestão tem como responsabilidade primordial a preparação e apresentação das demonstrações financeiras da empresa. Apesar de não constar no parágrafo 9 da EC como utente das demonstrações financeiras, o gestor necessita da informação delas «acerca da posição financeira, desempenho e alterações na posição financeira da entidade», não obstante as informações complementares (de gestão e financeiras) que tem disponíveis, e que lhe permitem assumir as suas responsabilidades no processo de tomada de decisão (Aviso n.º 15652/2009: 36228).

Os utentes externos, tal como refere Machado (2000), são aqueles que tomam decisões acerca da empresa com base nas demonstrações financeiras, não tendo acesso à informação interna, pelo que dependem da quantidade e qualidade da informação prestada, devendo as mesmas demonstrações ser preparadas assegurando a relevância, fiabilidade, entre outros atributos (vide características qualitativas na subsecção do capítulo 2.4.3).

Porém, as informações facultadas pelas demonstrações financeiras, tendo em conta as necessidades comuns dos múltiplos utentes, podem não ser suficientes para responder adequadamente a todas as diversas necessidades desses utentes (Grenha *et al.*, 2009). Cumulativamente, as demonstrações não proporcionam toda a informação necessária na tomada de decisões económicas dado que retratam acontecimentos passados podendo não facultar informação não financeira (Aviso n.º 15652/2009). Neste sentido, tal como refere Baptista da Costa e Alves (2008), devem ser divulgadas informações de outra natureza que auxiliem a compreensão dos utilizadores relativamente às demonstrações financeiras, dado que cada vez mais os investidores e financiadores levam em conta a evolução dos negócios das empresas.

Importa salientar que a EC do SNC não identifica qualquer utente preferencial, enquanto a *Conceptual Framework for Financial Reporting* adotada pelo IASB identifica como utilizadores primários das demonstrações financeiras, os investidores, atuais e potenciais, os financiadores e os outros credores, que não tendo acesso direto às informações das empresas, dependem das demonstrações financeiras para colmatar as suas necessidades de informação (IASB, 2010). O IASB refere ainda como utilizadores, embora não primários, todos os que possam estar interessados nas demonstrações financeiras. De notar que a *Conceptual Framework* do IASB de 1989 referia que, como os investidores são os que proporcionam capital de risco à entidade, a disponibilização das demonstrações financeiras ao satisfazerem as suas necessidades, satisfazem, quase na totalidade, as necessidades dos restantes utentes, dando assim preferência a este utente face aos restantes (IASB, 2010).

Relativamente ao órgão de gestão enquanto utente das demonstrações financeiras, importa realçar que não é considerado como utente primário na *Conceptual Framework* do IASB nem se encontra incluído no parágrafo 9 da EC (utentes e as suas necessidades de informação) sendo referenciado em parágrafo separado, esta circunstância poderá resultar do facto do mesmo poder ter acesso a informações de gestão e financeiras adicionais que o auxiliem nas suas funções (IASB, 2010; Aviso n.º 15652/2009).

Foram identificadas na literatura contributos de vários autores acerca dos principais beneficiários das demonstrações financeiras das PME, empresas alvo desta dissertação.

Serrasqueiro e Nunes (2004), com base num estudo junto de gestores de PME portuguesas, observaram que os mesmos elaboram as demonstrações financeiras com o intuito de

facultar informação, pela seguinte ordem de importância, a empresários e gestores no processo de tomada de decisão, à administração fiscal, às entidades bancárias e aos restantes utilizadores. Para Lungo e Alves (2013) os principais utilizadores das demonstrações financeiras em Portugal são os financiadores seguidos dos investidores.

Maingot e Zeghal (2006) num estudo realizado no Canadá concluem que os *stakeholders* das demonstrações financeiras das PME consideram que as mesmas são preparadas essencialmente para fins fiscais e para a concessão de empréstimos, ou seja, consideram como utilizadores preferenciais o estado e as instituições bancárias.

Foram identificados por Collis e Jarvis (2000) como principais utilizadores das demonstrações financeiras, de uma amostra de PME do Reino Unido, as instituições financeiras (69%), a administração fiscal (45%) e os gestores (31%). Embora os autores considerem os gestores como utilizadores das demonstrações financeiras, existem outras fontes de informação preferenciais para a gestão da empresa, considerando como informações de maior utilidade para os gestores, a contabilidade de gestão, as informações sobre os *cash flows*, os extratos bancários e os orçamentos.

Son, Marriott e Marriott (2006) num estudo realizado com base na realidade das PME do Vietnam acerca das percepções dos utilizadores da utilidade da informação financeira, constataram que o número de utilizadores das demonstrações financeiras é restrito, sendo constituído, principalmente, por autoridades fiscais e outras agências governamentais. As instituições bancárias também foram consideradas como um utilizador importante, embora apenas por uma minoria. Identicamente, constataram que a falta de conhecimento contabilístico foi considerado como o maior obstáculo para o uso da informação contabilística por parte dos gestores das PME, que percebem reduzidos benefícios na produção dessa informação, por não a entenderem e a mesma ser de baixa qualidade.

Contrariamente, numa pesquisa efetuada na Irlanda, os proprietários/gestores, foram identificados como principais utilizadores das demonstrações financeiras das PME seguidos das instituições bancárias e do governo (Barker e Noonan, 1996).

Por outro lado, comparativamente com as empresas cotadas, cujas demonstrações financeiras são utilizadas por milhões de utilizadores externos, nas PME existem poucos utilizadores interessados nas demonstrações financeiras, restringindo-se a proprietários,

gestores, instituições financeiras, autoridades fiscais e, eventualmente, capitalistas de risco (Maingot e Zeghal, 2006).

Nem sempre consensuais na literatura, os autores referenciados identificam os financiadores, as autoridades fiscais, os investidores, os proprietários/gestores e os capitalistas de risco como os principais utilizadores das demonstrações financeiras das PME.

Neste contexto, e dada a importância das demonstrações financeiras para os seus utentes importa identificar quais são e o que representam.

2.4.2 O conjunto completo das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras facultam essencialmente informação financeira pelo que deve ser publicada no relatório de gestão, informação adicional que auxilie o entendimento dos utentes (Baptista da Costa e Alves, 2008: 112). Tendo em conta o artigo n.º 65 do CSC (dever de relatar a gestão e apresentar contas) as demonstrações financeiras devem ser apresentadas e apreciadas, no caso das empresas que não consolidem nem apliquem o método da equivalência patrimonial, «no prazo de três meses a contar da data de encerramento de exercício anual».

Segundo o ponto n.º 2.1.5 do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009 (2009: 4381),

[a]s demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A apresentação apropriada exige a representação fidedigna dos efeitos das transacções, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para activos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual. Presume-se que a aplicação das NCRF, com divulgação adicional quando necessária, resulta em demonstrações financeiras que alcançam uma apresentação apropriada.

O objetivo das demonstrações financeiras, segundo o parágrafo 1 da EC, é o de «[...] proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas» com o propósito de determinar períodos favoráveis de investimento, determinar os lucros e dividendos a distribuir, garantir a capacidade da empresa na liquidação dos seus compromissos,

determinar a capacidade de atribuir benefícios aos empregados e avaliar a responsabilidade do órgão de gestão (Aviso n.º 15652/2009, 36227).

Um conjunto completo de demonstrações financeiras, de acordo com o estipulado no parágrafo 8 da EC,

[...] inclui normalmente um balanço, uma demonstração dos resultados, uma demonstração das alterações na posição financeira e uma demonstração de fluxos de caixa, bem como as notas e outras demonstrações e material explicativo que constituam parte integrante das demonstrações financeiras (Aviso n.º 15652/2009, 36227).

Cumulativamente, o artigo n.º 11 do Decreto-Lei n.º 158/2009 indica quais as demonstrações financeiras obrigatórias para as entidades sujeitas ao SNC, referindo explicitamente o anexo como demonstração obrigatória. Devido ao facto do SNC assentar mais em princípios do que em regras, apresentando, conseqüentemente, um grau maior de subjetividade e necessidade de um detalhe mais pormenorizado, esta demonstração financeira ganhou maior importância enquanto área privilegiada para esse detalhe no auxílio à compreensão dos saldos evidenciados nas restantes demonstrações financeiras (Oliveira, Sousa e Teixeira, 2010).

Sendo um conjunto completo, as demonstrações financeiras não devem ser analisadas individualmente mas como um todo, tal como refere o parágrafo 20 da EC, elas estão interligadas na medida em que cada uma reflete informação distinta das mesmas transações/acometimentos, pelo que individualmente podem não proporcionar toda a informação necessária no âmbito do relato financeiro essencial para a tomada de decisão dos utentes das demonstrações financeiras (Aviso n.º 15652/2009).

Importa salientar que a nova Diretiva, cuja aplicação ocorrerá em 2016, altera o conjunto completo de demonstrações financeiras referindo que «[a]s demonstrações financeiras anuais constituem um todo e compreendem para todas as empresas, no mínimo, o balanço, a demonstração de resultados e as notas às demonstrações financeiras» (Diretiva, 2013: 29), sendo de realçar que esta Diretiva não menciona quer a demonstração de fluxos de caixa quer a demonstração de alterações no capital próprio (Silva, 2014).

Relativamente à importância das demonstrações financeiras, o estudo de Lungo e Alves (2013) revela que, para quase todas as empresas, estas são importantes para a tomada de

decisão, salientado, contudo, que 40% das empresas angolanas não considera o anexo como relevante, e que em Portugal, o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo são habitualmente elaboradas com uma frequência anual.

Ainda no que respeita à periodicidade de elaboração e análise das demonstrações financeiras, Serrasqueiro e Nunes (2004) observam que a maioria das PME inquiridas produz e analisa o balanço, a demonstração dos resultados, o anexo e o relatório de gestão numa base anual, e o balancete (não sendo este propriamente uma demonstração financeira) e a demonstração de fluxos de caixa numa base mensal. Esta circunstância permite depreender que as demonstrações numa base anual não são muito utilizadas para fins de gestão, sendo produzidas para cumprimento de obrigações fiscais (Serrasqueiro e Nunes, 2004) ou para cumprimento das imposições dos utentes externos (designadamente, os financiadores) que necessitam dessas demonstrações para analisar a capacidade financeira da empresa (Winborg, 1996). De forma idêntica, Winborg (1996) alcança os mesmos resultados referindo que a maioria das PME suecas do seu estudo, prepara e analisa o balanço e a demonstração dos resultados, anualmente, e a demonstração de fluxos de caixa, mensalmente, podendo induzir segundo Serrasqueiro e Nunes (2004) que esta última demonstração é utilizada para a gestão interna da empresa.

Analisando a possibilidade de existir uma relação entre a frequência de elaboração e a frequência de análise das demonstrações financeiras com a importância concedida à informação contabilística no processo de tomada de decisão, Serrasqueiro e Nunes (2004) no seu estudo não alcançaram existência de relação com todas as demonstrações financeiras, com exceção da elaboração do balanço, da demonstração dos resultados e do balancete e da análise da demonstração dos resultados e do balancete, que quanto maior a frequência maior a importância atribuída.

Embora o foco desta dissertação seja a importância e a utilidade atribuída pelos gestores das PME à informação contabilística, revelam-se importantes as conclusões retiradas por Albuquerque *et al.* (2013) através de um estudo empírico sob a perspetiva dos preparadores da informação financeira em Portugal, na medida em que, conforme referido por Guimarães (2011a), na maioria das micro e pequenas empresas, o Técnico Oficial de Contas (TOC) acaba por ser o responsável pela elaboração das demonstrações financeiras.

O estudo referido foi efetuado com base em respostas obtidas junto de 431 preparadores da informação financeira, dos quais 313 preparadores utilizam com frequência a NCM, tendo como objetivo identificar diferenças na importância das demonstrações financeiras na percepção dos preparadores que utilizam a NCM e dos que não utilizam a NCM, designadamente, no que se refere à utilidade atribuída às várias demonstrações financeiras e à relevância atribuída às características qualitativas da informação contabilística (esta última conclusão acerca das características qualitativas será abordada na respetiva subsecção). Apesar de existirem algumas divergências na importância atribuída a cada uma das demonstrações financeiras pelos preparadores que utilizam ou não a NCM, o estudo concluiu que, em ambas as situações, a informação proveniente do balanço e da demonstração dos resultados obtiveram a posição de maior utilidade e o anexo obteve a posição de menor utilidade em comparação com as restantes demonstrações, designadamente, com demonstrações não obrigatórias para entidades que utilizam a NCM (demonstração das alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa). Importa ainda ressaltar que na generalidade a constatação do anexo como demonstração de menor utilidade foi mais expressiva para os preparadores que utilizam a NCM, circunstância que atesta uma relação direta entre a dimensão da empresa e a suas necessidades informativas (Albuquerque *et al.*, 2013).

Nas sub-subsecções seguintes segue breve descrição do conjunto completo de demonstrações financeiras.

2.4.2.1 Balanço - informação acerca da posição financeira

A informação sobre a posição financeira, objetivo das demonstrações financeiras (conforme já referenciado), é essencialmente obtida através do balanço (Aviso n.º 15652/2009).

Segundo Borges, Rodrigues, Rodrigues e Rodrigues (2007: 29), «[o] balanço é um quadro alfanumérico que contém informação, reportada a determinada data, acerca dos recursos que a entidade utiliza e da forma como estão a ser financiados (pelos titulares da entidade e por terceiros)».

Baptista da Costa e Alves (2008) definem o balanço como uma demonstração que divulga os ativos, os passivos e os capitais próprios (devidamente agrupados e classificados), divulgando assim a posição financeira de uma empresa no fim do seu período económico.

Esta demonstração apresenta os ativos e os passivos separados em correntes e não correntes, conforme sejam, respetivamente, recuperados/liquidados num prazo inferior ou superior a 12 meses, constituindo esta distinção uma informação importante na avaliação da liquidez e solvência de uma entidade (Aviso n.º 15655/2009a).

Portugal (2010) evidencia a importância do balanço referindo que este é o instrumento mais importante das demonstrações financeiras, mostrando que tal evidência é refletida através dos 19 parágrafos dedicados ao balanço num total dos 49 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 1 (NCRF 1) relativa à estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras.

2.4.2.2 Demonstração dos resultados - informação acerca do desempenho

A informação sobre o desempenho da gestão na aplicação dos recursos, também objetivo das demonstrações financeiras, é essencialmente obtida através de uma demonstração dos resultados (Aviso n.º 15652/2009; Borges *et al.*, 2007).

Conforme Borges *et al.* (2007: 39), «[a] demonstração dos resultados é também um quadro alfanumérico que contém informação reportada a um determinado intervalo de tempo, isto é a um período [...]». Os autores referem que contrariamente ao balanço que se refere a um determinado dia, a demonstração dos resultados refere-se a um período que decorre entre as datas do balanço.

Podem ser apresentadas dois tipos de demonstrações dos resultados, cuja classificação dos seus elementos (gastos e rendimentos) atendam à sua natureza ou à sua função. O SNC exige a apresentação da demonstração dos resultados por naturezas, embora suplementarmente possa ser apresentada a demonstração dos resultados por funções (Decreto-Lei n.º 158/2009).

A demonstração dos resultados por naturezas deve apresentar os resultados das operações de uma entidade classificando todos os rendimentos e gastos resultantes do decurso das atividades ordinárias desta, tendo em consideração as suas naturezas (Baptista da Costa e Alves, 2008).

2.4.2.3 Demonstração das alterações no capital próprio

A demonstração de alterações no capital próprio é o elemento mais recente do conjunto das demonstrações financeiras, que cruza informação em coluna, que inclui os elementos do capital próprio, evidenciados no balanço, com a informação em linha, que indica os acontecimentos que geram modificações no capital próprio (Borges *et al.*, 2007).

Esta demonstração deve refletir todas as alterações no capital próprio, o aumento e a diminuição nos ativos líquidos da empresa, entre dois períodos contabilísticos (Aviso n.º 15655/2009a). Segundo Grenha *et al.* (2009) estas alterações podem resultar de: i) transações com os detentores de capital próprio, na sua qualidade de detentores (por exemplo, contribuições de capital); ii) alterações no resultado líquido obtidas pela diferença dos rendimentos e gastos no decorrer da atividade da empresa; e iii) alterações que não transitam pela demonstração dos resultados, geradas pelas atividades da empresa (por exemplo, excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis).

De notar que a demonstração de alterações no capital próprio «[...] introduz o conceito de resultado integral que resulta da agregação directa do resultado líquido do período com todas as variações ocorridas em capitais próprios não directamente relacionadas com os detentores de capital, agindo enquanto tal» (Aviso n.º 15655/2009a, 36262).

Desta forma o resultado integral advém do incremento favorável ou desfavorável do capital próprio considerando que o resultado de um período corresponde à diferença entre o capital próprio do período transato e do período em análise, excluindo as operações do período com os detentores do capital. Com base neste conceito, o resultado de um período não corresponde apenas ao resultado líquido evidenciado na demonstração dos resultados e resultante do lucro/prejuízo real, mas também a outras variações ocorridas nas rubricas do capital próprio, não directamente relacionadas com a participação dos sócios.

2.4.2.4 Demonstração de fluxos de caixa - informação acerca da liquidez

Antes da entrada do SNC, o Decreto-lei n.º 79/2003, de 23 de abril, tornou obrigatória a elaboração e apresentação da demonstração de fluxos de caixa, sendo admissível a sua apresentação pelo método direto ou indireto. Posteriormente, o legislador do SNC, integra-a no conjunto das demonstrações financeiras obrigando a sua apresentação apenas pelo método direto, conforme alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009.

A demonstração de fluxos de caixa faculta informação acerca das variações históricas de caixa (dinheiro e depósitos à ordem) e seus equivalentes (investimentos financeiros a curto prazo imediatamente convertíveis em dinheiro e com baixo risco de alteração de valor), classificando os fluxos de caixa em atividades de financiamento, investimento e operacionais durante um determinado período (Aviso n.º 15655/2009b).

Carrapiço (2013: 35) exemplifica o objetivo da demonstração de fluxos de caixa como o de,

[...] proporcionar informação sobre os recebimentos e pagamentos em dinheiro (numerário, depósitos à ordem) no decurso da atividade corrente e operacional da empresa, bem como, evidenciar as aplicações de dinheiro da empresa em investimentos e a obtenção de recursos monetários através de financiamento para a empresa se adaptar às necessidades e oportunidades futuras.

Segundo Silva e Martins (2012) esta demonstração apresenta um conjunto de vantagens associadas a ela, designadamente i) prever os influxos e os efluxos de caixa futuros; ii) determinar a capacidade em liquidar os compromissos e recompensar sócios/acionistas; iii) avaliar os fluxos de caixa relacionados com as atividades de investimento e financiamento; e iv) compreender as divergências entre o resultado contabilístico, considerando que este tem como pressuposto o regime do acréscimo, e o dinheiro obtido nas atividades operacionais.

Em seguimento, os autores referem «[u]m resultado contabilístico avultado, na base do acréscimo, não é garantia de que a empresa seja solvente», esta circunstância apenas ocorreria caso o resultado não fosse determinado com base em estimativas e as empresas realizassem todas as suas transações a pronto pagamento (*ibid.*: 28).

Esta demonstração, elaborada na base de caixa, onde os rendimentos/gastos são registados quando são recebidos/pagos, não se encontra em conformidade com o regime contabilístico do acréscimo, pressuposto de elaboração das demonstrações financeiras definido no parágrafo 22 da EC, onde os acontecimentos são registados nos períodos em que ocorrem, independentemente da data do seu recebimento/pagamento, e conseqüentemente ignorando o princípio do balanceamento onde os gastos incorridos servem para obtenção dos rendimentos (Silva e Martins, 2012; Aviso n.º 15652/2009).

Conforme indicado no ponto 2.3 do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009 (2009: 4382), «[u]ma entidade deve preparar as suas demonstrações financeiras, excepto para informação de fluxos de caixa, utilizando o regime contabilístico de periodização económica», também designado de regime contabilístico do acréscimo, que se encontra igualmente estabelecido no artigo n.º 18 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

Contudo, tal como refere Bento (2012: 50) «[...]os gestores são, por vezes, mais sensíveis à leitura de um excedente/défi ce de caixa e seus equivalentes, do que à leitura de um resultado calculado de acordo com a ótica do acréscimo», assumindo esta demonstração de fluxos de caixa um papel importante quando analisada no âmbito do conjunto completo das demonstrações financeiras.

Mackevicius e Senkus (2006) defendem que as informações obtidas através da demonstração de fluxos de caixa revestem-se de grande importância para os gestores na tomada de decisão e na análise das perspectivas futuras da atividade da empresa. A gestão adequada dos fluxos de caixa auxilia o gestor a identificar eventuais deficiências nas suas atividades, procurando soluções na sua erradicação com vista a um melhor funcionamento das mesmas. As informações contidas nesta demonstração são ainda úteis para os restantes utilizadores da informação financeira, particularmente para os acionistas e para os investidores/credores, sendo que os acionistas carecem da informação acerca das possibilidades de desenvolvimento e/ou solvência da empresa, bem como, da capacidade da mesma no cumprimento das suas obrigações, e os investidores/credores necessitam dessa informação para determinar a capacidade da empresa em gerar *cash flows* positivos, em distribuir dividendos, em liquidar os seus empréstimos e respetivos juros, e genericamente, em avaliar a capacidade dos gestores na gestão eficiente dos fluxos de caixa, devendo garantir o cumprimento de todas as obrigações e utilizar os fundos disponíveis de forma eficiente.

Em suma, a demonstração de fluxos de caixa possibilita a percepção da capacidade de uma empresa de criar excedentes monetários cumprindo com as suas obrigações, ou seja, determinar como foi obtido e aplicado o dinheiro, analisando assim a liquidez, solvência e flexibilidade da empresa (Carrapiço, 2013; Silva e Martins, 2012).

2.4.2.5 Anexo - informação adicional para uma melhor compreensão

Antes da entrada em vigor do SNC, o anexo não era tratado com a importância devida, já Joaquim da Cunha Guimarães, em 1997 e em 2004, elaborou artigos acerca dessa importância considerando que, sem apreciar o anexo, antes designado por anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, não era admissível analisar o balanço e a demonstração dos resultados (Guimarães, 1997; Guimarães, 2004).

Com a entrada do SNC em 2010, o conceito de anexo foi clarificado, ganhando uma maior importância no conjunto das restantes demonstrações, fazendo esta, atualmente, parte integrante do conjunto completo das demonstrações financeiras conforme parágrafo 8 da EC (Aviso n.º 15652/2009), tendo como objetivo, segundo Guimarães (2011a), completar, ampliar e comentar as demonstrações financeiras permitindo uma interligação e uma perspetiva global entre elas. O autor reforça ainda que, essa importância verifica-se i) num aumento das divulgações exigidas pelas NCRF (encontrando no final de cada uma delas referência à informação que deve ser divulgada em anexo); ii) numa maior ligação às demonstrações financeiras através da inclusão de uma coluna permitindo incluir uma nota explicativa a cada rubrica que o justifique através de uma referência cruzada; iii) e na sua alteração da designação apenas para anexo, na medida em que esta demonstração complementa não só o balanço e a demonstração dos resultados como as restantes demonstrações. Silva e Franco (2011: 34) sublinham que a entrada do SNC, veio reforçar a importância de que a informação contabilística tem uma natureza qualitativa e não meramente quantitativa, sendo que é através das notas do anexo que é possível a compreensão da informação presente nas demonstrações financeiras, designando-o como o «manual de instruções das contas e políticas contabilísticas da empresa». De forma idêntica, Carvalho (2011: 30) reforça a importância do anexo referindo que, o atual modelo, veio dar maior importância à «substância económica das operações em detrimento da sua forma legal» exigindo, conseqüentemente, maior julgamento profissional por parte dos preparadores da informação contabilística, e atribuindo uma maior importância ao relato constante no anexo, cada vez mais extenso, em detrimento do registo.

Guimarães (2011a: 217) acresce que «[u]m bom (mau) TOC vê-se por um bom (mau) Anexo». Apesar de ser da responsabilidade do órgão de gestão elaborar o anexo, na maioria das micro e pequenas empresas, o TOC acaba por ser quem elabora as

demonstrações financeiras e, apesar do SNC não lhe atribuir responsabilidades, o n.º 1 e n.º 3 do artigo 6.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, atribui-lhe responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal e, sendo assim, a elaboração do anexo pelo TOC, com rigor técnico contabilístico, deve ser a melhor forma de salvaguardar a sua responsabilidade.

Segundo o parágrafo 21 da EC as demonstrações financeiras incluem notas, quadros suplementares e outras informações importantes para colmatar as necessidades dos utentes (Aviso n.º 15652/2009), pelo que o parágrafo 43 da NCRF 1 refere que o anexo deve:

- (a) Apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas usadas;
- (b) Divulgar a informação exigida pelas NCRF que não seja apresentada na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio ou na demonstração dos fluxos de caixa; e
- (c) Proporcionar informação adicional que não seja apresentada na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio ou na demonstração dos fluxos de caixa, mas que seja relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas (Aviso n.º 15655/2009a: 36262).

A Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, aprova o modelo de anexo, que agrupa as divulgações exigidas pelas NCRF, que deverão ser numéricas e sequenciais, sendo de carácter obrigatório as notas n.º1 a n.º4, podendo ser acrescentadas outras informações necessárias à compreensão dos utentes das demonstrações financeiras.

Tendo em conta o ponto n.º 2.1.5 do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, entende-se que as demonstrações financeiras atingem uma apresentação apropriada quando aplicam as NCRF aplicáveis e divulgam informação adicional quando tal se justifique.

Constata-se assim que a NCRF 1 trata da estrutura e do conteúdo do conjunto completo das demonstrações financeiras (Aviso n.º 15655/2009a), com exceção da demonstração de fluxos de caixa que é tratada na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 2 (NCRF 2) (Aviso n.º 15655/2009b).

2.4.3 As características qualitativas da informação

Na sequência do objetivo das demonstrações financeiras, que consiste em proporcionar informação sobre a posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma empresa que seja útil a vários utentes na tomada de decisões económicas, importa identificar quais as características qualitativas que as demonstrações financeiras devem obedecer de modo a cumprir com o seu objetivo.

A EC define as características qualitativas como os requisitos que atribuem utilidade à informação financeira a prestar aos utentes das demonstrações financeiras (Aviso n.º 15652/2009). Tal como referenciado na EC, Baptista da Costa e Alves (2008: 138) salientam ainda que,

[a] aplicação das principais características qualitativas e das normas contabilísticas apropriadas resulta, normalmente, em demonstrações financeiras que apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa de uma empresa.

As principais características qualitativas consideradas nos parágrafos 24 a 42 da EC são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade. A compreensibilidade é a característica que define que a informação deve ser rapidamente compreensível pelos utentes, considerando que os mesmos possuam conhecimento empresarial/contabilístico suficiente. Porém não devem ser excluídos assuntos mais complexos com o fundamento que os mesmos possam ser de difícil compreensão. As informações contabilísticas cumprem a característica da relevância quando influenciam as decisões económicas dos utilizadores ajudando-os a avaliar os acontecimentos da empresa (passados, presentes ou futuros) e a determinar as avaliações efetuadas no passado. A comparabilidade é a característica que permite aos utentes comparar as demonstrações financeiras de uma empresa ao longo do tempo, assim como de comparar as demonstrações financeiras de diferentes empresas, tendo como objetivo a avaliação da posição financeira e do desempenho da empresa ano após ano e em diferentes empresas. Como tal é necessário que as empresas reflitam os seus acontecimentos de forma consistente quer ao longo tempo na empresa quer entre empresas. Contudo esta uniformidade subjacente à comparabilidade não deve ser um entrave à introdução de normas contabilísticas mais apropriadas, passíveis de fornecer maior relevância e fiabilidade à informação. As informações contabilísticas

evidenciam a característica da fiabilidade se dignas de confiança para os seus utilizadores, devendo para tal ser isentas de erros materiais e de preconceitos. Para que a fiabilidade seja atingida deve obedecer ainda aos seguintes critérios: i) representação fidedigna (a informação financeira deve apresentar as operações/acontecimentos de forma fidedigna, considerando que essa informação tem subjacente alguns riscos relacionados com dificuldades de identificação e mensuração desses fenómenos); ii) substância sobre a forma (a informação deve apresentar e contabilizar os acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica financeira e não somente com base na sua forma legal); iii) neutralidade (a informação deve ser livre de preconceitos, não devendo influenciar a tomada de decisão com o intuito de atingir um resultado pré-definido); iv) prudência (na preparação das informações financeiras o preparador em condições de incerteza deve aplicar a prudência ao fazer as suas estimativas); e v) plenitude (a informação deve ser completa considerando a sua materialidade/custo, podendo uma omissão colocar em causa a sua fiabilidade/relevância) (Aviso n.º 15652/2009).

A materialidade não constituindo uma característica qualitativa principal, representa o limite a partir do qual as características acima referidas alcançam verdadeira importância. Considerando a subjetividade desta característica qualitativa, a informação apresenta a característica da materialidade se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas dos utentes (Grenha *et al.*, 2009).

Silva, Miranda, Freire e Anjos (2010) denotam que a diferenciação de uma empresa perante a concorrência, poderá estar na base da qualidade da informação disponível aos responsáveis pela tomada de decisão. Este ponto de vista é reforçado por Moreira, Encarnação, Bispo, Angotti e Colauto (2013) referindo que, perante ambientes competitivos, os gestores necessitam, diariamente, de avaliar e solucionar problemas com base em informações, tornando-se a capacidade de aplicação das mesmas e a própria qualidade destas um fator diferenciador.

No processo de elaboração da informação financeira o preparador deve ter em conta quer as características qualitativas quer as limitações à informação relevante e fiável, pelo que os parágrafos 43 a 45 da EC indicam como constrangimentos a essa informação, a tempestividade, o balanceamento entre benefício e custo e entre características qualitativas (Aviso n.º 15652/2009).

A tempestividade está relacionada com o atraso na divulgação financeira que pode originar perda de relevância. Assim, o preparador deve ponderar entre a tempestividade e as características da relevância e da fiabilidade, pois a informação numa base tempestiva, em tempo útil para o decisor, pode afetar a fiabilidade da mesma, embora um relato demorado possa perder a respetiva relevância e utilidade (Aviso n.º 15652/2009). Este atributo reveste-se de importância na medida em que informações obtidas em tempo útil são essenciais no processo de decisão da empresa (Silva *et al.*, 2010).

O balanceamento entre benefício e custo está relacionado com os custos e os benefícios do relato financeiro, não devendo os primeiros exceder os benefícios e a utilidade desse relato (Aviso n.º 15652/2009). No seguimento deste constrangimento, e com o intuito de não impor informações excessivas e desproporcionais às entidades, o SNC estabelece dois normativos em função da dimensão da empresa e das suas necessidades de relato, um normativo com 28 NCRF e uma única norma, como opção, para as pequenas entidades (NCRF-PE). Simultaneamente, as normas internacionais aplicáveis às empresas cotadas também se apresentam muito mais exigentes do que as normas do SNC. Este constrangimento, balanceamento entre benefício e custo, também se encontra intimamente relacionado com a materialidade aquando do registo dos acontecimentos patrimoniais (Guimarães, 2011b).

O balanceamento entre características qualitativas consiste na ponderação entre as características que mais satisfazem os objetivos das demonstrações financeiras (Aviso n.º 15652/2009), não sendo por vezes possível satisfazer todas elas, Grenha *et al.* (2009: 82) ressaltam que «[...]o que se exige é a maximização da função integradora de todas elas».

Os autores salientam alguma alteração no que respeita à importância atribuída às características qualitativas do relato financeiro assumindo que, a característica da relevância apresenta maior destaque, em função da sua ligação com a utilidade, em detrimento da característica da fiabilidade (Grenha *et al.*, 2009).

Regressando ao estudo de Albuquerque *et al.* (2013) acerca da percepção da informação financeira pelos preparadores, foram identificadas algumas divergências na importância atribuída às características qualitativas pelos preparadores que atuam em empresas de diferentes dimensões, contudo, em todas, as características da fiabilidade e da verificabilidade obtiveram a posição de maior importância e a característica da

compreensibilidade como a de menor importância, conjuntamente com a característica da relevância, nas entidades que utilizam a NCM (entidades de menor dimensão), e conjuntamente com a característica da tempestividade, nas entidades que não a utilizam (entidades de maior dimensão). Ainda em resultado do estudo, a informação financeira para a tomada de decisão relevou-se de maior importância para os preparadores das empresas de maior dimensão, circunstância que justifica a escolha das características atribuídas como de menor importância (compreensibilidade e relevância) pelos profissionais que utilizam a NCM (de menor dimensão).

Em síntese, sendo a informação financeira útil na tomada de decisões dos vários utentes, torna-se essencial que essa informação apresente uma série de características qualitativas, pelo que a ausência delas pode comprometer a utilidade dessa informação (Lungu e Alves, 2013).

Não obstante, na nova Diretiva (a aplicar em 2016) a nomenclatura das características qualitativas foi substituída por princípios gerais, sendo de notar a ausência das quatro principais características (compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade) e de outros atributos (representação fidedigna, neutralidade e plenitude), mantendo como princípios gerais a materialidade, a prudência e a substância sob a forma. Relativamente aos constrangimentos à informação importa referir que a Diretiva não faz qualquer menção a eles (Silva, 2014).

Tendo em consideração a temática do estudo, a relevância da informação contabilística nas PME, após descrição de alguns conceitos necessários à compreensão do tema, torna-se crucial reconhecer a importância deste tipo de empresas de pequena dimensão na economia.

2.5 PME - as impulsionadoras da economia

As PME desempenham um papel central quer a nível europeu quer a nível nacional, constituindo esta dimensão de empresas uma das principais impulsionadoras de competências empresariais, inovação e criação de emprego. No panorama europeu, em 2012 representavam 99,8% do número total de empresas, contribuindo com cerca de 66,5% para o emprego na Europa. Em Portugal, os dados de 2011 evidenciavam que as

PME representavam cerca de 99,9% do total das empresas e contribuíam com 78,5% para o emprego em Portugal (Comissão Europeia, 2013; INE, 2013).

2.5.1 Conceito de PME

Sendo o objeto deste trabalho as PME, torna-se essencial, numa primeira fase, abordar a sua definição. Os critérios de definição de PME não são uniformes, Leone (1991: 55) refere que «a heterogeneidade dos critérios é devida, em parte, ao fato de o conceito de PME se definir em consonância com as condições gerais de cada país, de cada região e de cada instituição», considerando a estrutura de mercado de cada país, uma empresa pode ser considerada como pequena em países muito desenvolvidos e, como média ou grande empresa em países em desenvolvimento.

Não obstante a difícil consensualização universal da definição de PME, em Portugal utilizam-se os critérios relativos ao número de trabalhadores, volume de negócios e balanço total (Lungo e Alves, 2013). A definição nacional de PME constante nos Despachos Normativos n.º 52/87, n.º 38/88 e Aviso constante do Diário da República n.º 102/93, define estas como, empresas, embora não distinguindo de entre elas, micro, pequenas e médias, as que, cumulativamente, empreguem até 500 trabalhadores (600, no caso de trabalho por turnos regulares), que não ultrapassem um volume de negócios de 11.971.149 euros e que não possuem nem sejam possuídas em mais de 50% por outra empresa que ultrapasse qualquer dos limites anteriormente descritos. Importa salientar que na prática, em Portugal, os critérios aplicados na definição de PME são os constantes na definição europeia pela necessidade de uniformização do conceito (Moreira, 2009). A definição europeia estabelecida através da Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de maio de 2003, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2005, define na categoria de PME (micro, pequena e média dimensão), as empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não exceda 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não exceda 43 milhões de euros, considerando como pequenas, as que empregam menos de 50 pessoas e cujo o volume de negócios ou balanço não exceda 10 milhões e como microempresas, as que empregam menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios ou balanço não exceda 2 milhões de euros (Tabela 2.2). A Recomendação considera que o critério principal deve ser o número de efetivos, devendo os restantes

critérios (volume de negócios e balanço total) ser combinados, podendo até um deles ser suprimido, na classificação das empresas como PME (Comissão, 2003).

Tabela 2.2 Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de empresas

PME	Nº efetivos	Volume negócios anual (milhões de euros)	Balanço total anual (milhões de euros)
Média	< 250	< 50	ou < 43
Pequena	< 50	< 10	ou < 10
Micro	< 10	< 2	ou < 2

Fonte: Adaptado de Comissão (2003)

Numa perspetiva contabilística, a definição de PME, para integrar a NCRF-PE do SNC, está regulamentada pelo artigo n.º 9 do Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, cuja definição foi alargada pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, que define como PME as entidades que não ultrapassem dois dos três seguintes limites: i) total balanço de 1.500.000 euros; ii) total de vendas líquidas e outros rendimentos de 3.000.000 euros; e iii) número médio de 50 trabalhadores durante o período. Ainda na mesma perspetiva, a definição de microentidade, para integrar o regime da NCM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, conforme artigo 2.º da Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro, define como micro, as entidades que não ultrapassem dois dos três seguintes limites: i) total de balanço de 500.000 euros; ii) volume de negócios líquido de 500.000 euros; e iii) número médio de 5 trabalhadores durante o período. A Tabela 2.3 demonstra os limites necessários para uma empresa ser considerada como pequena e micro entidade a nível contabilístico.

Tabela 2.3 Limites para integração na NCRF-PE ou na NCM

PME	Total balanço (euros)	Total vendas líquidas e outros rendimentos (euros)	Nº médio trabalhadores
NCRF-PE	1.500.000	3.000.000	50
NCM	500.000	500.000	5

Fonte: Adaptado da Lei n.º 20/2010; Lei n.º 35/2010; Decreto-Lei n.º 36-A/2011

A nova Diretiva já referida anteriormente irá alargar os limites da definição de microempresas e de pequenas empresas supra identificados. Relativamente aos critérios de dimensão, o total de balanço, o volume de negócios líquido e o número médio de empregados será, respetivamente de, 350.000 euros, 700.000 euros e 10 colaboradores

paras a micro empresas e de, 4.000.000 euros, 8.000.000 euros e 50 colaboradores para as pequenas empresas, podendo os Estados-Membros definir outros limites ainda superiores a estes (Silva, 2014).

Importa ainda referir, que o *IASB*, responsável pela aprovação e publicação das normas internacionais de relato financeiro também desenvolveu e publicou, em julho de 2009, uma norma distinta e menos complexa, a norma internacional de relato financeiro para pequenas e médias empresas, designada de *IFRS for SMEs* (IASB, 2012; IASB, 2009).

O conceito de PME no âmbito deste normativo é distinto do conceito adotado a nível nacional segundo a NCRF-PE, assim, esta norma define PME como as empresas que não têm obrigação pública de prestar contas ou que publiquem demonstrações financeiras para fins gerais aos utilizadores externos. Entendendo-se por entidades com obrigação de prestar contas, as que emitam ou se encontrem em processo de emissão de instrumentos de dívida ou de património para negociação num mercado público ou as que detenham ativos com capacidade fiduciária para um amplo grupo de agentes externos (por exemplo, entidades bancárias e companhias seguradoras) (IASB, 2012; IASB, 2009).

Nesta norma o critério para classificação como PME não é definido com base na dimensão, pelo que qualquer dimensão de empresa pode utilizar as normas internacionais para PME. Contudo, cada jurisdição, para adoção desta norma pode estabelecer as suas próprias definições de PME, que geralmente incluem critérios quantitativos baseados em rendimentos, ativos, empregados, sendo as únicas restrições impostas pelo *IASB*, a não utilização por empresas cotadas e instituições financeiras (IASB, 2012; IASB, 2009).

Importante realçar que mais de 80 jurisdições adotaram ou tem um plano para adotar as *IFRS for SMEs*, não se encontrando Portugal incluído nesse número (IASB, 2012; IFRS, 2013).

2.5.2 Relevância económico-social das PME

Importante como definir PME é aferir a sua importância europeia e nacional, tendo em consideração o foco deste trabalho. Socioeconomicamente, cada PME revela-se pouco relevante porém, coletivamente, as PME revelam-se bastantes importantes, apresentando-se como agentes versáteis na criação de negócios inovadores e contribuindo de forma importante para a economia dos países, conforme se irá evidenciar.

Em 2012, os cerca de 20 milhões de PME na Europa (representativos de 99,8% do número total de empresas), essencialmente micro empresas, representavam um papel importante na economia europeia, empregando cerca de 86.8 milhões de pessoas e representando 66,5% do emprego na Europa (Tabela 2.4). Acresce ainda que cerca de 85% das PME europeias nesse ano operaram na área da construção e na prestação de serviços, empregando 74 milhões de pessoas e produzindo 2.9 trilhões do valor acrescentado (Comissão Europeia, 2013).

Tabela 2.4 Empresas e emprego nas PME (UE-27), 2012

		Micro	Pequena	Média	PME	Grande	Total
N.º empresas	Valores absolutos (unidade)	18.783.480	1.349.730	222.628	20.355.839	43.454	20.399.291
	Valores relativos (%)	92,10%	6,60%	1,10%	99,80%	0,20%	100%
N.º pessoal ao serviço	Valores absolutos (unidade)	37.494.458	26.704.352	22.615.906	86.814.717	43.787.013	130.601.730
	Valores relativos (%)	28,70%	20,50%	17,30%	66,50%	33,50%	100%

Fonte: Adaptado de Comissão Europeia (2013)

Este panorama já era representativo em 2000, segundo os relatórios do Observatório das PME Europeias existiam cerca de 20.5 milhões de PME no espaço europeu (incluindo a Suíça), sendo 93% micro, 6% pequenas e 1% médias empresas, que representavam, aproximadamente, 122 milhões de empregos. O Observatório refere ainda que $\frac{2}{3}$ do total do volume de emprego (que inclui empresas privadas e exclui o setor primário) respeitava a PME e apenas $\frac{1}{3}$ a grandes empresas, o que já conferia às PME um carácter de enorme relevância na economia europeia. Esta situação é ainda referida em valores estimados entre 1988 e 2001 em que se registou uma diminuição dos postos de emprego nas grandes empresas e um crescimento nas PME (Comissão Europeia, 2002).

A nível nacional, em 2011, o número de PME era de 1.110.905, representando 99,9% do total das empresas não financeiras, empregando 2.931.730 pessoas e contribuindo em 78,5% para o emprego em Portugal, conforme evidencia a Tabela 2.5. A nível regional, no período de 2011, mais de 60% das PME concentravam a sua atividade nas regiões Norte e Lisboa, sendo que na região de Lisboa as mesmas representavam 29% (324.982 PME) da totalidade dessas e contribuía em 28% em postos de trabalho. No período de 2010, em termos globais, os números foram superiores aos apresentados em 2011, embora em termos relativos a percentagem de PME tenha sido idêntica e a percentagem de empregos ligeiramente superior (78,7%) face a 2011 realçando que 95,7% delas são micro empresas,

contribuindo estas com mais de 55% em postos de emprego. Acresce ainda, que em 2010, as PME apresentam na sua totalidade um volume de negócios superior a 60% da totalidade da faturação das empresas não financeiras portuguesas (INE, 2013; INE, 2012).

Tabela 2.5 Empresas e emprego nas PME (PT), 2011

		PME	Grande	Total
Nº empresas	Valores absolutos (unidade)	1.110.905	1.095	1.112.000
	Valores relativos (%)	99,90%	0,10%	100%
Nº pessoal ao serviço	Valores absolutos (unidade)	2.931.730	803.610	3.735.340
	Valores relativos (%)	78,49%	21,51%	100%

Fonte: Adaptado de INE (2013)

Tendo em consideração os dados estatísticos expostos, justifica-se a importância das PME na economia portuguesa, na medida em que estas representam a quase totalidade do tecido empresarial português. As PME legam o seu contributo para a economia, designadamente, ao nível da criação de emprego, da faturação realizada ou do valor acrescentado bruto nacional. O plano estratégico 2011-2013 do IAPMEI reforça ainda a importância das PME no comércio internacional, salientando o aumento significativo entre 2008 e 2009 onde as PME exportaram mais de 80% do total das exportações, em termos de valor, face às exportações na ordem dos 50% do período anterior (IAPMEI, s.d.).

2.5.3 Especificidades das PME

As PME caracterizam-se essencialmente pela sua reduzida dimensão, sendo que conforme mencionado anteriormente a mesma é definida segundo determinados critérios (número de trabalhadores, volume de negócios e balanço total). Estudos sugerem que quanto maior a dimensão das empresas, no que respeita ao volume de negócios e ao número de colaboradores, maior a tendência na utilização da informação contabilística como apoio no processo de tomada de decisão, tornando-se mais difícil a gestão informal sem recurso à informação contabilística à medida que a dimensão e as suas operações aumentam (Serrasqueiro e Nunes, 2004; Winborg, 1996). Parece depreender-se que as empresas de menor dimensão, face às de maior dimensão, fazem uma menor utilização da informação contabilística como apoio à gestão.

Uma das características adjacentes às PME portuguesas reside na sua estrutura de base familiar, não existindo separação entre a propriedade e a gestão coincide o interesse da empresa com o do gestor, designadamente na preparação e divulgação da informação financeira (Moreira, 2010). Igualmente, para Grablowsky e Burns (1980), numa investigação junto de pequenas empresas na Virgínia (Estados Unidos da América) tornou-se evidente que nesta dimensão de empresas, não existe um responsável somente pela área financeira, sendo esta área acumulada com outras funções ou a cargo do proprietário.

Simultaneamente, as PME são caracterizadas pelos níveis de baixa qualificação dos seus empresários-gestores, que, além de prejudicar o progresso da empresa, implica uma reduzida utilização da contabilidade enquanto ferramenta de gestão, em detrimento de uma utilização unicamente focada na satisfação das obrigações legais fiscais (Moreira, 2010). Neste contexto, Miranda, Libonati, Freire e Saturnino (2008), no que concerne à utilização da informação contabilística, relacionam o conhecimento do gestor acerca da contabilidade com a utilização desta, sendo que, quanto maior o nível de formação do gestor maior a utilização dessa informação.

A importância da informação contabilística para o sucesso das pequenas empresas é demonstrada também por Resnik (1990: 136), que salienta que «[u]ma das principais causas dos desastres com pequenas empresas é não manter os registos e controles contábeis apropriados, precisos e atualizados – e não usá-los para administrar a empresa». O autor enfatiza ainda que um sistema de contabilidade eficaz permite conhecer, gerir e controlar a empresa. Refere também que a contabilidade é vista como «[...] ”um mal necessário” [...]» (*ibid.*: 137) por muitos proprietários/gestores das pequenas empresas que não compreendem a utilidade de um bom sistema contabilístico e interessam-se apenas pelas vendas e pelo lucro líquido, «[...] ignorando os números e com uma sutil aversão por eles» (*ibid.*: 139), mais por uma questão de despreço pelo que ignoram e não dominam, do que pelo desinteresse na informação contabilística.

É demonstrado por Lungo e Alves (2013), que no cenário das pequenas empresas portuguesas do seu estudo, 40% dos responsáveis de contabilidade são colaboradores da própria empresa (contabilidade elaborada internamente) e que os restantes 60% são profissionais liberais (contabilidade elaborada externamente), pelo que um dos problemas das pequenas empresas poderá estar relacionado com o facto das informações

contabilísticas serem fornecidas externamente à empresa. Assim, de acordo com Nunes e Serrasqueiro (2004) os proprietários/gestores atribuem mais importância à informação contabilística e à sua utilização para a tomada de decisão quando a contabilidade é elaborada internamente, podendo evidenciar que quando a contabilidade é elaborada por escritórios de contabilidade, a sua importância resume-se em dar resposta a obrigações fiscais e legais. Neste contexto, a ausência de contabilidade interna poderá motivar um desequilíbrio entre as informações geradas pelos contabilistas externos e as necessidades das PME (Silva *et al.*, 2010).

De forma idêntica os resultados obtidos por Collis e Jarvis (2000), junto de PME, apontaram que, na grande maioria das pequenas empresas, as demonstrações financeiras são preparadas por contabilistas externos à empresa, denotando, porém, a inexistência de relação significativa entre a dimensão das empresas e a elaboração interna ou externa da contabilidade. Por outro lado, Rosa (2013) constatou que os serviços de contabilidade da maioria das PME inquiridas no seu estudo estão incluídos na estrutura da empresa, embora, restringindo a sua amostra a microempresas obtenha evidência contrária, pelo que o autor sugere a existência de relação entre a dimensão das empresas e o recurso a serviços internos ou externos de contabilidade, indiciando que as empresas de menor dimensão utilizam mais frequentemente os recursos externos.

Num cenário onde a contabilidade é efetuada externamente, o contabilista da pequena empresa deve incluir nos seus serviços a consultoria, com o intuito de colmatar as carências de gestão que se deparam aos seus clientes. Competindo, eventualmente, aos contabilistas incentivar os gerentes a valorizar o papel da contabilidade na tomada de decisão das empresas (Cia e Smith, 2001).

Alinhado às características descritas das PME, Nunes e Serrasqueiro (2004), concluíram que, quando a contabilidade é externa, geralmente a formação do empresário/gestor é baixa, podendo esta situação ser um impedimento para a análise e percepção das demonstrações financeiras e para o desinteresse do empresário/gestor na utilização da informação contabilística na tomada de decisão.

Segundo o estudo das mesmas autoras relativamente às PME, acrescem ainda algumas características que influenciam positivamente a importância concedida à informação contabilística, designadamente, a existência de um gestor específico responsável pela área

financeira (não sendo esse responsável, nem o proprietário nem um contabilística externo, que poderão não possuir formação adequada), um maior número de colaboradores inseridos na área financeira e a elaboração de contabilidade analítica (que indicia que o uso da contabilidade não é meramente para cumprimento de obrigações fiscais) (Serrasqueiro e Nunes, 2004).

Segundo Moreira (2009) as PME apresentam características distintas face às empresas de maior dimensão, apresentando algumas vantagens face às grandes empresas, na medida em que são organizações com estruturas leves, mais facilmente adaptáveis às condições económicas e sociais adversas, o que lhes permite, em caso de necessidade, uma maior facilidade de reestruturação do negócio ou de estratégia, assim como, uma maior agilização, considerando os seus escassos recursos financeiros, na procura de oportunidades de negócio, explorando mercados poucos atrativos para as grandes empresas. Não obstante, a literatura apresenta mais desvantagens do que vantagens associadas a esta dimensão de empresas, sendo que Moreira (2009) refere que as desvantagens das PME são a dificuldade de acesso ao financiamento e a desvalorização do planeamento estratégico e das funções de gestão. Outra desvantagem associada à sua dimensão é a dificuldade no aproveitamento de economias de escala e de experiência que coloca entraves à concorrência com as empresas de maior dimensão em mercados internacionais.

Russo (2006) também expõe características diferenciadoras das PME face às empresas de maior dimensão, não obstante algumas já terem sido mencionadas nesta secção por outros autores, destacam-se as seguintes particularidades segundo este autor: i) o gestor pode ser o próprio sócio/acionista; ii) dispõem de uma estrutura hierárquica e organizacional simples sem descentralização de poderes de decisão, com possível dependência de um ou algum elemento-chave essencial à continuidade e sucesso da empresa (podendo ser o próprio empresário); iii) prevalecem empresas não cotadas; iv) apresentam limitações no acesso a tecnologias e sistemas organizacionais mais sofisticados e dificuldades no recrutamento de pessoal especializado (recursos materiais, financeiros e humanos escassos); v) detêm poder negocial reduzido perante as instituições bancárias, fornecedores e clientes de grande dimensão; vi) excetuando, a obrigatoriedade de CLC a algumas PME (conforme artigo n.º 262 do CSC), na sua maioria prevalece a falta de informação pública e auditada; vii) embora no atual contexto de globalização económica se verifique o início e o reforço da

internacionalização das PME, a sua área operacional é essencialmente regional ou nacional; viii) a determinação da localização tem em consideração critérios afetivos e de residência dos proprietários; e ix) observa-se que as mesmas focam-se na gestão de curto prazo, não sendo definida pelos gestores uma orientação estratégica, podendo ser uma das causas que contribui para o insucesso das PME.

Segundo o *Report on the results of the open consultation*, da Comissão Europeia, em 2008, o principal problema com que se confrontam as PME europeias é a carga administrativa e regulamentar (burocracia), que provoca desperdícios de tempo em tarefas administrativas em detrimento de atividades relacionadas com o desenvolvimento da empresa. A maioria das PME dependem dos empréstimos bancários para o financiamento sendo este de difícil concessão pela relutância que os bancos mostram em financiar, devido aos riscos associados, principalmente às empresas que não apresentam garantias ou às que não dispõem de um historial de atividade ou de crédito razoavelmente longo, pelo que este é considerado como o segundo principal problema. De seguida a fiscalidade, a falta de competências, entre outros, constituem desafios com que as PME se deparam (Comissão Europeia, 2008a; Comissão Europeia, 2008b; Comissão Europeia, 2011).

Segundo Marion (2005 *apud* Silva, 2007)¹ foi frequentemente observado que, principalmente, as pequenas empresas têm dificuldades de sobrevivência, sendo que os seus empresários retratam como problemas que enfraquecem a empresa, nomeadamente, a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos e os elevados juros. Embora em investigações mais aprofundadas, constatou-se que o grande problema não se encontra nos apontados pelos empresários, mas, essencialmente numa má gestão, nas decisões sem suporte e sem dados fiáveis, observando ainda uma contabilidade irreal e distorcida fruto de uma elaboração destinada exclusivamente a atender às exigências fiscais. Nesta sequência é possível concluir que o objetivo da contabilidade de proporcionar informação que seja útil a um amplo leque de utentes, não se encontra a ser cumprido visto atender essencialmente a um deles, o governo.

Agregado às várias fraquezas destas empresas, a deficiente informação contabilística e financeira utilizada no processo de decisão, tende a posicioná-las numa situação de risco perante a concorrência (Moreira *et al.*, 2013).

¹ MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 11.ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Em face do uso limitado que alguns PME possam dedicar à informação contabilística, na secção seguinte serão desenvolvidas algumas das suas vertentes.

2.6 A utilidade da informação contabilística

A contabilidade desenvolve e proporciona dados para a área financeira da empresa preparando demonstrações financeiras assentes em determinados princípios. As demonstrações financeiras têm como objetivo facultar, aos seus diversos utentes, informações úteis na tomada de decisões económicas, designadamente, tal como referido no parágrafo 1 da EC, na decisão do momento em que deve adquirir, deter ou vender um investimento em capital próprio, na avaliação do desempenho e da responsabilidade do gestor, na avaliação da empresa em liquidar os seus compromissos financeiros, na atribuição de benefícios aos seus empregados, na determinação dos lucros a distribuir, na determinação de políticas fiscais, na preparação e utilização das estatísticas sobre o rendimento nacional ou na regulamentação das atividades das empresas (Aviso n.º 15652/2009).

Na visão de Iudícibus *et al.* (2005: 12) «[o] objetivo nasce da necessidade dos usuários», o autor reforça ainda a importância da contabilidade como única ciência com capacidade para atingir os objetivos propostos, de forma contínua e com uma boa relação custo/benefício, através da sua técnica de captar, registar, acumular e comunicar informações contabilísticas.

Barker e Noonan (1996) numa investigação junto de uma amostra de auditores de PME na Irlanda, consideraram o planeamento e a tomada de decisão como o principal benefício inerente às demonstrações financeiras, seguindo-se, por ordem de importância, o cumprimento das exigências fiscais, os propósitos bancários e a análise do desempenho.

Segundo Brandielli, Bonet, Bonet e Almeida (2006) a contabilidade não deve apenas registar factos, devendo também apoiar todos os setores da empresa através dos seus registos contabilísticos e financeiros, assim a contabilidade ao registar todas as transações da empresa cria um conjunto de matérias-primas (dados), que necessitam de ser interpretados, para que originem informações úteis e constituam um instrumento de gestão para a tomada de decisão. A contabilidade orientada para a gestão, tem como objetivo, através das suas ferramentas, ajudar na interpretação dos resultados oriundos da

contabilidade financeira, nomeadamente a análise e a compreensão das demonstrações financeiras e os indicadores financeiros. Segundo os autores, a contabilidade deve ser elaborada com o objetivo de auxiliar no processo de tomada de decisão, não devendo ter como única finalidade a elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias.

Szcesny, Oliveira, Santos e Siqueira (2006) acrescentam que, frequentemente, a tomada de decisão baseia-se na intuição do gestor que desvaloriza as informações contabilísticas por desconhecimento do verdadeiro objetivo da contabilidade para a tomada de decisão ou pela sua limitada utilização atendendo somente a obrigações fiscais. De forma idêntica, John e Healeas (2000) afirmam que existem poucos proprietários/gestores com capacidade para compreenderem adequadamente as demonstrações financeiras, que dependem do contabilista para o entendimento do seu conteúdo e que frequentemente desvalorizam a utilidade das demonstrações financeiras na tomada das suas decisões.

Jaffar, Selamat, Ismail e Hamzah (2012) realizaram um estudo na Malásia, tendo concluído que existem utilizadores interessados na informação contabilística das PME da Malásia pelo que se torna de grande importância que as PME mantenham uma contabilidade em conformidade com as normas contabilísticas de modo que informações úteis possam ser facultadas a esses utilizadores das demonstrações financeiras.

Foi observada uma realidade diferente numa pesquisa efetuada por Amoako (2013) acerca das práticas contabilísticas das PME no Gana, cujos resultados revelam que a maioria (65%) não mantém registos contabilísticos, principalmente, por não os considerar como uma necessidade e também por exporem a sua posição financeira, bem como, por falta de conhecimento contabilístico e pelo dispêndio na contratação de um profissional qualificado. Para a restante minoria de PME, as motivações que as levam a manter registos contabilísticos é o controlo das contas a receber/pagar, seguida da avaliação do desempenho e do apoio no acesso ao financiamento. Como tal, o autor concluiu que a utilização da informação contabilística é ineficiente como forma de avaliar o desempenho financeiro das PME do Gana, pelo que o mesmo sugere a implementação da obrigatoriedade de registos contabilísticos para obtenção de informações essenciais em qualquer negócio.

No contexto das PME espanholas, Moneva Abadía e Cuéllar Fernández (1999), no que concerne à percepção dos seus gestores relativamente à utilidade das demonstrações

financeiras, concluíram através de um inquérito, que os responsáveis pelas PME, embora atribuam importância às demonstrações financeiras para a tomada de decisão, esta finalidade é considerada pelos gestores como a que apresenta menos importância, sendo as demonstrações mais adequadas para outros fins. Para os responsáveis pela gestão as demonstrações financeiras apresentam maior relevância para a análise da empresa por utilizadores externos, nomeadamente por bancos e outros credores financeiros (considerado por 100% dos gestores como importante e muito importante), por clientes e fornecedores (considerado por 86%), por sócios não responsáveis pela gestão da empresa (considerado por 78%) e pelo Estado (considerado por 70%). Os autores referem que este estudo indicia que as PME espanholas não beneficiam do potencial da contabilidade, restringindo-a ao cumprimento dos requisitos legais em matéria contabilística.

O estudo de Rosa (2013) sobre a importância da informação financeira para as PME, dirigido a quem, de alguma forma, prepare ou seja conhecedor desta informação, constatou que, em geral, as empresas inquiridas consideram a importância e utilidade da informação financeira, sendo que, para as decisões de financiamento a mesma foi considerada pela maioria como “algumas vezes”, para a gestão interna como “muito” e para fins fiscais como “sempre”, podendo evidenciar que esta informação é percebida mais fortemente como uma obrigação fiscal e não como uma necessidade de gestão. Quando questionados acerca dos fins para os quais os serviços de contabilidade são consultados, os inquiridos referiram que os mesmos são especialmente para preparar informação para utentes externos (bancos e outros credores), embora, para as decisões de financiamento, a informação financeira não tenha sido considerada de grande importância e utilidade. Acresce que quando questionados, os inquiridos responderam que a informação financeira é considerada com bastante regularidade como imperativo fiscal e como necessidade de gestão, embora os resultados apontem menor tendência como uma necessidade de gestão. Face ao exposto, Rosa (2013) concluiu que as empresas inquiridas percebem maior importância e utilidade da informação financeira para fins fiscais, sendo a sua preparação especialmente destinada ao governo. Contrariamente, o estudo de Serrasqueiro e Nunes (2004) demonstra que os gestores consideram de maior importância a elaboração das demonstrações financeiras para suportar o processo da tomada de decisão do que para fins fiscais, embora este último também seja um aspeto predominante nas empresas.

Sendo expetável que a análise e utilização das demonstrações financeiras conduziriam a uma melhor gestão financeira e, conseqüentemente, ao aumento das probabilidades de crescimento de uma PME, McMahon e Davies (1994) procuraram estabelecer uma relação entre essa análise/utilização e a taxa de crescimento e desempenho financeiro nessas empresas, embora os autores não tenham alcançado qualquer correlação entre elas.

É possível reconhecer que na literatura são identificados alguns estudos acerca da relevância e da utilidade da informação financeira/contabilística, sendo o estudo de Simon, Guetzkow, Kozmetsky e Tyndall (1954 *apud* Alves, 2008)² apontado como o primeiro e o de maior dimensão no que concerne à utilização da informação contabilística nas empresas, analisando a forma como é organizada a contabilidade da empresa no sentido desta beneficiar de um maior proveito da informação contabilística no processo de tomada de decisão (Alves, 2008). A nível nacional, identifica-se alguma insuficiência de investigações dentro desta temática da informação financeira, sendo que as existentes, na sua generalidade, não têm suporte empírico (Rosa, 2013).

2.6.1 A influência do gestor na utilidade da informação contabilística

O parágrafo 25 da EC no que se refere à compreensibilidade das demonstrações financeiras pressupõe que os utentes, designadamente o gestor enquanto utente destas, «tenham um razoável conhecimento das actividades empresariais económicas e da contabilidade e vontade de estudar a informação com razoável diligência» (Aviso n.º 15652/2009, 36229).

Dada a relevância da contabilidade, qualquer gestor deve compreendê-la e conhecer a sua utilidade para melhor exercer as suas funções, pelo que o investimento de formação nesta área é fundamental para a sobrevivência e sucesso da empresa (Szczesny *et al.*, 2006).

Scorte *et al.* (2009: 199) referem que a informação contabilística apenas se torna útil para o gestor se corretamente analisada, denotando que ela poderá ser o «*best friend*» do gestor em tempos de crise. Halabi, Barrett e Dyt (2010) referem que os proprietários de pequenas empresas com melhores competências de literacia financeira têm uma maior tendência na utilização da informação contabilística, sugerindo que o aumento dessas competências seria benéfico para as empresas de pequena dimensão. Identicamente, o estudo de Jaffar *et*

² SIMON, H. A.; GUETZKOW H.; KOZMETSKY G.; TYNDALL G. - *Centralization vs. decentralization in organizing the controller's department*. A research study and report prepared for Controllershship Foundation. New York, 1954.

al. (2012) concluiu que a qualificação académica e o tempo dispêndido na compreensão das demonstrações financeiras têm uma relação direta com a percepção atribuída à utilidade da informação contabilística pelas PME, porque quanto maior o conhecimento por parte do proprietário, maior o seu interesse na análise dos relatórios financeiros no sentido de analisar o desempenho e a posição do seu negócio.

Estudos como o de Serrasqueiro e Nunes (2004) e Winborg (1996) demonstram não só a relação da formação do gestor mas também a relação da sua experiência com a importância atribuída à informação contabilística. Os gestores que dispõem de uma maior formação académica e/ou uma menor experiência em gestão de empresas atribuem uma maior relevância à informação contabilística.

Winborg (1996) estabelece as diferenças relativamente aos gestores que utilizam informação contabilística dos que não a utilizam, constatando que os que a utilizam apresentam uma maior formação académica, presumindo-se um melhor conhecimento financeiro e de gestão. No que concerne à experiência do gestor, o autor também parece concluir que são os gestores com menor experiência em gestão que fazem uma maior utilização dos dados provenientes da contabilidade, possivelmente para compensar a sua inexperiência. Contrariamente, os gestores com uma maior experiência, obtida através de situações passadas, têm tendência a tomar decisões com base na sua intuição quando confrontados com situações futuras, em detrimento da utilização da informação contabilística.

Por vezes, os empresários desconhecem a utilidade da contabilidade enquanto sistema de informação para a tomada de decisões de gestão por possuírem pouca formação em matéria contabilística, considerando-a apenas como um gasto e não como um investimento, sendo essencial nortear os empresários no sentido de modificar a sua percepção acerca da informação contabilística, tornando essa informação num instrumento de vantagem competitiva e de valor estratégico para a empresa (Milanés Montero e Texeira Quirós, 2006).

2.6.2 A informação contabilística no atendimento das exigências fiscais

Conforme referido no artigo n.º 123 do CIRC, qualquer organização que exerça, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola, com sede ou direção efetiva em

território português, ou que aí possua estabelecimento estável, é obrigada a dispor de contabilidade organizada nos termos da lei comercial e fiscal, que permita o controlo do lucro tributável. Como tal a contabilidade tem como objetivo, entre outros, elaborar informação financeira que sirva de base ao cálculo do imposto sobre o rendimento, pelo que existe em Portugal uma grande interligação entre a contabilidade e a fiscalidade. Este alinhamento pode provocar distorções negativas na qualidade da informação financeira prestada, não refletindo a realidade das empresas, ao adotarem critérios fiscais ao invés de critérios económicos na elaboração da contabilidade, evitando assim, correções ao resultado contabilístico aquando da preparação da declaração Modelo 22 e ao procurarem minimizar o resultado contabilístico (minimizando o imposto a pagar), através da flexibilidade das normas contabilísticas e, eventualmente, através da utilização de medidas fraudulentas (Moreira, 2010). Assim, é necessário considerar todas as incongruências existentes entre o normativo contabilístico e o normativo fiscal uma vez que em muitos casos não serão aceites para efeitos fiscais os procedimentos contabilísticos, como é o caso do tratamento contabilístico da imparidade (Oliveira *et al.*, 2010).

Na eventualidade da não existência de um alinhamento tão forte entre a contabilidade e a fiscalidade, Miranda *et al.* (2008) através de um estudo revelaram que, existindo uma simplificação na recolha dos impostos, a maioria dos responsáveis pelas empresas, ainda assim, manteriam os serviços de contabilidade e os restantes 36% dos inquiridos prescindiriam dos seus serviços, não sendo, portanto, obtida outro tipo de informação útil para gestão da empresa. De forma semelhante Rosa (2013) concluiu que, na eventualidade de dispensa de contabilidade organizada, a maioria dos inquiridos do seu estudo não prescindiria dela, embora outra parte, não tão significativa mas bastante relevante, admitisse “muito” não manter a contabilidade. Moreira *et al.* (2013) concluíram que a maioria dos gestores não prescindiria dos serviços de contabilidade e estariam dispostos a atribuir uma remuneração mais elevada a quem elabora essa informação contabilística mediante o fornecimento de informações úteis à gestão, embora esse aumento tenha sido o mais baixo de todos os apresentados aos inquiridos, circunstância que demonstra a baixa importância atribuída à informação como auxílio no processo de gestão.

Stroeher e Freitas (2006) fundamentando-se numa pesquisa relativa às necessidades de informação contabilística nas pequenas empresas, constataram que os gestores associam a informação contabilística ao excesso de exigências fiscais, na medida em que grande parte

dos contabilistas, particularmente os com gabinetes de contabilidade e que prestam serviços às pequenas empresas, são especializados em aspetos legais/fiscais e, por isso, fornecem informações dentro desse âmbito, não sendo, portanto, tais informações utilizadas habitualmente pelos gestores aquando da tomada de decisão. Os autores observaram ainda que a contabilidade, principalmente nas pequenas empresas, se traduz apenas numa ferramenta de cálculo para atender às exigências fiscais e como mecanismo para evitar a tributação sendo relegada a sua utilidade para a gestão da empresa.

O estudo realizado por Maingot e Zeghal (2006) enfatiza o objetivo fiscal da contabilidade, considerando o cumprimento das exigências fiscais como o principal objetivo da contabilidade numa PME, seguido da prestação de informação às instituições bancárias e da análise do desempenho da empresa.

A generalidade das PME depositam reduzida importância na confiabilidade e na imagem verdadeira e apropriada que possa ser facultada pelas demonstrações financeiras e desvalorizam a sua utilização para fins de gestão, preocupando-se apenas com as informações necessárias para a determinação da base do lucro tributável (Müllerová, Paseková e Hýblová, 2010).

Atendendo à relação direta existente entre a informação contabilística e as operações diárias da empresa, a contabilidade não deverá subsistir apenas com carácter fiscal, mas deve, principalmente, suportar as decisões estratégicas da empresa (Silva *et al.*, 2010).

2.6.3 A informação contabilística no processo de tomada de decisão

O processo de tomada de decisão consiste na escolha de qual o caminho a seguir perante determinado problema ou oportunidade existente, pelo que qualquer gestor é confrontado diariamente com vários tipos de decisões (Chiavenato, 2004).

Segundo Scorte *et al.* (2009) o órgão de gestão necessita de informações contabilísticas para basear as suas decisões e estratégias de curto e longo prazo, essenciais para o alcance dos objetivos da empresa.

O gestor (financeiro) depara-se perante dois tipos de decisões, decisões estratégicas a médio e longo prazo (que incluem decisões de investimento, financiamento e de distribuição de resultados) e decisões operacionais a curto prazo (que incluem as decisões

correntes da empresa, ou seja, as ligadas ao ciclo de exploração que decorrem do negócio) (Neves, 2007 e Silva, 2010).

De acordo com Neves (2007) e Silva (2010) as decisões operacionais, a curto prazo, englobam a gestão do ativo corrente (clientes e inventários) e a gestão do passivo corrente (fornecedores). A gestão do ativo inclui a gestão do crédito concedido aos clientes, o controlo financeiro dos inventários e a aplicação dos excedentes temporários de tesouraria (por exemplo, através da constituição de depósitos a prazo). A gestão do passivo compreende a gestão dos créditos obtidos junto dos fornecedores e restantes credores de curto prazo e a cobertura dos défices temporários de tesouraria (por exemplo, através de um financiamento bancário).

De acordo com mesmos, as decisões de investimento a médio e longo prazo baseiam-se na decisão de investir ou desinvestir nos investimentos necessários ao regular funcionamento da empresa, através da análise da rentabilidade e dos riscos associados a essas decisões, com vista a potenciais benefícios económicos futuros para a empresa (*ibid.*).

As decisões de financiamento têm essencialmente como objetivo a captação de fundos que assegurem as políticas de investimento da empresa. Dentro do mesmo contexto, as decisões de distribuição de resultados estão relacionadas com a alocação da riqueza adquirida pela própria empresa, decidindo entre a proporção dos resultados líquidos a reter ou a distribuir pelos sócios/acionistas, atendendo ao contexto legal (*ibid.*). Contudo, esta decisão encontra-se intimamente ligada às decisões de financiamento, apresentando-se como uma opção de financiamento dos seus investimentos mediante capital próprio, caso a empresa opte pela retenção dos resultados em reservas, sendo que nas pequenas empresas, de acordo com Grablowsky e Burns (1980) o capital próprio é considerado uma importante fonte de financiamento. De forma idêntica, Rosa (2013) no seu estudo acerca da importância da informação financeira nas PME reforça que, embora a principal fonte de financiamento destas empresas seja o recurso ao financiamento bancário, outra parte significativa dessas indica como principal o recurso ao capital próprio (tendo esta fonte de financiamento sido a indicada mais frequentemente de entre as diversas fontes apresentadas), podendo evidenciar que o recurso ao financiamento alheio só é utilizado aquando da inexistência de capital próprio e outros recursos menos dispendiosos.

Atendendo à forte importância do sistema bancário na economia portuguesa no que concerne ao financiamento, em especial, das PME que, não tendo acesso ao mercado de capitais, garantem, quase na íntegra, o seu financiamento, e conseqüente sobrevivência, através de empréstimos bancários. Como elemento determinante na concessão ou recusa de crédito pelas instituições bancárias, é exigido às empresas o fornecimento de informação financeira (contabilística), como forma de avaliar a posição atual e a evolução da empresa. Neste sentido, é expectável que, principalmente as PME, sejam motivadas a transmitir informação financeira de qualidade para que os créditos sejam aprovados e para usufruírem de taxas de juros mais vantajosas (Martins, 2007).

No contexto das PME irlandesas, e segundo a ótica dos auditores das suas demonstrações financeiras, para as instituições bancárias a capacidade de liquidação foi reconhecida como o aspeto mais importante aquando da análise das demonstrações financeiras (Barker e Noonan, 1996).

Martins (2007) investigou a existência de uma relação entre a qualidade da informação financeira prestada pelas empresas portuguesas e o grau de dependência destas face ao sistema bancário, tendo concluído que esta dependência tem um efeito negativo nas empresas que apresentam elevada dependência bancária e dificuldades em gerar recursos próprios, que tendem a ocultar a sua verdadeira situação económico-financeira dado que resultados menos benéficos originam menor probabilidade na obtenção de crédito e originam condições menos favoráveis. Por outro lado, tem um efeito positivo nas empresas com baixa dependência bancária, que pretendem melhorar a qualidade da informação divulgada pois creem que uma melhor situação financeira origina maior probabilidade de obtenção de crédito e em melhores condições.

A pesquisa de Barker e Noonan (1996) concluiu que as demonstrações financeiras são de grande importância para os gestores das PME irlandesas nas suas decisões de financiamento, seguido das decisões de remuneração dos administradores e da distribuição de dividendos.

Anjos, Miranda, Silva e Freitas (2012) realizaram uma investigação acerca da percepção dos empresários das micro e pequenas empresas relativamente à utilidade da informação contabilística na obtenção de crédito junto dos bancos, tendo observado que os empresários, embora percecionem a importância e utilizem a informação contabilística,

consideram que as demonstrações financeiras não são as ferramentas mais apropriadas, apontando o histórico de crédito da empresa e a relação pessoal com o gestor da instituição como fatores predominantes na obtenção desse financiamento.

No que tange a este assunto, Silva (2010: 28) refere que «[a]o gestor financeiro compete-lhe não só analisar o impacto das decisões operacionais na tesouraria, mas, igualmente, as políticas de financiamento e de investimento que se referem ao médio/longo prazo, isto é, à continuidade da empresa, à sua sustentabilidade». Acrescentando que, a qualidade das decisões tomadas fundamenta-se na eficácia dos sistemas de informação, designadamente nos dados e informações proporcionados pela contabilidade e no relacionamento entre as várias áreas da empresa (*ibid.*).

Diversas investigações debruçaram-se sobre o tema da importância da informação financeira para a tomada de decisão nas PME, informação essa que se tornou um recurso estratégico essencial no atual cenário de globalização. Contudo, os gestores das PME carecem de alguma capacidade para utilizar essa informação.

Nunes e Serrasqueiro (2004) elaboraram um estudo junto de empresas portuguesas com menos de 50 trabalhadores do distrito de Castelo Branco com o objetivo de aferir o grau de importância atribuído pelos empresários/gestores à informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas, tendo observado que para estes gestores as informações contabilísticas são mais importantes na tomada de decisões de investimento e operacionais em detrimento das decisões de financiamento e de distribuição de resultados. Estas autoras analisaram ainda o tipo de informações de maior (e menor) importância percebida pelos empresários/gestores em cada uma das decisões, tendo concluído os resultados apresentados na Tabela 2.6. Não obstante, as autoras constataram que os empresários/gestores atribuem, em média, bastante importância a todo o tipo de informações contabilísticas nas decisões financeiras.

Tabela 2.6 Importância da informação contabilística nas decisões estratégicas e operacionais

	Decisões financeiras	Maior importância	Menor importância
Decisões estratégicas	Decisões de investimento	Capacidade financeira da empresa	Fluxo de caixa
	Decisões de financiamento	Impacto na estrutura financeira da empresa	Necessidade de equilibrar a tesouraria
	Decisões de distribuição de resultados	Capacidade financeira da empresa	Taxa de tributação dos dividendos
Decisões operacionais		Listagem da antiguidade de saldos devedores e credores	Comparação dos indicadores financeiros das empresas com os da concorrência

Fonte: Adaptado de Nunes e Serrasqueiro (2004)

Segundo o estudo realizado por Lungo e Alves (2013) com o objetivo de corroborar a utilidade da informação financeira na tomada de decisões pelos gestores de PME de Luanda e Lisboa, tendo incidido sobre cinco PME do setor terciário de cada uma das cidades, concluiu que as empresas angolanas reconhecem que o objetivo da contabilidade é, essencialmente, responder a fins fiscais embora também seja um instrumento de apoio à tomada de decisão (80%). No que concerne às empresas portuguesas, 40% dos inquiridos defenderam a mesma posição, outros 40% atribuíram à contabilidade semelhante utilidade a nível fiscal e de gestão e os restantes 20% atribuem utilidade somente ao nível de gestão. Este estudo conclui que a importância da informação financeira para a tomada de decisão é reconhecida pelos dois países.

Anjos, Miranda e Silva (2011) efetuaram uma pesquisa junto de um conjunto de cooperativas em Alagoas, no Brasil, acerca da informação facultada pelos contabilistas e a percepção do gestor em relação à importância e à qualidade atribuída aos contabilistas. Concluíram que os contabilistas são contratados tendo em conta o seu conhecimento em fiscalidade, baseando-se o seu contributo, essencialmente, na prestação de serviços relacionados com o cumprimento da legislação cível e tributária e, constataram que a percepção do gestor relativamente aos serviços contabilísticos traduz-se no atendimento de exigências legais, embora, a sua percepção esteja a evoluir gradualmente direcionando-se para a gestão. Concluíram também que a maioria dos gestores inquiridos estão dispostos a aumentar o valor do serviço prestado pelos contabilistas mediante obtenção de informação que auxilie na gestão e na continuidade do negócio. Este estudo corrobora os resultados de Miranda *et al.* (2008) que num estudo idêntico, junto de micro e pequenos supermercados de periferia, alcançaram semelhantes resultados relativamente à percepção do gestor acerca do serviços de contabilidade e à sua disposição de pagar mais por serviços úteis na tomada de decisão, circunstância que evidencia que os empresários percebem mais valia nas informações que possam auxiliar na melhoria da gestão e do desempenho do negócio.

Tendo em consideração que a contabilidade nas PME pode ser efetuada com recurso à contratação de serviços externos de contabilidade, Stroehrer e Freitas (2006) observaram a existência de um afastamento entre contabilistas e proprietários no que concerne à interação de informações essenciais para uma apropriada gestão das pequenas empresas. Provavelmente devido ao fraco conhecimento contabilístico do empresário que, ao não reconhecer o devido valor da contabilidade para a gestão do seu negócio, não valoriza os

serviços de contabilidade, nem o contabilística está disponível para demonstrar o real contributo da contabilidade para uma apropriada gestão, quer devido ao desconhecimento da importância da contabilidade por parte do proprietário, quer à baixa remuneração atribuída aos seus serviços.

Silva *et al.* (2010) na pesquisa que efetuaram junto de 55 empresas da região metropolitana do Recife, Brasil, acerca da forma como as micro e pequenas empresas utilizam a informação contabilística, concluíram que a maioria dos inquiridos denota confiança nas informações contabilísticas, embora uma parte significativa apresente dificuldades na sua utilização. Esta investigação concluiu também que a generalidade dos gestores não utiliza a contabilidade na mensuração do desempenho, no acompanhamento dos objetivos e na avaliação dos impactos financeiros. Contudo, os autores constatarem que o índice de confiabilidade na informação poderá indicar uma mudança na utilização da contabilidade no processo da tomada de decisão.

Porton e Longaray (2006) realizaram um estudo a 20 lojas de um centro comercial tendo constatado que 85% das mesmas utilizam as informações contabilísticas nos seus processos de decisão.

No mesmo sentido, Barros (2005) realizou um estudo a 15 empresas de construção tendo concluído que 66% dos inquiridos utilizam informação contabilística como ferramenta de apoio à gestão. Dos restantes, que não utilizam essa informação com esse propósito, 7% indica que a contabilidade é orientada para fins fiscais e 27% indica possuir outras ferramentas de apoio à gestão não incluídas no sistema contabilístico.

Moreira *et al.* (2013) efetuaram um estudo acerca da influência da informação contabilística na tomada de decisão junto de micro e pequenos retalhistas, tendo os dados demonstrado que uma maioria significativa de gestores creem na sua própria experiência como principal recurso para a tomada de decisões, e somente 22,6% dos inquiridos utiliza as informações provenientes da contabilidade como recurso de apoio à gestão. Segundo a mesma análise, os gestores entendem que a informação contabilística tem maior importância para o cumprimento das obrigações fiscais e um grau menos elevado de importância para o auxílio na tomada de decisão, porém cerca de 60% dos inquiridos quando confrontados com a importância da informação consideram-na útil no processo de tomada de decisão.

Considerando que a utilidade da informação contábilística para a tomada de decisão resulta de um nível mais elevado de exigência de um amplo leque de utilizadores, a utilidade mostrou-se maioritariamente mais elevada para os preparadores da informação contábilística das grandes empresas comparativamente com as empresas de menor dimensão (Albuquerque *et al.*, 2013).

Em suma, a contabilidade tem como objetivo fornecer informações úteis na tomada de decisões, sejam elas, operacionais, de investimento, de financiamento ou de distribuição de resultados, não obstante o seu papel na determinação das obrigações fiscais. Atendendo à importância da contabilidade para um sistema de gestão eficiente no quotidiano das empresas, os autores não são consensuais na identificação do verdadeiro objetivo da contabilidade como auxílio na tomada de decisões. Esta circunstância poderá estar relacionada com a dimensão das PME em que, maioritariamente, o proprietário é o gestor, por vezes com uma deficiente formação em matéria contábilística, um inadequado acompanhamento por parte dos agentes externos da contabilidade e uma informação contábilística restrita ao atendimento das exigências fiscais.

3. Metodologia da investigação

Este capítulo aborda os procedimentos adotados no desenvolvimento do estudo empírico, identificando os objetivos e as hipóteses formuladas, caracterizando o método de recolha e as técnicas de análises de dados adotadas, e delimitando a população e a respetiva amostra do estudo.

3.1 Introdução

Após reflexão acerca da importância e do interesse da temática, se a mesma seria passível de ser investigada e da existência de conteúdo bibliográfico sobre a mesma, selecionou-se o tema desta investigação (Cunha, 2009), que se consubstanciou na relevância e utilidade da informação contabilística no seio das empresas, pelo que se formulou como objetivo geral desta, observar e concluir acerca da importância e utilidade atribuída à informação contabilística pelos gestores das PME, enquanto principais responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras das empresas representativas da quase totalidade do tecido empresarial português.

Estabelecido o objetivo do presente estudo, efetuou-se a pesquisa que segundo Oliveira (2001: 118) «[...] envolve a abertura de horizontes e a apresentação de diretrizes fundamentais, que podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento».

Esta investigação, numa fase inicial, assentou na revisão da literatura, que consistiu na pesquisa e coleta de informação de relevância no contexto geral de investigação, e na problemática específica deste estudo, com o objetivo de adquirir conhecimento científico e de demonstrar o estado em que se encontra a investigação, implicando a leitura do que já foi escrito dentro da temática, retirando argumentos e redigindo conclusões (Bell, 2002; Sousa e Baptista, 2011). No caso da presente investigação, a revisão bibliográfica focou-se, essencialmente, na importância e utilidade da informação contabilística, nas características das PME e na sua relevância económica.

«A pesquisa bibliográfica é fortemente influenciada pelo conhecimento prévio existente acerca de uma determinada área científica na qual se insere a nossa problemática» (Sousa e Baptista, 2011: 33), tendo a pesquisa bibliográfica deste estudo incluindo monografias,

artigos académicos e de carácter científico, dissertações/teses, atas de congressos, documentação governamental e diplomas legais e sítios na *internet*.

Numa fase posterior, e com base na revisão da literatura, procedeu-se ao desenvolvimento da metodologia da investigação para alcançar os objetivos definidos para o presente estudo, sendo necessário «[...] procurar os métodos e técnicas de pesquisa e análise que se apresentem como mais apropriados para explicar a realidade que constitui o objecto de estudo [...]» (Cunha, 2009: 61).

Para o estudo empírico, e considerando o objeto e os objetivos da investigação revelou-se mais apropriada, a utilização de uma metodologia quantitativa, abordagem que permite «[...] quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações, [...] com o emprego de recursos e técnicas estatísticas [...]» (Oliveira, 2001: 115), sob a forma de inquérito por questionário, na medida em que é pretendida a observação de opiniões de uma determinada população (Sousa e Baptista, 2011). Outra motivação que originou a seleção deste método é o facto de os questionários serem o método comumente utilizado pelos investigadores identificados na revisão da literatura. O inquérito disponibilizado procurou, essencialmente, observar e analisar a percepção dos responsáveis pela gestão relativamente à informação contabilística.

Face ao exposto, a presente secção pretende elucidar acerca da metodologia utilizada no estudo empírico apresentado na secção 4, identificando os objetivos e as hipóteses de investigação, caracterizando o método de recolha e as técnicas de análise de dados, e identificando a população e a amostra selecionada.

3.2 Objetivos e hipóteses do estudo

Conforme já referido o objetivo geral deste estudo, resultado final que se pretende alcançar, consiste em identificar a percepção dos gestores das PME acerca da relevância e utilidade das demonstrações financeiras no seio da empresa onde exercem funções de gestão. Com base na revisão da literatura, e procurando responder ao objetivo geral desta investigação, formularam-se os seguintes objetivos específicos:

- i. Verificar a existência de relação entre a relevância atribuída à informação contabilística e as variáveis relacionadas com a empresa e com o gestor.

- ii. Demonstrar a percepção dos gestores das PME quanto à característica qualitativa mais evidente em cada demonstração financeira, e consequente, importância e utilidade atribuída a cada uma.
- iii. Identificar, na perspectiva dos gestores, quais os utentes que maior atenção prestam a cada uma das demonstrações financeiras.
- iv. No conjunto da utilidade conferida às demonstrações financeiras, avaliar para que fins a sua utilização tem uma maior predominância.

No sentido de dar resposta a alguns dos objetivos específicos deste estudo, foram formuladas hipóteses sustentadas na revisão da literatura, que pretendem «[...] orientar objectivamente a investigação através de formulações provisórias e, mais tarde, sujeitas a processos de confirmação ou infirmação, numa vertente representacional de manipulação da realidade» (Cunha, 2009: 47), devendo estas, segundo Quivy e Campenhoudt (1998: 138), «[...] articular-se umas com as outras e integrar-se logicamente na problemática». Em apêndice apresenta-se de forma sucinta a relação entre os objetivos, as hipóteses e as questões a aplicar de acordo com a metodologia estabelecida (Apêndice 1).

No pressuposto que o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação útil na tomada de decisões económicas, alguns estudos empíricos sugerem que a informação contabilística para a tomada de decisão revelou-se de maior utilidade para as empresas de maior dimensão (Albuquerque *et al.*, 2013; Serrasqueiro e Nunes, 2004; Winborg, 1996), e consequentemente, de maior importância, considerando que essa está intrinsecamente relacionada com a utilidade conferida à informação contabilística. A literatura fundamenta que com o aumento da dimensão das empresas, as operações tendem a aumentar, tornando-se mais difícil a gestão sem recurso à informação contabilística (Winborg, 1996). Igualmente as empresas de maior dimensão, em resultado de um nível mais elevado de exigência de um amplo leque de utentes, atribuem à informação contabilística uma maior importância (Albuquerque *et al.*, 2013). Nas PME, pela sua dimensão, pode até existir desinteresse por parte de alguns gestores na utilização completa da informação contabilística (Stroeher e Freitas, 2006).

De acordo com a Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de maio de 2003, os critérios para classificação em PME são o número de efetivos, o volume de negócios e o

balanço total (Comissão, 2003), pelo que foi elaborada a seguinte hipótese, desagregada em 3 sub-hipóteses:

H1. A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com a dimensão da empresa.

H1.1 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o número médio de colaboradores da empresa.

H1.2 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o volume de negócios da empresa.

H1.3 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o total do ativo da empresa.

Outro aspeto mencionado na literatura passível de influenciar a importância e a utilidade da informação contabilística são os serviços de contabilidade, que podem ser elaborados interna ou externamente, embora os estudos não sejam unânimes no que respeita a uma relação entre a dimensão das empresas e o recurso a serviços internos ou externos de contabilidade (Collis e Jarvis, 2000; Rosa, 2013). A literatura evidenciada na presente investigação demonstra que nas PME é atribuída uma maior importância e utilização da contabilidade no processo de tomada de decisão quando a contabilidade é elaborada internamente, sendo que, quando a empresa recorre a serviços externos de contabilidade, essencialmente, especializados em aspetos fiscais e legais, a informação contabilística fornecida pode resumir-se ao cumprimento dessas obrigações fiscais, não sendo, portanto, tais informações utilizadas pelos gestores nem as mais apropriadas para suprir as suas necessidades de informação aquando da tomada de decisão (Nunes e Serrasqueiro, 2004; Stroehrer e Freitas, 2006).

Neste contexto foi elaborada a seguinte hipótese a testar, desagregada em 3 sub-hipóteses:

H2. A importância atribuída às demonstrações financeiras está relacionada com os serviços de contabilidade consoante estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.

H2.1 A dimensão da empresa está relacionada com os serviços de contabilidade consoante estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.

H2.2 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com os serviços de contabilidade consoante estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.

H2.3 A importância atribuída às demonstrações financeiras no cumprimento das obrigações fiscais está relacionada com os serviços de contabilidade consoante estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.

A literatura indica ainda que as PME são caracterizadas por baixos níveis de qualificação dos seus empresários-gestores, circunstância que pode tornar-se num impedimento para a análise e percepção das demonstrações financeiras pela dificuldade de interpretação dessa informação, gerando o desinteresse do gestor na utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão. Vários são os estudos que evidenciam uma relação direta entre o nível de formação do gestor e a importância e utilidade atribuída à informação contabilística (Halabi *et al.*, 2010; Jaffar *et al.*, 2012; Milanés Montero e Texeira Quirós, 2006; Moreira, 2010; Miranda *et al.*, 2008; Serrasqueiro e Nunes, 2004; Winborg, 1996). A literatura também sugere a existência de relação entre a experiência do gestor e a importância atribuída à informação contabilística (Serrasqueiro e Nunes, 2004; Winborg, 1996). Conforme já referido ao longo deste estudo uma das características associadas às PME é a não separação entre a propriedade e gestão, podendo evidenciar que não existindo um gestor específico responsável pela área financeira/gestão, esta função é exercida pelo proprietário que, por vezes, sem formação adequada, poderá influenciar a importância concedida à informação contabilística (Serrasqueiro e Nunes, 2004).

Neste sentido, procurou-se estabelecer relações entre a importância e o grau de dificuldade atribuído às demonstrações financeiras com as variáveis do gestor (designadamente, com as habilitações literárias, área de formação, experiência e ser ou não proprietário) pelo que se formulou a seguinte hipótese de investigação, desagregada em 6 sub-hipóteses:

H3. A importância atribuída às demonstrações financeiras e o grau de dificuldade de interpretação das mesmas estão relacionados com as variáveis do gestor.

H3.1 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com as habilitações literárias do gestor.

H3.2 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com a área de formação do gestor.

H3.3 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com a experiência profissional do gestor.

H3.4 O grau de dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras está relacionado com as habilitações literárias do gestor.

H3.5 O grau de dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras está relacionado com a área de formação do gestor.

H3.6 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o facto de o gestor ser ou não proprietário, podendo esta característica do gestor estar associada à sua formação.

Importa relevar que as hipóteses, afiguram-se como afirmações prévias e pressupostos aceitáveis que podem ser apoiados em estudos anteriores ou fundamentados pelo autor antes de iniciar o estudo, de acordo com o senso comum. As hipóteses «[...] não são necessariamente verdadeiras, pois as mesmas são formuladas para que no final da investigação sejam consideradas verdadeiras ou falsas» (Sousa e Baptista, 2011: 27).

3.3 Método de recolha e técnicas de análise de dados

A seleção dos métodos e das técnicas deve ser apropriada à prossecução dos objetivos definidos, às hipóteses formuladas e à amostra que se pretende inquirir, neste sentido, Oliveira (2001: 163) refere que esta escolha,

[...] está, portanto, diretamente relacionada com o problema a ser pesquisado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objetivo da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação.

3.3.1 Inquérito por questionário

A seleção do inquérito por questionário foi considerada como a metodologia mais adequada para a presente investigação, sendo a utilização deste método, segundo Quivy e Campenhoudt (1998), aconselhada quando se pretende conhecer determinada população

(condições e modos de vida, costumes, comportamentos, valores e opiniões), analisar um fenómeno social e genericamente, quando necessária alguma representatividade, permite inquirir um número considerável de pessoas.

Conforme referido por Bell (2002: 28) «[...] compreender as principais vantagens e desvantagens de cada abordagem pode ser uma ajuda na selecção da metodologia mais apropriada para o trabalho [...]», pelo que seguem algumas vantagens e desvantagens associadas ao método seleccionado.

O inquérito por questionário apresenta como vantagens, abranger um grande número de pessoas, ter associados baixos custos, permitir ao inquirido fornecer resposta dentro da sua disponibilidade, garantir o anonimato dos inquiridos facilitando a autenticidade das respostas, diminuir o risco de distorção pela não manipulação do investigador e permitir quantificar uma variedade de dados e proceder, de seguida, a uma maior sistematização dos mesmos, permitindo análises de correlação. Porém este método tem associado algumas limitações, sendo algumas delas, a baixa taxa de respostas e o grau de dificuldade de compreensão do inquirido que pode originar a uniformidade de respostas (Quivy e Campenhoudt, 1998; Marconi e Lakatos, 2003; Sousa e Baptista, 2011).

Segundo Marconi e Lakatos (2003: 202-203) «[o] processo de elaboração é longo e complexo: exige cuidado na selecção das questões, levando em consideração a sua importância, isto é, se oferece condições para a obtenção de informações válidas». Neste estudo empírico, o inquérito foi elaborado com base na análise de estudos relacionados com o tema e evidenciados na revisão da literatura, designadamente observando objetivos, hipóteses e questionários desses mesmos estudos.

O questionário elaborado foi composto por 21 questões, segundo Marconi e Lakatos (2003) classificadas quanto à forma em perguntas fechadas (o inquirido escolhe entre duas opções possíveis), em perguntas fechadas de múltipla escolha (o inquirido escolhe entre várias opções), subdividindo-se estas últimas, em perguntas com mostruário (o inquirido pode seleccionar uma ou várias das respostas apresentadas) e em perguntas de estimação ou avaliação (o inquirido deve seleccionar uma resposta através de uma escala com vários graus de intensidade). A escolha por questões fechadas justifica-se pela maior facilidade de organização das respostas e pela diminuição do tempo a despendido pelo inquirido, embora, devido à escolha restrita, as respostas possam não corresponder totalmente à realidade por

não apresentarem uma opinião exata do inquirido (Sousa e Baptista: 2011). O inquérito está dividido em 3 partes distintas, a primeira relativa à caracterização da empresa, a segunda referente à caracterização do inquirido enquanto gestor da empresa e a última parte referente à contabilidade da empresa e à importância que lhe é atribuída pelo inquirido. Com o intuito de obter uma maior receptividade da amostra procurou-se redigir um questionário não muito extenso, o que poderia originar a desistência imediata ou a desmotivação ao longo do seu preenchimento (Cunha, 2009), estimando-se para o inquérito uma duração aproximada de 5 minutos.

Após elaboração, «[...] o questionário precisa ser testado antes de sua utilização definitiva, aplicando-se alguns exemplares em uma pequena população escolhida» (Marconi e Lakatos, 2003: 203), com a finalidade de reformular o questionário e de modificar, ampliar ou eliminar questões irrelevantes para a investigação, bem como, averiguar o tempo estimado necessário para o preenchimento da sua totalidade (Marconi e Lakatos, 2003; Bell, 2002). O pré-teste foi aplicado junto de alunos, profissionais de empresas de pequena dimensão relacionados e não relacionados com a área de estudo, tendo originado ajustes, essencialmente, ao nível do conteúdo, da forma e do vocabulário.

A recolha de informações foi realizada *online* por meio de um questionário elaborado através da aplicação *Google Drive* (Apêndice 2), tendo ficado disponível entre o dia 17 de março de 2014 e o dia 29 de junho de 2014. Para tal, foi enviado um *e-mail* de apresentação (Apêndice 3), com inclusão do link de acesso ao inquérito, «[...] explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas [...]» com o intuito de incentivar o inquirido a participar no inquérito (Marconi e Lakatos, 2003: 201). Simultaneamente foi assegurada a total confidencialidade e anonimato nos dados recolhidos sendo os mesmos utilizados somente para efeitos estatísticos no âmbito do estudo, procurando-se desta forma, uma maior autenticidade e segurança nas respostas fornecidas pelo inquirido e uma maior percentagem de respostas obtidas.

Salienta-se que, durante o processo de recolha dos inquéritos e perante a reduzida taxa de obtenção de respostas, foi necessário enviar novos *e-mails* no sentido de lembrar e encorajar os inquiridos a participar no presente estudo.

3.3.2 Técnicas de análise de dados

Para análise e tratamento das respostas obtidas, exportadas para uma folha de cálculo, através do aplicativo do inquérito, procedeu-se à análise descritiva e *cross-relation* das mesmas.

Na análise descritiva foram apresentados e interpretados os dados recolhidos, através da exibição de tabelas e figuras, com indicação das frequências absolutas e relativas inerentes a cada questão, indicando, a resposta mais frequente no conjunto dos dados (moda), tendo sido utilizada como ferramenta de tratamento de dados a folha de cálculo do *Excel*. Nesta análise caracterizou-se a empresa e o inquirido, e a importância atribuída pelo gestor às demonstrações financeiras, procedendo-se assim à análise das respostas e à formulação de algumas conclusões.

Posteriormente, com recurso à ferramenta de cálculo *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, as variáveis inerentes a determinadas questões foram cruzadas (*cross-relation*) com o intuito de responder às hipóteses formuladas.

3.4 Universo e amostra do estudo

Em estatística, a população ou o universo corresponde à totalidade dos casos para os quais se pretende extrair conclusões, dependendo do assunto a ser investigado (Hill e Hill, 2008; Oliveira, 2001), sendo que, nesta investigação em concreto, o universo são as PME sediadas no distrito de Lisboa.

Quivy e Campenhoudt (1998: 159) referem que, «[u]ma vez delimitada uma população [...], nem sempre é possível, ou sequer útil, reunir informações sobre cada uma das unidades que a compõem» o que sucede nesta investigação, na medida em que o número total de PME existentes em Lisboa era, em 2011, de 324.982, representativas de cerca de 29% do total das PME não financeiras existentes em Portugal (INE, 2013). Assim, foi necessário delimitar a amostra do estudo, através da seleção de uma fração dos casos que integram o universo, podendo, eventualmente, através desta amostra analisar os dados, extrair resultados e generalizar conclusões para a totalidade da população (Hill e Hill, 2008).

Do universo das PME sediadas no distrito de Lisboa, selecionou-se a amostra desta investigação com base na lista das empresas distinguidas com o Estatuto PME Excelência 2011³. A amostra baseada na listagem relativa ao período de 2011, justifica-se por ser a disponível aquando do início da presente investigação e da recolha dos contactos para posterior envio do inquérito.

Atendendo a que este estudo pretende conhecer a perceção relativamente às demonstrações financeiras, justifica-se conhecer a opinião do gestor enquanto principal responsável pela elaboração dessa informação contabilística, pelo que a amostra deste estudo foi constituída pelos gestores do total das 228 PME Excelência 2011 de Lisboa.

Segundo Santos (s.d) para um erro amostral (diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor) de 12% e um nível de confiança (probabilidade do erro amostral efetivo ser menor do que o erro amostral admitido pela pesquisa) de 90%, é necessário obter 40 respostas válidas.

Atendendo à enorme dificuldade na obtenção de respostas e apesar de todos os apelos realizados através de correio eletrónico, foram rececionadas 42 respostas válidas no total dos 228 questionários remetidos.

Não obstante, a reduzida amostra selecionada e a limitada taxa de obtenção de respostas, esta investigação, não podendo ser generalizada para a totalidade da população, constitui um estudo a adicionar à insuficiência de estudos efetuados em Portugal relativos a esta temática.

Em suma, este capítulo sintetiza a metodologia utilizada ao longo do estudo, após o que se procedeu à análise dos dados, expostos no capítulo subsequente.

³ Segundo informação retirada do sítio do IAPMEI:

O Estatuto PME Excelência 2011 foi atribuído a mais de 1400 empresas, que em vários sectores de atividade, se destacaram pelos melhores desempenhos económico-financeiros e de gestão.

O Estatuto PME Excelência insere-se num programa de qualificação de empresas do IAPMEI, o programa FINCRESCCE, que visa conferir notoriedade e otimizar condições de financiamento e de reforço competitivo ao segmento das PME Líder, empresas com perfis de risco superiores, que pelas suas estratégias de crescimento constituem alavancas importantes do desenvolvimento económico do País (disponível em http://www.iapmei.pt/iapmei-not-02.php?noticia_id=957).

4. Estudo empírico

Este capítulo inclui o tratamento dos dados obtidos através do método de recolha selecionado (o inquérito), com base em técnicas de análise de dados (análise descritiva e cruzada das variáveis) que permitiram extrair conclusões e procuraram responder às hipóteses e aos objetivos do estudo previamente formulados.

4.1 Análise descritiva do estudo

Esta secção contempla a descrição e a análise dos resultados obtidos junto das 42 PME Excelência 2011 do distrito de Lisboa, cujo objetivo principal foi a investigação acerca da importância atribuída à informação contabilística pelos gestores das PME.

Procedeu-se a uma análise geral com a caracterização da empresa e com a caracterização do elemento com funções de gestão na mesma, na sequência foi analisada qual a importância atribuída por esses gestores às informações contabilísticas. De notar que ao longo desta secção serão mencionados alguns estudos identificados na revisão da literatura.

4.1.1 Caracterização das empresas inquiridas

Com base nos inquéritos rececionados procurou-se caracterizar as 42 PME Excelência tendo em consideração o setor, o número de anos de atividade, o número médio de efetivos, o volume anual de negócios e o total de ativo dessas empresas.

No que se refere ao setor da empresa, conforme Tabela 4.1, mais de 60% dos inquiridos são gestores de empresas que atuam exclusivamente no setor de prestação de serviços ou neste setor conjuntamente com outros setores.

Tabela 4.1 Setor da empresa

Setor	n	%
Indústria	7	17%
Comércio	5	12%
Prestação de serviços	21	50%
Outro	0	0%
Cómercio / Prestação de serviços	3	7%
Indústria / Comércio	3	7%
Indústria / Prestação de serviços	1	2%
Indústria / Comércio / Prestação de serviços	2	5%
Total	42	100%

Os resultados obtidos, espelhados na Tabela 4.2, demonstraram que 67% das empresas inquiridas operam no mercado à mais de 15 anos, 12% iniciaram a sua atividade à menos de 15 anos e mais de 11 anos e 21% à menos de 10 anos e mais de 5 anos. Sendo importante relevar que todas as 42 PME Excelência inquiridas iniciaram a sua atividade à mais de 5 anos, podendo esse facto estar relacionado com a distinção atribuída a este tipo de empresas que se evidenciaram como as que apresentavam solidez no mercado e elevados padrões competitivos no atual contexto nacional.

Tabela 4.2 Início de atividade da empresa

N.º anos	n	%
Menos de 5 anos	0	0%
Entre 5 e 10 anos	9	21%
Entre 11 e 15 anos	5	12%
Mais de 15 anos	28	67%
Total	42	100%

Relativamente ao número médio de efetivos, é possível verificar através da Tabela 4.3 que todas as empresas inquiridas dispõem de menos de 250 colaboradores, circunstância que se coaduna com os limites da definição de PME conforme a Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de maio de 2003. Embora a Recomendação tenha em consideração para a definição em média, pequena e microempresa dois limites (número de efetivos, volume de negócios anual ou balanço total), privilegia como critério o número de efetivos (Comissão, 2003), assim, com base apenas neste critério e nos dados recolhidos, constata-se que 24% são médias, 60% são pequenas e 17% são microempresas, sendo que, a maioria das empresas, amostra deste estudo, possui entre 10 a 49 colaboradores (60%).

Tabela 4.3 Número médio de colaboradores da empresa

N.º efetivos	n	%
Menos de 10	7	17%
Menos de 50	25	60%
Menos de 250	10	24%
Mais de 250	0	0%
Total	42	100%

De acordo com a Tabela 4.4, das empresas inquiridas, 18 (43%) tem um volume de negócios inferior a 2 milhões de euros, 11 (26%) um volume de negócios inferior a 10 milhões de euros, 7 (17%) um volume de negócios inferior a 50 milhões de euros, 5 (12%)

um volume de negócios superior a 50 milhões de euros e, embora irrelevante em termos percentuais, o facto de um dos gestores inquiridos desconhecer o volume de negócios da empresa pode precocemente indiciar a falta de importância atribuída à informação contabilística.

Tabela 4.4 Volume anual de negócios da empresa (em euros)

Volume negócios	n	%
Menos de 2.000.000	18	43%
Menos de 10.000.000	11	26%
Menos de 50.000.000	7	17%
Mais de 50.000.000	5	12%
Desconhece	1	2%
Total	42	100%

Os gestores das empresas, foram ainda inquiridos acerca do total de ativo, outro dos limites para definir as empresas em termos de dimensão. Verifica-se através da Tabela 4.5 que cerca 72% da amostra deste estudo apresenta um total de ativo inferior a 10 milhões de euros.

De forma idêntica à constatação evidenciada na Tabela 4.4, o desconhecimento pelo total de ativo da empresa por parte de 3 inquiridos pode também sugerir alguma deficiência na utilização da informação contabilística.

Tabela 4.5 Total de ativo da empresa (em euros)

Total ativo	n	%
Menos de 2.000.000	15	36%
Menos de 10.000.000	15	36%
Menos de 43.000.000	7	17%
Mais de 43.000.000	2	5%
Desconhece	3	7%
Total	42	100%

4.1.2 Caracterização do elemento com funções de gestão nas empresas inquiridas

Com o intuito de aferir eventuais relações entre o perfil do inquirido e a importância atribuída pelo mesmo à informação contabilística, pretendeu-se identificar na amostra das 42 PME Excelência as características do inquirido, enquanto elemento com funções de

gestão na empresa, designadamente, no que concerne à sua formação e experiência profissional.

Em conformidade com a literatura uma das características adjacentes às PME é a inexistência de separação entre a propriedade e a gestão, sendo que a função de gestão é frequentemente exercida pelo próprio proprietário. Os resultados obtidos no Figura 4.1 corroboram a evidência descrita, demonstrando que a maioria, 27 dos inquiridos, representativos de 64% da amostra, atuam como proprietários e gestores nas suas empresas.

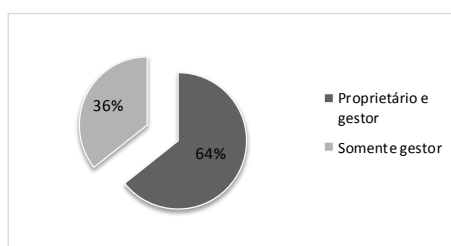


Figura 4.1 Cargo/função do inquirido

É possível constatar, através da Tabela 4.6, que 74% dos inquiridos apresentam uma idade compreendida entre 35 e 54 anos de vida.

Tabela 4.6 Idade do inquirido

Idade	n	%
Até 34 anos	6	14%
Entre 35 e 45 anos	15	36%
Entre 46 e 54 anos	16	38%
Mais de 55 anos	5	12%
Total	42	100%

No que se refere à escolaridade dos inquiridos, os resultados apontam que a licenciatura é o nível de habilitações literárias com maior frequência na amostra. É relevante denotar que 76% possuem um nível de formação académica superior e os restantes inquiridos (24%) possuem escolaridade obrigatória (12.º ano) ou inferior (Figura 4.2).

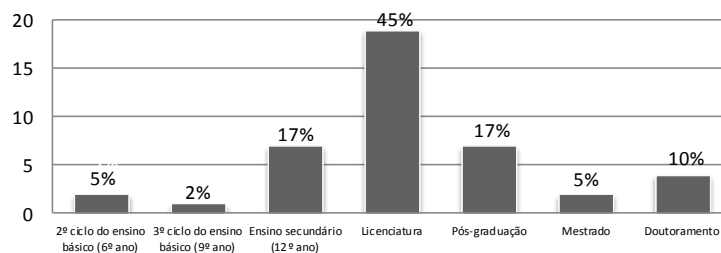


Figura 4.2 Habilitações literárias do inquirido

Dos inquiridos com formação ao nível do ensino superior e, também, do ensino secundário constatou-se que 60% apresentam formação em gestão e áreas relacionadas (isto é, em contabilidade, finanças ou economia) e que 38% apresentam formação em outras áreas identificadas com a atividade da empresa, sendo também importante ao gestor deter conhecimentos relacionados com as operações desempenhadas diariamente na área de negócio. Vários autores correlacionam as competências de literacia financeira do gestor com o grau de importância e utilização da informação contabilística, pelo que a sua formação em gestão e áreas relacionadas pode contribuir para uma melhor análise do desempenho e da posição da empresa, e consequente, obtenção de uma maior vantagem competitiva no mercado (Halabi *et al.*, 2010; Jaffar *et al.*, 2012; Milanés Montero e Teixeira Quirós, 2006; Moreira, 2010; Miranda *et al.*, 2008; Nunes e Serrasqueiro, 2004; Winborg, 1996).

O parágrafo 25 da EC do SNC reforça a importância da formação do gestor enquanto utente da informação contabilística, pressupondo que este detenha «um razoável conhecimento das actividades empresariais económicas e da contabilidade e vontade de estudar a informação com razoável diligência» (Aviso n.º 15652/2009, 36229).

Relativamente à experiência profissional em funções de gestão, conforme Tabela 4.7, os resultados indicam que 93% dos inquiridos da amostra deste estudo possuem experiência superior a 5 anos e apenas 7% possuem menos de 5 anos de experiência. A literatura demonstra a existência de relação entre a experiência do gestor e a importância atribuída à informação contabilística, evidenciando que os gestores com maior experiência em gestão de empresas atribuem uma menor relevância à informação contabilística e tendem a tomar decisões com base na sua intuição em detrimento da utilização da informação contabilística (Serrasqueiro e Nunes, 2004; Winborg, 1996).

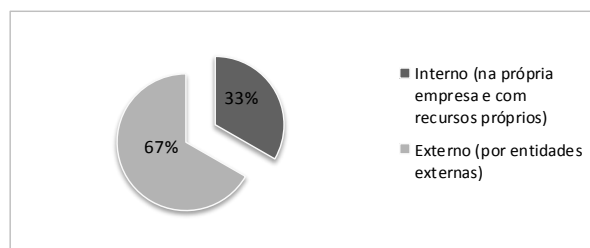
Tabela 4.7 Experiência profissional do inquirido em funções de gestão

N.º anos	n	%
Menos de 5 anos	3	7%
Entre 5 e 10 anos	12	29%
Entre 11 e 20 anos	18	43%
Mais de 20 anos	9	21%
Total	42	100%

4.1.3 Caraterização da contabilidade e a sua importância para o gestor

Após um conjunto de questões referentes à caraterização da empresa e do gestor inquirido, expõem-se as questões base ao cumprimento do objetivo estabelecido para esta investigação. Assim, nesta subsecção, serão abordadas questões relativas à contabilidade das empresas inquiridas e questões acerca da percepção dos gestores quanto à utilização e à importância das demonstrações financeiras, quanto aos principais utentes e quanto às características qualitativas que melhor caraterizam cada uma das demonstrações financeiras.

De acordo com a Figura 4.3, no total das 42 PME respondentes, 28 possuem contabilidade realizada por entidades externas à empresa, e as restantes 14 possuem contabilidade efetuada na empresa e com recursos próprios.

**Figura 4.3** Caraterização do serviço de contabilidade

Esta variável reveste-se de importância na medida em que uma contabilidade elaborada internamente pode assegurar uma maior qualidade da informação contabilística a prestar ao gestor, e, inversamente, uma contabilidade elaborada externamente pode não assegurar o fornecimento de informações adequadas e úteis às necessidades de informação das empresas (Silva *et al.* 2010).

Conforme abordado na secção 2.3, as empresas de menor dimensão, consoante determinados limites, podem optar por aplicar normas específicas adaptadas às suas necessidades no sentido de simplificar as exigências de relato financeiro (a NCRF-PE ou o regime da NCM). Com base nas respostas obtidas, constatámos que 19% dos inquiridos encontram-se abrangidos por normativos específicos às suas necessidades de relato, 50% não se encontram abrangidos e 31% desconhecem se a empresa onde exercem funções de gestão se encontra ou não abrangida por esses normativos específicos. É possível deduzir que esta ausência de conhecimento acerca do normativo contabilístico utilizado, sugira um fraco conhecimento na área contabilística por parte do gestor e, conseqüentemente, uma reduzida importância atribuída a esta área. No desenvolvimento das respostas anteriores, dos 8 (19%) inquiridos abrangidos pelos normativos referidos, 7 aplicam a NCRF-PE.

Consoante o regime contabilístico adotado, estabeleça uma maior ou menor simplificação das exigências de relato, a empresa pode optar pela dispensa de determinadas demonstrações financeiras e pela apresentação de modelos reduzidos para outras demonstrações. As demonstrações financeiras apresentam-se relevantes ao «proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas» (Aviso n.º 15652/2009, 36228). A EC do SNC estabelece como um conjunto completo de demonstrações financeiras, um balanço, uma demonstração dos resultados, uma demonstração das alterações na posição financeira, uma demonstração de fluxos de caixa e um anexo (Aviso n.º 15652/2009) pelo que procurou-se conhecer, junto dos gestores, objeto deste estudo, qual o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras enquanto instrumento de gestão.

A Figura 4.4 demonstra que, na generalidade, os órgãos de gestão atribuem um grau considerável de importância às demonstrações financeiras, conferindo-lhes um grau de importância **Alto** (20 respondentes) e **Muito alto** (12 respondentes). Dos restantes respondentes, 8 classificam as demonstrações financeiras como de importância **Moderada** e 2 respondentes classificam-nas como de importância **Baixa**.

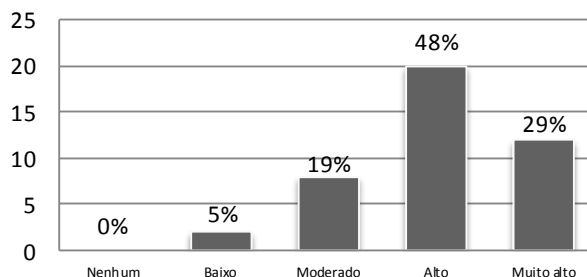


Figura 4.4 Grau de importância atribuído às demonstrações financeiras

O conjunto completo das demonstrações financeiras refletem informação distinta para as mesmas transações encontrando-se, portanto, interligadas entre si devem ser analisadas como um todo sob pena de individualmente não proporcionarem toda a informação necessária no âmbito do relato financeiro essencial para a tomada de decisão (Aviso n.º 15652/2009). Não obstante a sua importância como um todo, cada uma das demonstrações financeiras pode revestir-se de uma maior ou menor importância.

É possível observar através da Tabela 4.8 os seguintes resultados genéricos:

- i. A importância atribuída, individualmente, a cada uma das demonstrações financeiras foi posicionada como **Alta** e **Muito alta** por mais de 50% dos inquiridos, com exceção do anexo em que apenas 43% dos inquiridos o considera nestas posições. Na posição de **Alta** e **Muito alta**, o balanço foi considerado por 86%, a demonstração dos resultados por naturezas por 79%, a demonstração de fluxos de caixa por 67%, a demonstração dos resultados por funções por 60% e a demonstração das alterações no capital próprio por 52% dos gestores.
- ii. A posição mais frequentemente assinalada para cada uma das demonstrações financeiras é uma importância **Alta**, com exceção da demonstração dos resultados por naturezas que é mais frequentemente assinalada como **Muito alta**;
- iii. Em termos dos dois maiores graus de importância assinalados em cada uma das demonstrações financeiras, constata-se que, no balanço, na demonstração dos resultados por naturezas e na demonstração de fluxos de caixa predomina uma importância de **Alta** e **Muito alta** e nas restantes demonstrações, demonstração dos resultados por funções, demonstração das alterações no capital próprio e anexo, predomina uma importância de **Alta** e **Moderada**.

- iv. Importante ainda realçar que o anexo é a demonstração financeira que apresenta uma maior frequência de respostas para o grau de **Nenhuma** e **Baixa** importância (12%), seguido, da demonstração de fluxos de caixa (10%), da demonstração das alterações no capital próprio (10%), da demonstração dos resultados por funções (9%) e do balanço (5%).
- v. Observa-se ainda que 14% dos inquiridos não emitiram opinião acerca da importância do anexo enquanto demonstração.

Tabela 4.8 Importância atribuída a cada demonstração financeira

Importância / Demonstração Financeira	Nenhuma		Baixa		Moderada		Alta		Muito alta		Não aplicável		Sem opinião		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Balanço	0	0%	2	5%	3	7%	24	57%	12	29%	0	0%	1	2%	42	100%
Demonstração dos resultados por naturezas	0	0%	0	0%	6	14%	16	38%	17	40%	0	0%	3	7%	42	100%
Demonstração dos resultados por funções	1	2%	3	7%	11	26%	15	36%	10	24%	0	0%	2	5%	42	100%
Demonstração de fluxos de caixa	0	0%	4	10%	8	19%	18	43%	10	24%	0	0%	2	5%	42	100%
Demonstração das alterações no capital próprio	0	0%	4	10%	15	36%	16	38%	6	14%	0	0%	1	2%	42	100%
Anexo	1	2%	4	10%	13	31%	13	31%	5	12%	0	0%	6	14%	42	100%

Com base nas observações acima descritas, é possível concluir, de uma forma muito genérica, que é atribuído um grau de importância muito elevado a todas as demonstrações financeiras, com um grau mais elevado no caso do balanço e da demonstração de resultados por naturezas, em detrimento da informação contida no anexo. Esta constatação, obtida junto dos gestores desta amostra, encontra-se em consonância com os resultados obtidos por Albuquerque *et al.* (2013) no estudo sob a perspetiva dos preparadores da informação financeira em Portugal, os quais concluem, igualmente, que a informação proveniente do balanço e da demonstração dos resultados ocupam a posição de maior utilidade e o anexo a de menor utilidade, em comparação com as restantes demonstrações.

Nos resultados obtidos é possível notar que o anexo, na generalidade, é a demonstração que apresenta menor importância em detrimento de outras demonstrações financeiras (demonstração de fluxos de caixa e demonstração de alterações no capital próprio) consideradas pelo SNC como de menor importância, visto que, em determinados normativos contabilísticos, estas não apresentam um carácter de obrigatoriedade (evidência

obtida igualmente no estudo de Albuquerque *et al.* (2013)). Situação idêntica para a demonstração de resultados por funções que, segundo o SNC, é uma mera demonstração facultativa.

Parece existir alguma evidência entre o grau de utilização e importância conferida às demonstrações financeiras e o nível de complexidade que as mesmas encerram quanto à sua interpretação, pelo que pretendeu-se concluir quanto ao grau de dificuldade atribuído pelos gestores na utilização das demonstrações financeiras.

Conforme Figura 4.5, constata-se que, quase metade dos inquiridos (20 respondentes correspondente a 48% da amostra) demonstram um nível moderado de dificuldade na interpretação da informação contabilística, 19 dos respondentes (46% da amostra) demonstram facilidade na interpretação das demonstrações financeiras e somente 3 dos respondentes (7%) apresentam um nível elevado de dificuldade de interpretação das mesmas.

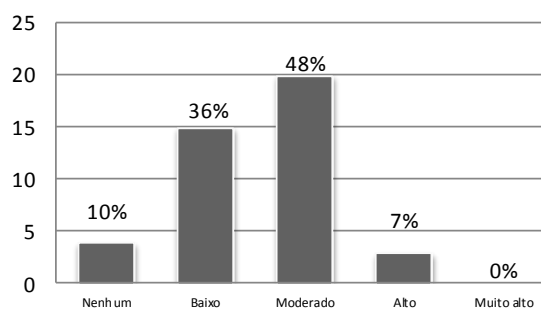


Figura 4.5 Grau de dificuldade atribuído às demonstrações financeiras

É presumível que um gestor que analise com maior periodicidade as demonstrações financeiras atribua um maior grau de importância à utilização das mesmas, pelo que foi solicitado aos gestores indicação acerca da frequência com que analisam as demonstrações financeiras da empresa onde exercem funções de gestão. Com base nas respostas obtidas, observou-se, através da Figura 4.6, que 93% dos gestores das PME inquiridas considera insuficiente a análise anual das demonstrações financeiras, demonstrando a necessidade de uma análise com maior periodicidade, possivelmente, para auxílio na gestão da empresa, sendo que 55% analisa as referidas demonstrações com uma frequência mensal, 26% com uma frequência trimestral e 12% semestralmente.

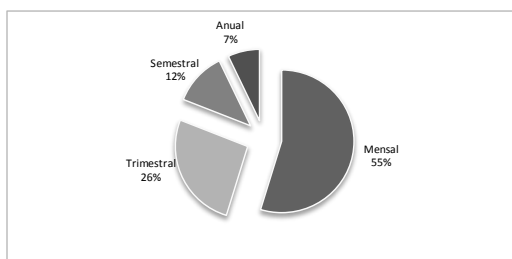


Figura 4.6 Frequência de análise das demonstrações financeiras

A informação contabilística necessita de possuir determinadas características qualitativas, sendo que o parágrafo 24 da EC do SNC define-as como «os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes» (Aviso n.º 15652/2009, 36229), sob pena de, na ausência delas, comprometer a utilidade da informação. O SNC privilegia como principais características qualitativas a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade. Na Tabela 4.9 apresenta-se os resultados acerca da percepção dos gestores quanto à característica qualitativa mais evidente em cada uma das demonstrações financeiras.

Tabela 4.9 Característica qualitativa inerente a cada demonstração financeira

Característica / Demonstração Financeira	Compreensível		Relevante		Fiável		Comparável		Completa		Tempestiva		Sem opinião		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Balanço	1	2%	10	24%	12	29%	10	24%	7	17%	0	0%	2	5%	42	100%
Demonstração dos resultados	0	0%	11	26%	10	24%	14	33%	5	12%	0	0%	2	5%	42	100%
Demonstração de fluxos de caixa	2	5%	13	31%	9	21%	7	17%	5	12%	0	0%	6	14%	42	100%
Demonstração das alterações no capital próprio	5	12%	6	14%	9	21%	12	29%	5	12%	1	2%	4	10%	42	100%
Anexo	4	10%	3	7%	12	29%	7	17%	7	17%	0	0%	9	21%	42	100%

É possível constatar na Tabela 4.9 através dos resultados obtidos qual a característica que melhor caracteriza cada uma das demonstrações financeiras na percepção dos inquiridos:

- i. Para o balanço e para o anexo, a característica que apresenta maior frequência de resposta é a **fiabilidade**, pressupondo-se assim que a informação apresentada nestas demonstrações é isenta de erros materiais e de preconceitos, e, conseqüentemente, de confiança.
- ii. Para a demonstração dos resultados a característica que apresenta maior frequência de resposta é a **comparabilidade**, sendo que a informação prestada nesta

demonstração é importante na avaliação do desempenho da empresa aos longos dos anos e comparativamente com outras empresas. Esta também é a característica predominante para a demonstração das alterações no capital próprio.

- iii. Para a demonstração de fluxos de caixa, a característica que apresenta maior frequência de resposta é a **relevância**, presumindo-se que a informação facultada nesta demonstração tem importância nas decisões tomadas, auxiliando na avaliação dos acontecimentos da empresa (passados, presentes ou futuros) e na correção das avaliações passadas para melhores avaliações futuras.

As características que apresentam maior frequência de resposta para cada umas das demonstrações financeiras coincidem com as principais características mencionadas no SNC, com exceção da característica da compreensibilidade, que nas respostas obtidas não foi considerada, pela maioria, como principal atributo. Observa-se ainda na Tabela 4.9 que a característica da tempestividade, relacionada com a disponibilização de informação em tempo útil para o decisor, na quase totalidade dos inquiridos, não é considerada como um atributo relevante, podendo tal, evidenciar reduzida utilidade da informação contabilística na gestão, na medida em que que informações obtidas em tempo oportuno são essenciais no processo de tomada decisão da empresa.

Sendo o objetivo das demonstrações financeiras o de proporcionar informação que seja útil a um amplo leque de utentes na tomada de decisões económicas, solicitou-se ao inquirido que indicasse na sua ótica a importância atribuída pelos utilizadores das demonstrações financeiras.

De acordo com a Tabela 4.10:

- i. A informação obtida demonstra que, na ótica dos gestores, 79% consideram os mutuantes, 79% consideram a gestão/administração e 76% consideram os investidores, como utentes que atribuem uma importância **Alta** e **Muito alta** às demonstrações financeiras na tomada de decisões económicas, parecendo evidente que estes utilizadores, são considerados pelos gestores, na sua maioria, como principais utentes que atribuem um elevado grau de importância às demonstrações financeiras.

- ii. Relativamente ao governo, 52% dos gestores consideram que as demonstrações financeiras são de importância **Moderada**, 21% de importância **Muito alta** e 19% de importância **Alta**.
- iii. Relativamente aos fornecedores e outros credores, 48% dos gestores consideram as demonstrações financeiras de importância **Moderada**, 29% de importância **Alta** e 17% de importância **Baixa**.
- iv. Por outro lado, ficou demonstrado que, na perspectiva dos gestores, 62% consideram o público, 45% consideram os empregados e 43% consideram os clientes, como utentes que atribuem às demonstrações financeiras **Baixa** ou **Nenhuma** importância.

Tabela 4.10 Importância atribuída a cada utente das demonstrações financeiras

Importância / Utentes	Nenhuma		Baixa		Moderada		Alta		Muito alta		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Investidores	2	5%	3	7%	5	12%	22	52%	10	24%	42	100%
Empregados	7	17%	12	29%	21	50%	2	5%	0	0%	42	100%
Mutantes (ex. Instituições financeiras)	0	0%	1	2%	8	19%	19	45%	14	33%	42	100%
Fornecedores e outros credores	1	2%	7	17%	20	48%	12	29%	2	5%	42	100%
Clientes	5	12%	13	31%	11	26%	12	29%	1	2%	42	100%
Governo (ex. Administração Fiscal)	2	5%	1	2%	22	52%	8	19%	9	21%	42	100%
Gestão / Administração	0	0%	3	7%	6	14%	21	50%	12	29%	42	100%
Público	8	19%	18	43%	13	31%	2	5%	1	2%	42	100%

Ainda com o intuito de avaliar a importância atribuída pelo gestor destas PME à informação financeira, questionou-se, de entre as diversas finalidades das demonstrações financeiras, sobre a importância conferida às mesmas no processo de tomada de decisões operacionais, de investimento, de financiamento e de distribuição de resultados, e sobre a sua importância para outros fins, designadamente, no atendimento às obrigações fiscais, na prestação de contas aos acionistas/sócios da empresa e na satisfação das necessidades informativas de outros utentes.

Com base nas diversas finalidades identificadas no questionário, é possível constatar na Tabela 4.11 que os inquiridos avaliaram as decisões de financiamento como a finalidade com maior relevância, sendo que 83% dos inquiridos atribuíram-lhes importância **Alta** e

Muito alta. As demonstrações financeiras revelam também bastante importância (sendo igualmente atribuídas importância de **Alta** e **Muito alta**) ao nível das decisões de investimento (76%), seguida da prestação de contas aos acionistas/sócios da empresa (69%), das decisões operacionais (67%), das decisões de distribuição de resultados (60%) e igualmente no cumprimento das obrigações fiscais (57%). A satisfação das necessidades informativas de outros utentes, embora não sendo considerada de elevada importância, 50% dos inquiridos atribuem-lhe uma importância **Moderada**.

Tabela 4.11 Importância das demonstrações financeiras para as diversas finalidades

Importância / Finalidades	Nenhuma		Baixa		Moderada		Alta		Muito alta		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Decisões de investimento	0	0%	2	5%	8	19%	22	52%	10	24%	42	100%
Decisões de financiamento	0	0%	1	2%	6	14%	21	50%	14	33%	42	100%
Decisões de distribuição de resultados	0	0%	3	7%	14	33%	20	48%	5	12%	42	100%
Decisões operacionais (gestão corrente da empresa)	1	2%	2	5%	11	26%	22	52%	6	14%	42	100%
Obrigações fiscais	0	0%	2	5%	16	38%	19	45%	5	12%	42	100%
Prestação de contas aos acionistas /sócios da empresa	1	2%	1	2%	11	26%	19	45%	10	24%	42	100%
Satisfação das necessidades informativas de outros utentes	4	10%	9	21%	21	50%	7	17%	1	2%	42	100%

Por último, no âmbito da utilidade conferida pelo gestor à informação contabilística, pretendeu-se inquirir a amostra, no sentido de determinar se, na eventualidade de dispensa de obrigatoriedade de contabilidade organizada, o gestor a consideraria indispensável no contexto da empresa, tendo concluído que a redundante maioria a considera imprescindível e, portanto, poderá depreender-se que o gestor atribui à contabilidade um certo grau de utilidade, conforme demonstrado na Figura 4.7. De uma forma genérica, os resultados obtidos corroboram as evidências obtidas em outros estudos (Miranda *et al.*, 2008; Rosa, 2013; Moreira *et al.*, 2013).

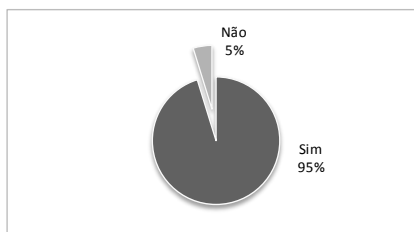


Figura 4.7 Indispensabilidade de contabilidade organizada

4.2 Análise das hipóteses formuladas

Procurando dar resposta às hipóteses formuladas, com o intuito de atingir o primeiro objetivo proposto, esta secção contempla a análise dessas hipóteses com recurso aos quadros gerados através da ferramenta de cálculo *SPSS* que foram devidamente adaptados e incluídos nesta análise.

Com o objetivo de verificar a existência de relação entre a relevância atribuída à informação contabilística e as variáveis relacionadas com a empresa e com o gestor, foram testadas as hipóteses que se seguem.

A primeira hipótese de estudo decompôs-se em três sub-hipóteses:

H1. A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com a dimensão da empresa.

H1.1 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o número médio de colaboradores da empresa.

Considerando que o grau de importância atribuído pelos gestores às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio no processo de tomada de decisão, na generalidade, aglomera-se numa escala de **Alto** e **Muito alto**, conforme observável no Quadro 4.1, não foi possível extrair relações entre o número de colaboradores e a atribuição de um grau de importância **Baixo**, na medida em que a taxa de respostas obtidas para esse grau de importância foi insuficiente. Relativamente a um grau de importância **Alto** e **Muito alto**, é atribuído por 90% das empresas com 50 a 249 colaboradores, por 76% das empresas com 10 a 49 colaboradores e por 57% das empresas com menos de 10 colaboradores, sendo de realçar que as empresas de menor dimensão (menos de 10 colaboradores) nunca atribuem um grau de importância **Muito Alto** (Quadro 4.1).

Quadro 4.1 Importância atribuída às demonstrações financeiras *versus* número de colaboradores

		Q14. Grau importância demonstrações financeiras				Total	
		Baixo	Moderado	Alto	Muito alto		
Q3. Nº colaboradores	< 10	Count	1	2	4	0	7
		% within Q3.	14,3%	28,6%	57,1%	0,0%	100,0%
	< 50	Count	0	6	13	6	25
		% within Q3.	0,0%	24,0%	52,0%	24,0%	100,0%
	< 250	Count	1	0	3	6	10
		% within Q3.	10,0%	0,0%	30,0%	60,0%	100,0%
Total	Count	2	8	20	12	42	
	% within Q3.	4,8%	19,0%	47,6%	28,6%	100,0%	

Face ao exposto, os resultados sugerem que é atribuída uma maior importância às demonstrações financeiras como apoio na gestão em empresas de maior dimensão, em termos de número de colaboradores.

H1.2 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o volume de negócios da empresa.

Os resultados obtidos, conforme Quadro 4.2, denotam a inexistência de relação entre a dimensão das empresas, em termos de volume de negócios, e o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras no apoio à decisão. De uma forma genérica, é possível constatar tal inexistência de relação entre as referidas variáveis, sendo que, nas empresas com volume de negócios inferior a 10 milhões de euros, a maioria atribui um grau de importância **Alto**, nas empresas com volume de negócios entre 10 e 50 milhões de euros, a maioria atribui um grau de importância **Muito Alto**, e nas empresas com um volume superior a 50 milhões de euros, a maioria confere apenas um grau **Moderado**.

Quadro 4.2 Importância atribuída às demonstrações financeiras *versus* volume de negócios

		Q14. Grau importância demonstrações financeiras				Total	
		Baixo	Moderado	Alto	Muito alto		
Q4. Volume negócios	< 2.000.000	Count	0	3	12	3	18
		% within Q4.	0,0%	16,7%	66,7%	16,7%	100,0%
	< 10.000.000	Count	1	2	6	2	11
		% within Q4.	9,1%	18,2%	54,5%	18,2%	100,0%
	< 50.000.000	Count	0	0	1	6	7
		% within Q4.	0,0%	0,0%	14,3%	85,7%	100,0%
	> 50.000.000	Count	1	2	1	1	5
		% within Q4.	20,0%	40,0%	20,0%	20,0%	100,0%
	Desconhece	Count	0	1	0	0	1
		% within Q4.	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	Total	Count	2	8	20	12	42
		% within Q4.	4,8%	19,0%	47,6%	28,6%	100,0%

H1.3 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o total do ativo da empresa.

Os resultados obtidos, conforme Quadro 4.3, denotam inexistência de relação entre a dimensão das empresas, em termos de total de ativo, e o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras no apoio à decisão. Embora, excluindo as empresas com um total de ativo superior a 43 milhões de euros por serem pouco representativas na amostra e por desfasarem os resultados, é possível concluir que a maioria das empresas com um total de ativo inferior a 10 milhões de euros confere um grau de importância **Alto**, enquanto as

empresas com um total de ativo entre 10 e 43 milhões de euros atribuem um grau **Muito Alto**. E que, nenhuma empresa com um total de ativo superior a 10 milhões de euros atribui um grau de importância **Baixo** às demonstrações financeiras. Concluindo, excetuando esta dimensão de empresas (total de ativo superior a 43 milhões de euros), os resultados apontam para uma relação positiva entre o total de ativo e o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras.

Quadro 4.3 Importância atribuída às demonstrações financeiras *versus* total de ativo

			Q14. Grau importância demonstrações financeiras				Total
			Baixo	Moderado	Alto	Muito alto	
Q5. Total ativo	< 2.000.000	Count	1	2	9	3	15
		% within Q5.	6,7%	13,3%	60,0%	20,0%	100,0%
	< 10.000.000	Count	1	3	9	2	15
		% within Q5.	6,7%	20,0%	60,0%	13,3%	100,0%
	< 43.000.000	Count	0	0	0	7	7
		% within Q5.	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
	> 43.000.000	Count	0	2	0	0	2
		% within Q5.	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	Desconhece	Count	0	1	2	0	3
		% within Q5.	0,0%	33,3%	66,7%	0,0%	100,0%
	Total	Count	2	8	20	12	42
		% within Q5.	4,8%	19,0%	47,6%	28,6%	100,0%

Sintetizando, relativamente à hipótese H1, os resultados afiguram-se inconclusivos na existência de relação entre a dimensão da empresa e a importância atribuída às demonstrações financeiras como instrumento de apoio à tomada de decisão. Em termos de volume de negócios e total de ativo, os resultados denotam a inexistência de relação entre a dimensão da empresa e o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras no apoio à decisão, embora restringindo a amostra a empresas com um total de ativo inferior a 43 milhões de euros (limite a partir do qual, a empresa não se enquadra na definição de PME de acordo com a Comissão (2003)), os resultados parecem evidenciar uma relação positiva entre o total de ativo e o grau de importância das demonstrações financeiras. Igualmente, em termos de número de colaboradores (critério principal segundo a Comissão (2003)), os resultados parecem indiciar que as empresas de maior dimensão atribuem uma maior importância às demonstrações financeiras como apoio na gestão. Tendo em consideração que nem todas as sub-hipóteses foram integralmente validadas, a hipótese H1 é rejeitada.

A segunda hipótese de estudo decompôs-se em três sub-hipóteses:

H2. A importância atribuída às demonstrações financeiras está relacionada com os serviços de contabilidade consoante estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.

H2.1 A dimensão da empresa está relacionada com os serviços de contabilidade consoante estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.

Com o objetivo de testar a hipótese formulada, optou-se por definir a dimensão da empresa através do número de colaboradores tendo em consideração que esse é o critério principal segundo a Comissão (2003). Os resultados obtidos demonstram que a maioria das PME inquiridas no presente estudo recorre a serviços externos de contabilidade. Aprofundando a análise, observa-se que as empresas até 50 colaboradores recorrem maioritariamente a contabilistas externos, situação que não se verificou nas empresas com mais colaboradores (Quadro 4.4).

Face ao exposto, os resultados indiciam a existência de relação entre a dimensão da empresa (em termos de número de colaboradores) e o recurso a serviços internos ou externos de contabilidade.

Quadro 4.4 Serviço de contabilidade *versus* Número de colaboradores

		Q11. Serviço contabilidade		Total	
		Interno	Externo		
Q3. Nº colaboradores	< 10	Count	2	5	7
		% within Q3.	28,6%	71,4%	100,0%
	< 50	Count	7	18	25
		% within Q3.	28,0%	72,0%	100,0%
	< 250	Count	5	5	10
		% within Q3.	50,0%	50,0%	100,0%
Total	Count	14	28	42	
	% within Q3.	33,3%	66,7%	100,0%	

H2.2 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com os serviços de contabilidade consoante estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.

Relativamente à possível relação entre o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à decisão, e o tipo de serviço de contabilidade da empresa, não foi possível atingir resultados conclusivos. Embora seja possível constatar que as empresas com serviços de contabilidade integrados na sua estrutura atribuem um

maior grau de importância às demonstrações financeiras, também é este grupo de empresas que atribui um **Baixo** grau de importância às demonstrações financeiras (Quadro 4.5).

Quadro 4.5 Importância atribuída às demonstrações financeiras *versus* serviço de contabilidade

			Q14. Grau importância demonstrações financeiras				Total
			Baixo	Moderado	Alto	Muito alto	
Q11. Serviço contabilidade	Interno	Count	2	0	7	5	14
		% within Q11.	14,3%	0,0%	50,0%	35,7%	100,0%
	Externo	Count	0	8	13	7	28
		% within Q11.	0,0%	28,6%	46,4%	25,0%	100,0%
Total		Count	2	8	20	12	42
		% within Q11.	4,8%	19,0%	47,6%	28,6%	100,0%

H2.3 A importância atribuída às demonstrações financeiras no cumprimento das obrigações fiscais está relacionada com os serviços de contabilidade consoante estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.

Os resultados, conforme demonstrado no Quadro 4.6, sugerem que das empresas que elaboram contabilidade internamente e das empresas que recorrem a serviços externos de contabilidade, aproximadamente 57% de cada um dos grupos, atribui um grau de importância **Alto** e **Muito Alto** às demonstrações financeiras no cumprimento das obrigações fiscais. Embora uma análise mais aprofundada permita observar que as demonstrações financeiras são consideradas como muito importantes no cumprimento das obrigações fiscais por cerca de 18% das empresas que recorrem a serviços externos de contabilidade, contrariamente nenhuma das empresas que elaboram a contabilidade internamente lhe atribui essa extrema importância. Acresce ainda que cerca de 14% das empresas que elaboram a contabilidade internamente atribuem uma importância **Baixa** às demonstrações financeiras para atendimento de obrigações fiscais, contrariamente nenhuma das empresas que recorrem a serviços externos lhe atribui essa insignificante importância.

Assim, os resultados parecem sugerir que o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras para cumprimento das obrigações fiscais é maior quando a empresa recorre a serviços externos de contabilidade, evidenciando que nestas empresas existe uma maior preocupação em dar resposta a obrigações fiscais e legais.

Quadro 4.6 Importância atribuída às demonstrações financeiras no cumprimento obrigações fiscais *versus* serviço de contabilidade

			Q20.5. Importância obrigações fiscais				Total
			Baixa	Moderada	Alta	Muito alta	
Q11. Serviço contabilidade	Interno	Count	2	4	8	0	14
		% within Q11.	14,3%	28,6%	57,1%	0,0%	100,0%
	Externo	Count	0	12	11	5	28
		% within Q11.	0,0%	42,9%	39,3%	17,9%	100,0%
Total	Count	2	16	19	5	42	
	% within Q11.	4,8%	38,1%	45,2%	11,9%	100,0%	

Sintetizando, relativamente à hipótese H2, os resultados afiguram-se inconclusivos. Embora os resultados obtidos indiquem: i) que quanto menor a dimensão da empresa (em termos de número de colaboradores) maior é a probabilidade da mesma recorrer a serviços externos de contabilidade; e ii) que o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras para cumprimento das obrigações fiscais é maior quando a empresa recorre a serviços externos de contabilidade, evidenciando que nestas empresas existe uma maior preocupação em dar resposta a obrigações fiscais e legais. Contudo não foi possível estabelecer uma relação conclusiva entre o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras enquanto instrumento de apoio à decisão e o tipo de serviço de contabilidade da empresa, embora, genericamente, as empresas com serviços de contabilidade integrados na sua estrutura atribuem um maior grau de importância às demonstrações financeiras. De acordo com o exposto, apesar das sub-hipóteses serem parcialmente validadas, não o são na sua íntegra, pelo que a hipótese H2 é rejeitada.

A terceira hipótese de estudo decompôs-se em seis sub-hipóteses:

H3. A importância atribuída às demonstrações financeiras e o grau de dificuldade de interpretação das mesmas estão relacionados com as variáveis do gestor.

H3.1 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com as habilitações literárias do gestor.

No que concerne às habilitações literárias dos inquiridos desta amostra, os resultados não permitiram nenhuma correlação com o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras nem tão pouco estabelecer uma relação entre esse grau de importância e a escolaridade seja ela ao nível do ensino obrigatório ou ao nível académico (Quadro 4.7).

Quadro 4.7 Importância atribuída às demonstrações financeiras *versus* habilitações literárias do gestor

			Q14. Grau importância demonstrações financeiras				Total
			Baixo	Moderado	Alto	Muito alto	
Q8. Habilitações literárias	6º ano	Count	0	1	1	0	2
		% within Q8.	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%
	9º ano	Count	0	0	1	0	1
		% within Q8.	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
	12º ano	Count	0	4	2	1	7
		% within Q8.	0,0%	57,1%	28,6%	14,3%	100,0%
	Licenciatura	Count	0	1	9	9	19
		% within Q8.	0,0%	5,3%	47,4%	47,4%	100,0%
	Pós-graduação	Count	1	1	3	2	7
		% within Q8.	14,3%	14,3%	42,9%	28,6%	100,0%
	Mestrado	Count	0	1	1	0	2
		% within Q8.	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%
	Doutoramento	Count	1	0	3	0	4
		% within Q8.	25,0%	0,0%	75,0%	0,0%	100,0%
Total	Count	2	8	20	12	42	
	% within Q8.	4,8%	19,0%	47,6%	28,6%	100,0%	

H3.2 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com a área de formação do gestor.

No que concerne à formação específica dos gestores da amostra, os resultados não permitiram correlacionar a área de formação com a importância atribuída às demonstrações financeiras. Contudo, os gestores com formação na área de gestão e áreas afins (contabilidade, finanças ou economia) parecem atribuir, com maior predominância, um grau **Alto** e **Muito alto** de importância às demonstrações financeiras para fins de gestão comparativamente aos gestores com formação em outras áreas ou sem formação (Quadro 4.8).

Quadro 4.8 Importância atribuída às demonstrações financeiras *versus* área de formação do gestor

			Q14. Grau importância demonstrações financeiras				Total
			Baixo	Moderado	Alto	Muito alto	
Q9. Área formação	Gestão *	Count	1	1	9	9	20
		% within Q9.	5,0%	5,0%	45,0%	45,0%	100,0%
	Relacionadas c/ atividade	Count	1	6	6	1	14
		% within Q9.	7,1%	42,9%	42,9%	7,1%	100,0%
	Gestão e relacionadas c/atividade *	Count	0	0	1	0	1
		% within Q9.	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
	Gestão e não relacionadas c/ atividade *	Count	0	0	1	2	3
		% within Q9.	0,0%	0,0%	33,3%	66,7%	100,0%
	Gestão e outras *	Count	0	0	1	0	1
		% within Q9.	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
S/ formação	Count	0	1	2	0	3	
	% within Q9.	0,0%	33,3%	66,7%	0,0%	100,0%	
Total	Count	2	8	20	12	42	
	% within Q9.	4,8%	19,0%	47,6%	28,6%	100,0%	

* Formação em Gestão e afins

H3.3 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com a experiência profissional do gestor.

Relativamente à relação entre a experiência profissional adquirida pelo gestor e a importância que atribui às demonstrações financeiras, os resultados não são significativos, porém parece existir uma tendência de crescimento no grau de importância **Alto** e **Muito alto**, à medida em que aumenta a experiência profissional do gestor, conforme se verifica no Quadro 4.9. Esta evidência, contrariamente à literatura, sugere que quanto maior a experiência em gestão, maior a relevância atribuída à informação contabilística.

Quadro 4.9 Importância atribuída às demonstrações financeiras *versus* experiência do gestor

			Q14. Grau importância demonstrações financeiras				Total
			Baixo	Moderado	Alto	Muito alto	
Q10. Experiência profissional	< 5	Count	0	1	2	0	3
		% within Q10.	0,0%	33,3%	66,7%	0,0%	100,0%
	5 - 10	Count	1	3	5	3	12
		% within Q10.	8,3%	25,0%	41,7%	25,0%	100,0%
	11 - 20	Count	1	4	7	6	18
		% within Q10.	5,6%	22,2%	38,9%	33,3%	100,0%
	> 20	Count	0	0	6	3	9
		% within Q10.	0,0%	0,0%	66,7%	33,3%	100,0%
	Total	Count	2	8	20	12	42
		% within Q10.	4,8%	19,0%	47,6%	28,6%	100,0%

H3.4 O grau de dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras está relacionado com as habilitações literárias do gestor.

No que concerne à existência de relação entre as habilitações literárias dos inquiridos e o grau de dificuldade atribuído às demonstrações financeiras, os resultados não são totalmente conclusivos (Quadro 4.10). Contudo foi possível verificar que os gestores com um nível de formação superior atribuem um grau mais baixo de dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras comparativamente com os gestores que não possuem formação académica.

Quadro 4.10 Dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras *versus* habilitações literárias do gestor

			Q15. Grau dificuldade interpretação				Total
			Nenhum	Baixo	Moderado	Alto	
Q8. Habilitações literárias	6º ano	Count	0	0	1	1	2
		% within Q8.	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	100,0%
	9º ano	Count	0	0	1	0	1
		% within Q8.	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
	12º ano	Count	1	1	5	0	7
		% within Q8.	14,3%	14,3%	71,4%	0,0%	100,0%
	Licenciatura	Count	3	7	8	1	19
		% within Q8.	15,8%	36,8%	42,1%	5,3%	100,0%
	Pós-graduação	Count	0	4	3	0	7
		% within Q8.	0,0%	57,1%	42,9%	0,0%	100,0%
	Mestrado	Count	0	1	1	0	2
		% within Q8.	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%
	Doutoramento	Count	0	2	1	1	4
		% within Q8.	0,0%	50,0%	25,0%	25,0%	100,0%
	Total	Count	4	15	20	3	42
		% within Q8.	9,5%	35,7%	47,6%	7,1%	100,0%

H3.5 O grau de dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras está relacionado com a área de formação do gestor.

No que concerne à formação específica dos gestores, os resultados não permitiram correlacionar a área de formação com o grau de dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras. Embora os resultados não permitam identificar claramente, é possível observar através do Quadro 4.11, que os gestores com formação na área de gestão e áreas afins (contabilidade, finanças ou economia) parecem atribuir com maior predominância, **Nenhum** e **Baixo** grau de dificuldade de interpretação comparativamente com os gestores com formação em outras áreas ou sem formação.

Quadro 4.11 Dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras *versus* área de formação do gestor

			Q15. Grau dificuldade interpretação				Total	
			Nenhum	Baixo	Moderado	Alto		
Q9. Área formação	Gestão *	Count	3	7	9	1	20	
		% within Q9.	15,0%	35,0%	45,0%	5,0%	100,0%	
	Relacionadas c/ atividade	Count	1	3	9	1	14	
		% within Q9.	7,1%	21,4%	64,3%	7,1%	100,0%	
	Gestão e relacionadas c/atividade *	Count	0	1	0	0	1	
		% within Q9.	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	Gestão e outras *	Count	0	3	0	0	3	
		% within Q9.	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	S/ formação	Count	0	1	0	0	1	
		% within Q9.	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	Total		Count	4	15	20	3	42
			% within Q9.	9,5%	35,7%	47,6%	7,1%	100,0%

* Formação em Gestão e afins

H3.6 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o facto de o gestor ser ou não proprietário, podendo esta característica do gestor estar associada à sua formação.

De entre as características do gestor, procurou-se estabelecer uma relação entre a importância atribuída às demonstrações financeiras na gestão das empresas e o facto de o gestor ser ou não proprietário. Com base nos resultados do Quadro 4.12, foi possível verificar que os gestores não proprietários concedem um grau superior (**Alto** e **Muito Alto**) de importância às demonstrações financeiras em oposição aos proprietários que acumulam o cargo de gestor. Reforçando esta evidência, é possível também apurar que os gestores não proprietários nunca atribuem um **Baixo** grau de importância às demonstrações financeiras. Neste sentido, os resultados sugerem que a importância atribuída às

demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o facto de o gestor ser ou não proprietário, sendo essa importância superior quando existe separação entre a propriedade e a gestão.

Quadro 4.12 Importância atribuída às demonstrações financeiras *versus* proprietário/gestor

			Q14. Grau importância demonstrações financeiras				Total
			Baixo	Moderado	Alto	Muito alto	
Q6. Cargo / Função	Proprietário e gestor	Count	2	6	14	5	27
		% within Q6.	7,4%	22,2%	51,9%	18,5%	100,0%
	Somente gestor	Count	0	2	6	7	15
		% within Q6.	0,0%	13,3%	40,0%	46,7%	100,0%
Total	Count	2	8	20	12	42	
	% within Q6.	4,8%	19,0%	47,6%	28,6%	100,0%	

O indicador alcançado poderá sugerir uma formação inexistente/inadequada do proprietário que acumula as funções de gestor, pelo que procurou-se identificar a formação dos gestores consoante sejam ou não proprietários.

Observa-se, com base no Quadro 4.13 que, uma parte bastante significativa dos proprietários/gestores inquiridos não possui formação na área de gestão e afins (contabilidade, finanças ou economia) e, em contrapartida, a maioria dos gestores não proprietários é formado em gestão e/ou áreas afins. Assim, a importância concedida à informação contabilística para efeitos de gestão é maior quando existe um gestor específico para a área de gestão do que quando o responsável é o próprio proprietário, cuja evidência parece estar relacionada com a formação, existindo uma maior predominância de formação específica no gestor não proprietário.

Quadro 4.13 Área de formação *versus* proprietário/gestor

			Q9. Área formação					Total	
			Gestão *	Relacionadas c/ atividade	Gestão e relacionadas c/atividade *	Gestão e não relacionadas c/ atividade *	Gestão e outras *		S/ formação
Q6. Cargo / Função	Proprietário e gestor	Count	9	12	1	2	1	2	27
		% within Q6.	33,3%	44,4%	3,7%	7,4%	3,7%	7,4%	100,0%
	Somente gestor	Count	11	2	0	1	0	1	15
		% within Q6.	73,3%	13,3%	0,0%	6,7%	0,0%	6,7%	100,0%
Total	Count	20	14	1	3	1	3	42	
	% within Q6.	47,6%	33,3%	2,4%	7,1%	2,4%	7,1%	100,0%	

* Formação em Gestão e afins

Sintetizando, relativamente à hipótese H3, a mesma não foi validada, não tendo sido possível estabelecer uma relação conclusiva entre a importância atribuída e o grau de

dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras com as variáveis do gestor. Embora, os resultados sugiram que a importância atribuída às demonstrações financeiras para o processo de tomada de decisão é mais elevada quando existe separação entre a propriedade e a gestão, na medida em que os proprietários/gestores nem sempre apresentam adequada formação para desempenharem funções de gestão.

4.3 Conclusões do estudo

Nesta secção serão sintetizadas as conclusões obtidas com base nas análises anteriormente efetuadas.

Na persecução do **primeiro objetivo** definido, que consistiu em identificar a existência de relação entre a relevância atribuída à informação contabilística e as variáveis da empresa e do gestor, e com o intuito de facilitar o alcance do mesmo, foram definidas hipóteses e sub-hipóteses de investigação.

H1. A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com a dimensão da empresa.

Os resultados alcançados não foram totalmente conclusivos na existência de relação entre a dimensão da empresa e a importância atribuída às demonstrações financeiras como instrumento de apoio à tomada de decisão. Classificando a dimensão das empresas em termos de volume de negócios ou do seu total de ativo, não foi possível estabelecer uma relação com o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras no apoio à decisão. Todavia, considerando que o total do ativo é um dos limites para satisfazer a definição de PME segundo a Comissão (2003) e que não deve exceder os 43 milhões de euros, embora tenha de ser conjugado com outros limites, ao omitir da amostra as empresas que excedem esse limite, os resultados sugerem uma relação positiva entre o total de ativo e o grau de importância atribuída às demonstrações financeiras. De forma semelhante, classificando em termos de número de colaboradores, os resultados parecem indicar que as empresas de maior dimensão atribuem uma maior importância às demonstrações financeiras como apoio na gestão.

Embora os resultados não sejam totalmente conclusivos, sugerem alguma relação positiva entre a dimensão da empresa e a importância atribuída às demonstrações financeiras como

apoio à gestão, sendo estes resultados corroborados por estudos empíricos, descritos na revisão da literatura, que demonstram que a informação contabilística para a tomada de decisão revela-se de maior utilidade para as empresas de maior dimensão (Albuquerque *et al.*, 2013; Serrasqueiro e Nunes, 2004; Winborg, 1996).

H2. A importância atribuída às demonstrações financeiras está relacionada com os serviços de contabilidade consoante estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.

Os resultados obtidos indicaram que as empresas com menor dimensão tendem a recorrer a serviços externos de contabilidade, resultado que se encontra de acordo com o estudo de Rosa (2013), e que, recorrendo a esses serviços externos, o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras para cumprimento das obrigações fiscais é maior. Todavia não foi possível estabelecer uma relação conclusiva com o grau de importância atribuído às demonstrações financeiras enquanto instrumento de apoio à decisão, embora, genericamente, as empresas com serviços de contabilidade integrados na sua estrutura atribuam um maior grau de importância às demonstrações financeiras na gestão.

Conquanto os resultados apurados não tenham sido atestados na totalidade, corroboram em parte a literatura que demonstra que nas PME é atribuída uma maior importância e utilização da contabilidade no processo de tomada de decisão quando a contabilidade é elaborada internamente, sendo que, quando a empresa recorre a serviços externos de contabilidade, essencialmente, especializados em aspetos fiscais e legais, a informação contabilística fornecida pode resumir-se ao cumprimento dessas obrigações fiscais, não sendo, portanto, tais informações utilizadas pelos gestores nem as mais apropriadas para suprir as suas necessidades de informação aquando da tomada de decisão (Nunes e Serrasqueiro, 2004; Stroehrer e Freitas, 2006).

H3. A importância atribuída às demonstrações financeiras e o grau de dificuldade de interpretação das mesmas estão relacionados com as variáveis do gestor.

Os resultados obtidos no estudo não permitiram comprovar na íntegra que, a importância atribuída às demonstrações financeiras e o grau de dificuldade de interpretação das mesmas está relacionado com um conjunto de características do gestor. Embora não se possa deixar de constatar que os gestores com formação na área de gestão e áreas afins (contabilidade, finanças ou economia) parecem atribuir com maior predominância, um maior grau de importância às demonstrações financeiras para fins de gestão e um menor grau de

dificuldade de interpretação das mesmas comparativamente aos gestores com formação em outras áreas ou sem formação. Embora os resultados não tenham sido conclusivos, estas últimas constatações parecem estar de acordo com os estudos de Halabi *et al.* (2010), Jaffar *et al.* (2012), Milanés Montero e Texeira Quirós (2006), Moreira (2010), Miranda *et al.* (2008), Serrasqueiro e Nunes (2004) e Winborg (1996) que constataam que os baixos níveis de qualificação dos gestores das PME podem tornar-se num impedimento para a análise e percepção das demonstrações financeiras pela dificuldade de interpretação dessa informação, gerando o desinteresse do gestor na utilização da informação contabilística no processo de tomada de decisão.

Reforçando a literatura identificada, os resultados sugeriram ainda que a importância atribuída às demonstrações financeiras para o processo de tomada de decisão é mais elevada quando existe separação entre a propriedade e a gestão, sendo que os gestores não proprietários dispõem, com maior predominância, de formação específica nas áreas de gestão e afins. Com base neste último resultado, parece ser possível validar, em parte, a hipótese formulada, e corroborar o resultado obtido por Serrasqueiro e Nunes (2004) que demonstram que a importância atribuída à informação contabilística na tomada de decisão é superior quando existe um gestor contratado do que quando é o proprietário a exercer essa função. As autoras sugerem que a evidência obtida poderá estar relacionada com o facto do gestor contratado geralmente possuir habilitações literárias superiores. Neste estudo, a evidência obtida relaciona-se com a área de formação do gestor, assumindo que o gestor contratado possui uma formação mais adequada ao exercício das suas funções.

Alguns estudos sugerem ainda existência de relação entre a experiência do gestor e a importância atribuída à informação contabilística, evidenciando que os gestores com menor experiência em gestão atribuem maior importância à informação contabilística (Serrasqueiro e Nunes, 2004; Winborg, 1996). Contudo neste estudo, e embora os resultados não sejam conclusivos, parece existir uma tendência de crescimento de importância atribuída às demonstrações financeiras à medida que aumenta a experiência profissional do gestor, resultado que não corrobora a literatura.

Na persecução do **segundo objetivo** definido, que consistiu em identificar, na ótica do gestor, a característica qualitativa mais evidente em cada demonstração financeira, e conseqüente, importância e utilidade atribuída a cada uma, constatou-se que a

característica mais evidente: i) para o balanço e para o anexo é a fiabilidade, que pressupõe que os gestores consideram as informações constantes nestas demonstrações isentas de erros e, portanto, de confiança; ii) para a demonstração dos resultados e para a demonstração das alterações no capital próprio é a comparabilidade, que pressupõe que são úteis para avaliar a empresa ano a ano e com outras empresas; e iii) para a demonstração de fluxos de caixa é a relevância, pressupondo que a informação facultada nesta demonstração tem importância no processo de tomada de decisão. Importante ainda realçar que, na generalidade, a característica da compreensibilidade, considerada como principal pela EC do SNC, não foi mencionada como atributo principal nos resultados obtidos, bem como, a característica da tempestividade, que embora não sendo uma característica principal, está relacionada com a disponibilização de informação em tempo útil para o decisor, podendo tal, evidenciar reduzida utilidade da informação contabilística, na medida em que informações obtidas em tempo oportuno são essenciais no processo de tomada de decisão da empresa. Os resultados obtidos neste estudo são semelhantes aos obtidos por Albuquerque *et al.* (2013) que indicam que, no conjunto das demonstrações financeiras, a característica da fiabilidade também é considerada importante em detrimento das características da compreensibilidade, da relevância e da tempestividade.

Na persecução do **terceiro objetivo** definido, que consistiu em identificar, na ótica do gestor, quais os utentes que privilegiam as demonstrações financeiras a fim de satisfazerem as suas diversas necessidades de informação, os resultados sugeriram que os mutuantes e a gestão, seguido dos investidores, são considerados comumente pelos gestores, como os utentes que atribuem um maior grau de importância às demonstrações financeiras. Estudos como Lungo e Alves (2013), Maingot e Zeghal (2006), Collis e Jarvis (2000), Barker e Noonan (1996) e Serrasqueiro e Nunes (2004) também identificam os mutuantes e a gestão como utilizadores privilegiados das demonstrações financeiras. De forma semelhante, Lungo e Alves (2013) também identificam os investidores como um dos principais utilizadores das demonstrações financeiras em Portugal, o que corrobora os resultados deste estudo. A importância atribuída neste estudo aos investidores, poderá estar relacionada com o facto da amostra inquirida ser constituída por PME de Excelência, um segmento destacado de empresas suscetíveis de interesse por parte de investidores.

Estudos como o de Maingot e Zeghal (2006) e Son *et al.* (2006) identificam o estado como principal utente. Todavia, os resultados obtidos neste estudo, apesar de o indicarem como utente importante, não o consideram entre os principais utentes.

Na persecução do **quarto e último objetivo** definido, que consistiu em identificar, na percepção dos gestores, a importância das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão e para outros fins, os resultados obtidos sugeriram que as demonstrações financeiras são úteis, pela seguinte ordem de importância, para decisões de financiamento, para decisões de investimento, para prestação de contas aos acionistas/sócios da empresa, para decisões operacionais, para decisões de distribuição de resultados, para cumprimento das obrigações fiscais e para satisfação das necessidades informativas de outros utentes. Relativamente à importância das demonstrações financeiras no processo de tomada de decisão, observou-se que para os gestores inquiridos as decisões de financiamento e de investimento são mais importantes que as decisões operacionais e de distribuição de resultados, cuja evidência não se encontra na íntegra a corroborar o estudo de Nunes e Serrasqueiro (2004) que constata que as informações contabilísticas são mais importantes na tomada de decisões de investimento e operacionais em detrimento das decisões de financiamento e de distribuição de resultados. As decisões de financiamento, consideradas como a principal utilidade das demonstrações financeiras, reforçam o resultado obtido no objetivo precedente, que também indica como principal utente os mutuantes.

Em termos gerais, observa-se que as empresas da amostra sugerem que as demonstrações financeiras estão mais associadas a necessidades de gestão, considerando-as úteis no auxílio de determinadas decisões, do que ao cumprimento de obrigações fiscais, o que corrobora os estudos de Barker e Noonan (1996) e de Serrasqueiro e Nunes (2004). Na hipótese de dispensa da obrigatoriedade de contabilidade organizada, os gestores consideram-na imprescindível, o que reforça a evidência obtida. Embora alguma literatura identifique a informação contabilística como importante no processo de tomada de decisão, Moneva Abadía e Cuéllar Fernández (1999), Rosa (2013), Stroehrer e Freitas (2006), Maingot e Zeghal (2006), Müllerová *et al.* (2010) e Moreira *et al.* (2013) consideram a informação contabilística mais como um imperativo fiscal do que como uma ferramenta de apoio à tomada de decisão.

Adicionalmente, os gestores consideram todas as demonstrações financeiras relevantes, com maior importância para o balanço e para a demonstração de resultados por naturezas em detrimento da informação contida no anexo, o que corrobora o estudo de Albuquerque *et al.* (2013). Sendo relevante destacar que ao anexo foi atribuída menor importância comparativamente com demonstrações financeiras facultativas ou demonstrações que em determinados normativos não apresentam caráter de obrigatoriedade.

Os gestores consideraram ainda insuficiente a análise anual das demonstrações financeiras, demonstrando a necessidade de análise com maior periodicidade, podendo esta evidência indicar uma maior utilização da informação contábilística para auxílio na gestão da empresa.

5. Conclusões, limitações e perspectivas futuras

Este capítulo apresenta uma síntese da investigação aludindo às principais conclusões, designadamente às obtidas através dos resultados do estudo empírico. Por fim são apresentadas as limitações inerentes ao estudo e sugestões para investigações futuras.

5.1 Conclusões finais

Reconhecendo a importância das PME como o segmento que representa a quase totalidade da estrutura empresarial nacional e a maior fonte potencial de emprego e crescimento, e reconhecendo o contributo da informação contabilística em proporcionar informação útil à tomada de decisões económicas e em satisfazer as necessidades dos seus utentes, este estudo teve como propósito aferir junto dos gestores das PME qual a sua percepção no que concerne à relevância e utilização das demonstrações financeiras.

Os resultados obtidos indicaram que os gestores das PME atribuem maior importância às demonstrações financeiras como instrumento de apoio à gestão: i) em empresas de maior dimensão (em termos de número de colaboradores); ii) quando possuem formação na área de gestão e áreas afins (apresentando, conseqüentemente, menor dificuldade de interpretação); iii) quando aumenta a sua experiência profissional; iv) quando existe separação entre a propriedade e a gestão, na medida em que os gestores enquanto proprietários nem sempre apresentam adequada formação para desempenharem as funções de gestão.

Os resultados obtidos sugeriram que os mutuantes, a gestão e os investidores são considerados, comumente pelos gestores, como os utentes que atribuem um maior grau de importância às demonstrações financeiras. Embora a elaboração das demonstrações também seja importante para fornecer informações à administração fiscal, na generalidade, o estado não é considerado como o utente principal.

Em termos gerais, na ótica dos gestores, os resultados sugeriram que as demonstrações financeiras estão mais associadas à satisfação das necessidades de gestão, considerando-as mais úteis no auxílio de algumas decisões (especialmente, nas decisões de financiamento), do que ao cumprimento de obrigações fiscais, pelo que os gestores excluem a hipótese de

dispensa de contabilidade organizada, na eventualidade da mesma não ser de carácter obrigatório.

A revisão da literatura evidenciada nesta investigação inclui uma série de temáticas relacionadas para melhor entendimento do objeto e do objetivo proposto para este estudo, evidenciando a importância e a utilidade da informação contabilística através de outras investigações. Alguma divergência entre os resultados dessas investigações e os resultados obtidos no presente estudo poderá eventualmente estar relacionada com a amostra do presente se restringir às PME de Excelência, identificadas como um grupo de empresas com desempenhos económico-financeiros e de gestão superiores.

Este estudo, revelando a perceção dos gestores das PME, pretende contribuir para uma reflexão mais profunda no sentido de lançar o debate acerca da importância e da utilidade da informação contabilística e estimular o desenvolvimento de outras investigações, que a nível nacional se apresentam insuficientes.

5.2 Limitações do estudo

Nesta secção serão abordadas as limitações inerentes ao presente estudo, as quais devem ser consideradas aquando da interpretação dos resultados obtidos.

Uma das principais limitações associadas ao estudo foi a amostra selecionada que, constituindo um segmento específico, as PME Excelência, formado a partir de um universo de PME, restrito ao distrito de Lisboa, limita a generalização dos resultados, sendo os mesmos representativos apenas da amostra selecionada. Outra limitação bastante relevante e que afeta a representatividade da amostra foi, não obstante as repetidas solicitações, a reduzida taxa de respostas obtidas, que constitui uma das principais desvantagens do método de recolha de dados selecionado, o inquérito por questionário.

Na elaboração do inquérito, uma das limitações associadas foi a opção por um limitado número de questões na tentativa de assegurar um maior número de respostas (embora, tal não tenha ocorrido), bem como, a opção por questões fechadas que podem restringir a opinião do inquirido não lhe permitindo o julgamento próprio.

No preenchimento do inquérito poderão ter sugerido algumas limitações, designadamente, a ausência de disponibilidade dos respondentes (podendo ter coincido com o fecho de

contas e envio de declarações fiscais), o desinteresse nas respostas e a falta de motivação por desconhecimento do tema abordado, podendo estas duas últimas, afetar a fiabilidade dos resultados através de respostas não verdadeiras e até afetar o número de respostas obtidas.

5.3 Sugestões para possíveis investigações futuras

Considerando o peso das PME na economia e a importância da perceção da informação contabilística como influenciadora do sucesso empresarial, e por último, a escassez de estudos em Portugal, seriam vantajosas mais investigações futuras acerca do tema.

Para propostas de investigações futuras, sugere-se alargar o estudo através do aumento da dimensão da amostra, alargando a área geográfica e não restringindo a um segmento específico, para que o estudo seja mais representativo no universo das PME, ou ainda através de estudos comparativos entre PME que tenham ou não um estatuto representativo e entre PME e grandes empresas, sendo estas alternativas passíveis de ser desenvolvidas de forma mais aprofundada em outros estudos.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Fábio Henrique Ferreira de; QUIRÓS, Joaquín Texeira; JUSTINO, Maria do Rosário - A utilidade da informação financeira: um estudo empírico sob a perspectiva dos preparadores da informação financeira em Portugal. In *Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria. XIV*. Lisboa, 2013.
- ALVES, Maria do Céu Gaspar - A contabilidade nas decisões de gestão dos dirigentes portugueses. *Revista Universo Contábil*. ISSN 1809-3337. 4: 3 (2008) 123-137.
- AMOAKO, Gilbert Kwabena - Accounting Practices of SMEs: A Case Study of Kumasi Metropolis in Ghana. *International Journal of Business and Management*. ISSN 1833-3850. 8: 24 (2013) 73-83.
- AMORIM, Diego Severiano de; SILVA, Antonio Carlos Ribeiro - Gestão estratégica da informação contábil: um enfoque no gerenciamento de micro e pequenas empresas. *Revista da Informação Contábil*. ISSN 1982-3967. 6: 1 (2012) 39-65.
- ANJOS, Luiz Carlos Marques dos; MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, Daniel José Cardoso da - Utilização de informações contábeis em cooperativas: são os contadores necessários? *Revista Ambiente Contábil*. UFRN Natal R.N. ISSN 2176-9036. 3: 1 (2011) 89-105.
- ANJOS, Luiz Carlos Marques dos; MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, Daniel José Cardoso da; FREITAS, Aline Rúbia Ferraz de - Uso da contabilidade para obtenção de financiamento pelas micro e pequenas empresas: um estudo a partir da percepção dos gestores. *Revista Universo Contábil*. FURB, Blumenau. ISSN 1809-3337. 8: 1 (2012) 86-104.
- ANTÃO, Avelino Azevedo; TAVARES, Armando; MARQUES, João Paulo - *Norma Contabilística para as Pequenas Entidades*. [Em linha]. (mar. 2012) 1-30 [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível em http://www.lmfbusiness.com/dupliconta/d-admin/ANEXOS/Sebenta_DIS0812.pdf
- AVISO. *D.R. III Série*. 102 (03-05-93) 7851.
- AVISO n.º 15652/2009. *D.R. 2.ª Série*. 173 (07-09-2009) 36227-36234.
- AVISO n.º 15654/2009. *D.R. 2.ª Série*. 173 (07-09-2009) 36237-36250.
- AVISO n.º 15655/2009. *D.R. 2.ª Série*. 173 (07-09-2009a) 36260-36263.
- AVISO n.º 15655/2009. *D.R. 2.ª Série*. 173 (07-09-2009b) 36263-36265.
- AVISO n.º 6726-A/2011. *D.R. 2ª Série*. 51 (14-03-2011) 12226-(2)-12226-(8).
- BAPTISTA DA COSTA, Carlos; ALVES, Gabriel Correia - *Contabilidade Financeira*. 7.ª ed. Lisboa: Rei dos Livros, 2008. ISBN 978-972-51-1150-5. pp. 37-229.
- BARATA, Alberto da Silva - Contabilidade: evolução e ensino. In *Actas das VI Jornadas de Contabilidade*. Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 1998. pp. 13-42.
- BARKER, Pat; NOONAN, Colette - Small Company Compliance with Accounting Standards: The Irish Situation. *Research Paper Series*. DCU Business School. ISSN 1393-290X. 10 (1996).
- BARROS, Vaine de Magalhães - O novo velho enfoque da informação contábil. *Revista Contabilidade & Finanças*. USP São Paulo. ISSN 1808-057X. 38 (2005) 102-112.
- BELL, Judith - *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 2002. ISBN 972-662-524-6.

- BENTO, Luís Daniel da Silva - Fluxos de caixa em SNC. *Revista TOC*. ISSN 1645-9237. 153 (2012) 50-56.
- BORGES, António; RODRIGUES, José Azevedo; RODRIGUES, José Miguel; RODRIGUES, Rogério - *As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade*. 2.^a ed. Lisboa: Áreas Editora, 2007. ISBN 978-989-8058-19-5. pp. 13-47.
- BORGES, António; RODRIGUES, Azevedo; RODRIGUES, Rogério - *Elementos de Contabilidade Geral*. 25.^a ed. Lisboa: Áreas Editora, 2010. ISBN 978-989-8058-41-6. pp. 27-225.
- BRANDIELLI, Cíntia; BONET, Gilvana; BONET, Giseli; ALMEIDA, Maria do Belém - Contabilidade: ferramenta essencial na gestão das empresas. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná*. Curitiba. ISSN 2318-1761. 145 (2006) 50.
- CARRAPIÇO, Jorge - *Balancete inicial: Procedimentos e regularizações (Parte I)*. [Em linha]. (06-03-2009). [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível em <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/VidaEconomica6MarcoI.pdf>
- CARRAPIÇO, Jorge - *Demonstração de fluxos de caixa*. [Em linha]. (22-04-2013). [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível em <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/jnegocios22abril.pdf>
- CARVALHO, Carla Manuela Teixeira de - A NCRF-PE e as NCRF do SNC: principais diferenças. *Revista TOC*. ISSN 1645-9237. 133 (2011) 30-34.
- CHIAVENATO, Idalberto - *Administração nos Novos Tempos*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004. ISBN 85-352-1443-7. pp. 251-279.
- CIA, Joanília Neide de Sales; SMITH, Marinês Santana Justo - O papel da contabilidade gerencial nas PMEs (pequenas e médias empresas): um estudo nas empresas de calçados de França-SP. In *Congreso Internacional de Costos y Congreso de la Asociación Española de Contabilidad Directiva*. VII, II. León, 2001.
- CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (CIRC) - *Artigo 18.º Periodização do lucro tributável*. [Em linha]. [Consult. 13 abr. 2014]. Disponível em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/CIRC_2R/irc18.htm
- CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (CIRC) - *Artigo 123.º Obrigações contabilísticas das empresas*. [Em linha]. [Consult. 20 fev. 2014]. Disponível em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/CIRC_2R/irc123.htm
- CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS (CSC) - *Artigo 65.º Dever de relatar a gestão e apresentar contas*. [Em linha]. [Consult. 20 dez. 2013]. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=524A0065&nid=524&tab_ela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao=#artigo
- CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS (CSC) - *Artigo 262.º Fiscalização*. [Em linha]. [Consult. 13 out. 2013]. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=524A0262&nid=524&tab_ela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao=#artigo
- COLLIS, Jill; JARVIS, Robin - How owner-managers use accounts. *Centre for Business Performance of the Institute of Chartered Accountants in England & Wales*. Kingston University, 2000.

- COMISSÃO - Recomendação da comissão relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE). *Jornal Oficial da União Europeia*. L 124 (06-05-2003) 36-41.
- COMISSÃO EUROPEIA - *PME em foco: Principais resultados do Observatório das PME Europeias 2002*. EIM Business & Policy Research. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Luxemburgo, 2002. ISBN 92-894-4882-2.
- COMISSÃO EUROPEIA - *Prioridade às PME: A Europa é boa para as PME e as PME são boas para a Europa*. Empresa e Indústria. [Em linha]. (2008a). [Consult. 24 jan. 2014]. Disponível em http://bookshop.europa.eu/pt/prioridade-s-pme-pbNB3008452/downloads/NB-30-08-452-PT-C/NB3008452PTC_002.pdf;pgid=y8dIS7GUWMdSR0EAIMEUUsWb00009o1wCwffq;sid=BfVdhu6KJM9dk78GjuLDIYyvAiZbVUxJeaU=?FileName=NB3008452PTC_002.pdf&SKU=NB3008452PTC_PDF&CatalogueNumber=NB-30-08-452-PT-C
- COMISSÃO EUROPEIA - *Small Business Act for Europe: Report on the results of the open consultation*. [Em linha]. (2008b). [Consult. 24 jan. 2014]. Disponível em http://ec.europa.eu/enterprise/newsroom/cf/getdocument.cfm?doc_id=4073
- COMISSÃO EUROPEIA - *Pensar em grande para as pequenas empresas: O que a UE faz pela PME*. Serviço das Publicações da União Europeia. Luxemburgo, 2011. ISBN 978-92-79-18965-4.
- COMISSÃO EUROPEIA - *A Recovery on the horizon? Annual Report on European SMEs 2012/2013*. [Em linha]. (2013). [Consult. 18 jan. 2014]. Disponível em http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/facts-figures-analysis/performance-review/files/supporting-documents/2013/annual-report-smes-2013_en.pdf
- COSTA, Elsa Marvanejo da - As pequenas entidades no SNC. *Revista TOC*. ISSN 1645-9237. 113 (2009) 56-58.
- CRAVO, Domingos José - *O Regime de pequenas entidades no quadro do SNC*. Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. [Em linha]. (2009). 5-73. [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível em <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/SNC-PequeenasEntidadesDis2509.pdf>
- CUNHA, Carlos Alberto da Silva - *O encerramento anual das contas: Aspectos Contabilísticos Aspectos Fiscais Aspectos Legais e de Gestão*. Lisboa: Rei dos Livros, 1998. ISBN 972-51-0745-4. pp. 17-37.
- CUNHA, Maria José dos - *Investigação Científica: Os passos da Pesquisa Científica no âmbito das Ciências Sociais e Humanas*. Ousadas, 2009. ISBN 978-989-959-13-3-2.
- DECRETO-LEI n.º 79/2003. *D.R. I Série-A*. 95 (23-04-2003) 2571-2575.
- DECRETO-LEI n.º 158/2009. *D.R. I Série*. 133 (13-07-2009) 4375-4384.
- DECRETO-LEI n.º 36-A/2011. *D.R. I.ª Série*. 48 (09-03-2011) 1344-(2)-1344-(11).
- DESPACHO normativo n.º 52/87. *D.R. I Série*. 142 (24-06-87) 2403-2404.
- DESPACHO normativo n.º 38/88. *D.R. I Série*. 126 (31-05-88) 2344-2345.
- DIRETIVA - Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho. *Jornal Oficial da União Europeia*. L 182 (26-06-2013) 19-76.
- DUARTE, Manuela Rebelo; SILVA, José Luís Miguel da; JESUS, Tânia Alves de - SNC e normalização contabilística para as microentidades. *Revista TOC*. ISSN 1645-9237. 145 (2012) 32-34.

- ESTATUTO da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas: Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro.
- GRABLOWSKY, Bernie J.; BURNS, William L. - The application of capital allocation techniques by small business. *Journal of Small Business Management*. ISSN 1540-627X. 18 (1980) 50-59.
- GRENHA, Carlos; CRAVO, Domingos; BAPTISTA, Luís; PONTES, Sérgio - *Anotações ao Sistema de Normalização Contabilística*. Lisboa: CTOC, 2009. ISBN 978-989-95224-5-9.
- GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha - *Em prol da dignificação do “anexo ao balanço e à demonstração dos resultados”*. [Em linha]. (1997). [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível em http://www.infocontab.com.pt/download/DignificacaoAnexo_22.pdf
- GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha - *Contributo para a elaboração do “ABDR”*. [Em linha]. (2004). [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível em <http://www.infocontab.com.pt/download/Contributo%20para%20a%20elaboracao%20do%20ABDR.pdf>
- GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha - O Anexo no SNC: Um bom (mau) TOC vê-se por um bom (mau) Anexo. In *Estudos sobre a Normalização Contabilística em Portugal*. Porto: Vida Económica, 2011a. ISBN 978-972-788-410-0. pp. 217-223.
- GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha - O “balanceamento entre benefício e custo” no SNC. In *Estudos sobre a Normalização Contabilística em Portugal*. Porto: Vida Económica, 2011b. ISBN 978-972-788-410-0. pp. 271-277.
- HALABI, Abdel K.; BARRETT, Rowena; DYT, Robyn - Understanding financial information used to assess small firm performance: An Australian qualitative study. *Qualitative Research in Accounting & Management*. ISSN 1176-6093. 7: 2 (2010) 163-179.
- HILL, Manuela Magalhães; HILL Andrew - *Investigação por questionário*. 2ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2008. ISBN 978-972-618-273-3.
- IAPMEI - Plano Estratégico 2011-2013. [Em linha]. (s.d.) 5-6. [Consult. 22 jan. 2014]. Disponível em http://www.iapmei.pt/resources/download/PE_2011_2013.pdf
- IASB - Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) para Pequenas e Médias Empresas (PMEs). *International Accounting Standards Board*. 2009.
- IASB - Conceptual Framework for Financial Reporting 2010. *International Accounting Standards Board*. 2010.
- IASB - A Guide to the IFRS for SMEs. *International Accounting Standards Board*. 2012.
- IFRS - *IFRS application around the world jurisdictional profile: Portugal*. [Em linha]. (2013). [Consult. 24 jan. 2014]. Disponível em <http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Documents/Jurisdiction-profiles/Portugal-IFRS-Profile.pdf>
- INE - *Evolução do Setor Empresarial em Portugal 2004-2010*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2012. ISBN 978-989-25-0193-2. pp 18-19.
- INE - *Empresas em Portugal 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2013. ISBN 978-989-25-0206-9. pp 18-20.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson - Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças*. USP São Paulo. ISSN 1808-057X. 38 (2005) 7-19.

- JAFFAR, Nahariah; SELAMAT, Zarehan; ISMAIL, Norhazlin; HAMZAH, Hamsatulazura - The Usefulness of the SMEs' Accounting Information. *Journal of Modern Accounting and Auditing*. ISSN 1548-6583. 8: 10 (2012) 1407-1418.
- JOHN, Brian; HEALEAS, Simon - Financial reporting standard for smaller entities: a fundamental or cosmetic change? *Occasional Research Paper*. The Association of Chartered Certified Accountants. ISBN 1 85908 316 1. 30 (2000).
- LEI n.º 20/2010. *D.R. 1.ª Série*, 163 (23-08-2010) 3661.
- LEI n.º 35/2010. *D.R. 1.ª Série*. 171 (02-09-2010) 3857.
- LEI n.º 83-C/2013. *D.R. 1.ª Série*. 253 (31-12-2013) 7056-(115).
- LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra - A dimensão física das pequenas e médias empresas (P.M.E's): à procura de um critério homogeneizador. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo. ISSN 2178-938X. 31: 2 (1991) 53-59.
- LUNGO, Deolinda Isabel Malembe; ALVES, Maria Teresa Venancio Dores - Utilidade da informação financeira na tomada de decisão: a perceção de gestores de PME's de Luanda e de Lisboa. *Revista de Contabilidade e Controladoria*. ISSN 1984-6266. 5: 2 (2013) 107-133.
- MACHADO, José R. Braz - *Contabilidade Financeira: Da Perspectiva da Determinação dos Resultados*. 2ª ed. Mem Martins: Protocontas, 2000. ISBN 972-97932-3-9. pp. 37-254.
- MACKEVICIUS, Jonas; SENKUS, Kastytis - The system of formation and evaluation of the information of cash flows. *Journal of Business Economics and Management*. ISSN 2029-4433. VII: 4 (2006) 171-183.
- MAINGOT, Michael; ZEGHAL, Daniel - Financial Reporting of Small Business Entities in Canada. *Journal of Small Business Management*. ISSN 1540-627X. 44: 4 (2006) 513-530.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria - *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 85-224-3397-6.
- MARTINS, Oscarina Raquel Sampaio - *O endividamento bancário e a qualidade da informação financeira: um estudo para o caso português*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Economia, 2007. Dissertação de mestrado.
- MCMAHON, Richard G. P.; DAVIES, Leslie G. - Financial reporting and analysis practices in small enterprises: their association with growth rate and financial performance. *Journal of Small Business Management*. ISSN 1540-627X. 32: 1 (1994) 9-18.
- MILANÉS MONTERO, Patricia; TEXEIRA QUIRÓS, Joaquín - Evaluación de la utilidad de la información financiera elaborada por la pequeña empresa: un estudio empírico. *Revista de Contabilidad*. ISSN 1138-4891. 9: 17 (2006) 81-98.
- MIRANDA, Luiz Carlos; LIBONATI, Jeronymo José; FREIRE, Deivisson Rattacaso; SATURNINO, Odilon - Demanda por Serviços Contábeis pelos Mercadinhos: são os Contadores Necessários? *Contabilidade Vista & Revista*. ISSN 0103-734X. 19: 1 (2008) 131-151.
- MONEVA ABADÍA, José M.; CUÉLLAR FERNÁNDEZ, Beatriz - Utilidad de la información financiera obligatoria para la gestión: análisis de la pyme española. *Revista de Contabilidad*. ISSN 1138-4891. 2: 4 (1999) 137-159.
- MONTEIRO, Martim Noel - *Pequena história da contabilidade*. 2ª ed. Póvoa de Santo Adrião: Europress, 2004. ISBN 972-559-259-X.
- MOREIRA, António Carrizo - Desafios das PME num contexto de globalização. *Percursos & Ideias Revista Científica do ISCET*. 2ª série: 1 (2009) 43-57.

- MOREIRA, José António C. - O SNC – Sistema de Normalização Contabilística e a qualidade da informação financeira: consequências (esperadas) do uso do justo valor. In AMORIM, José Campos (Coord.). *Sistema de Normalização Contabilística: Jornadas de Contabilidade e Fiscalidade*. Porto: Vida Económica, 2010. ISBN 978-972-788-374-5. pp. 149-182.
- MOREIRA; Rafael de L.; ENCARNAÇÃO, Luana V.; BISPO, Oscar Neto de A.; ANGOTTI, Marcello; COLAUTO, Romualdo D. - A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. UFSC Florianópolis. ISSN 2175-8069. 10: 19 (2013) 119-140.
- MÜLLEROVÁ, Libuše; PASEKOVÁ, Marie; HÝBLOVÁ, Eva - Harmonization of financial reporting of small and medium-sized enterprises in the Czech Republic. *Journal of Modern Accounting and Auditing*. USA. ISSN 1548-6583. 6: 1 (2010) 55-64.
- NEVES, João Carvalho das - *Análise financeira: Técnicas fundamentais*. Lisboa: Texto Editores, 2007. ISBN 978-972-47-2597-0, pp 13-20.
- NUNES, Leonor da C. Ferreira; SERRASQUEIRO, Zélia M^a. da Silva - A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas. *Revista Contabilidade & Finanças*. USP São Paulo. ISSN 1808-057X. 36 (2004) 87-96.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de - *Tratado de Metodologia Científica: Projectos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses*. 2^a ed. São Paulo: Pioneira, 2001. ISBN 85-221-0070-5.
- OLIVEIRA, Helena Maria Santos de; SOUSA, Benjamim Manuel Ferreira de; TEIXEIRA, Alfredo Luís Portocarrero Pinto - O modelo das demonstrações financeiras de acordo com o sistema de normalização contabilística (SNC). *Revista Universo Contábil*. FURB Blumenau. ISSN 1809-3337. 6: 2 (2010) 101-120.
- PORTARIA n.º 986/2009. D.R. 1.^a Série. 173 (07-09-2009) 6006-6029.
- PORTARIA n.º 104/2011. D.R. 1.^a Série. 51 (14-03-2011) 1422-1425.
- PORTARIA n.º 107/2011. D.R. 1.^a Série. 51 (14-03-2011) 1435-1443.
- PORTON, Rosimere Alves de Bona; LONGARAY, André Andrade - Relevância do uso das informações contábeis nos processos decisórios. *Revista Angrad*. 7: 4 (2006) 89-110.
- PORTUGAL, Mário - O balanço no SNC – activo e passivo, corrente e não corrente. *Revista TOC*. ISSN 1645-9237. 120 (2010) 21-24.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van - *Manual de investigação em ciências sociais*. 2.^a ed. Lisboa: Gradiva, 1998. ISBN 978-972-662-275-8.
- RESNIK, Paul - *A Bíblia da Pequena Empresa: Como iniciar com segurança sua pequena empresa e ser muito bem-sucedido*. Editora McGraw-Hill e Makron Books: São Paulo, 1990. ISBN 0-07-460924-6. pp. 1-28; 136-164.
- ROSA, Sérgio de Almeida - *A importância da Informação Financeira nas PME: mensuração do Ativo Fixo Tangível*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2013. Tese doutoral.
- RUSSO, João - *BALANCED SCORECARD para PME*. 3.^a ed. Lousã: Lidel – Edições Técnicas, 2006. ISBN 978-972-757-433-9. pp 109-114.
- SÁ, Antonio Lopes de - *Teoria da Contabilidade*. 2.^a ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999. ISBN 85-224-2311-3. pp. 13-53.
- SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira - *Cálculo amostral: calculadora on-line*. [Em linha]. [Consult. 15 jun. 2014]. Disponível em <http://www.calculoamostral.vai.la>

- SCORTE, Carmen Mihaela; COZMA, Adina; RUS, Luminita - The importance of accounting information in crisis times. *Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica*. ISSN 2344-4975. 1: 11 (2009) 194-200.
- SERRASQUEIRO, Zélia Maria Silva; NUNES, Leonor - A informação Contabilística na tomada de decisão dos empresários e/ou gestores: um estudo sobre pequenas empresas. In *Congresso Contabilidade. X*. Lisboa, 2004.
- SILVA, Amândio; FRANCO, Paula - *A informação empresarial simplificada e as novas demonstrações financeiras*. [Em linha]. (2011). [Consult. 3 nov. 2013]. Disponível em <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/JornalNegocios7Fev.pdf>
- SILVA, Daniel José Cardoso da; MIRANDA; Luiz Carlos; FREIRE, Deivisson Rattacaso; ANJOS, Luiz Carlos Marques dos - Para que Serve a Informação Contábil nas Micro e Pequenas Empresas? *Revista Contemporânea de Contabilidade*. UFSC Florianópolis. ISSN 1807-1821. 1: 13 (2010) 89-106.
- SILVA, Eduardo Sá - *Gestão Financeira: Análise de Fluxos Financeiros*. 3.^a ed. Porto: Vida Económica, 2010. ISBN 978-972-788-336-3. pp 9-59.
- SILVA, Eduardo Sá; MARTINS, Carlos - *Demonstração de Fluxos de Caixa*. Porto: Vida Económica, 2012. ISBN 978-972-788-538-1.
- SILVA, Eduardo Sá - *A Nova Diretiva de Contabilidade: Diretiva 2013/34/EU*. Porto: Vida Económica, 2014. ISBN 978-972-788-902-0.
- SILVA, Gabriel Pereira da - *A percepção de contadores sobre extinção de micro e pequenas empresas: um estudo exploratório em Florianópolis - SC*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Monografia para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.
- SON, Dang Duc; MARRIOTT, Neil; MARRIOTT, Pru - Users' perceptions and uses of financial reports of small and medium companies (SMCs) in transitional economies: Qualitative evidence from Vietnam. *Qualitative Research in Accounting & Management*. ISSN: 1176-6093. 3: 3 (2006) 218-235.
- SOUSA, Maria José; BAPTISTA, Cristina Sales - *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor, 2011. ISBN 978-989-693-001-1.
- STROEHER, Ângela Maria; FREITAS, Henrique - Identificação das necessidades de informações contábeis de pequenas empresas para a tomada de decisão organizacional. In *Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (CONTECSI)*. 3^o. São Paulo: FEA/USP, 2006.
- SZCESNY, José Edison; OLIVEIRA, Maurício Carlos de; SANTOS, Rodrigo José do, SIQUEIRA, Silton Luiz - Contabilidade – uma importante ferramenta para a tomada de decisões. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná*. Curitiba. ISSN 2318-1761. 145 (2006) 49.
- SZÜSTER, Natan; SZÜSTER, Fortunée Rechtman; SZÜSTER, Flávia Rechtman - Contabilidade: atuais desafios e alternativa para seu melhor desempenho. *Revista Contabilidade & Finanças*. USP São Paulo. ISSN 1808-057X. 38 (2005) 20-30.
- TUA PEREDA, Jorge - ¿Necesitamos un marco conceptual?. In *Actas das VI Jornadas de Contabilidade*. Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 1998. pp. 323-360.
- WINBORG, Joakim - *Financial Planning Activity in Small Firms - The Use of Formal Financial Budgets*. Center for Venture Economics Halmstad University. [Em linha]. (1996). [Consult. 1 jul. 2014]. Disponível em <http://sbaer.uca.edu/research/icsb/1996/57.pdf>

APÊNDICE 1: Objetivos e hipóteses de investigação

Objetivo geral	Objetivos específicos	Hipóteses	Sub-hipóteses	Questões (Q)			
<p>Perceção dos gestores das PME acerca da relevância e utilidade das demonstrações financeiras.</p>	<p>Verificar a existência de relação entre a relevância atribuída à informação contabilística e as variáveis relacionadas com a empresa e como o gestor.</p>	<p>H1. A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o número médio de colaboradores da empresa.</p> <p>H1.1 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o volume de negócios da empresa.</p> <p>H1.2 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o total do ativo da empresa.</p> <p>H2. A importância atribuída às demonstrações financeiras está relacionada com os serviços de contabilidade consorte estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.</p> <p>H3. A importância atribuída às demonstrações financeiras no cumprimento das obrigações fiscais está relacionada com os serviços de contabilidade consorte estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.</p> <p>H3.1 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com as habilitações literárias do gestor.</p> <p>H3.2 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com a área de formação do gestor.</p> <p>H3.3 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com a experiência profissional do gestor.</p> <p>H3.4 O grau de dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras está relacionado com as habilitações literárias do gestor.</p> <p>H3.5 O grau de dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras está relacionado com a área de formação do gestor.</p> <p>H3.6 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o facto de o gestor ser ou não proprietário, podendo esta característica do gestor estar associada à sua formação.</p>	<p>H1.1 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o número médio de colaboradores da empresa.</p> <p>H1.2 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o volume de negócios da empresa.</p> <p>H1.3 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o total do ativo da empresa.</p> <p>H2.1 A dimensão da empresa está relacionada com os serviços de contabilidade consorte estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.</p> <p>H2.2 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com os serviços de contabilidade consorte estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.</p> <p>H2.3 A importância atribuída às demonstrações financeiras no cumprimento das obrigações fiscais está relacionada com os serviços de contabilidade consorte estejam ou não incluídos na estrutura interna da empresa.</p> <p>H3.1 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com as habilitações literárias do gestor.</p> <p>H3.2 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com a área de formação do gestor.</p> <p>H3.3 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com a experiência profissional do gestor.</p> <p>H3.4 O grau de dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras está relacionado com as habilitações literárias do gestor.</p> <p>H3.5 O grau de dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras está relacionado com a área de formação do gestor.</p> <p>H3.6 A importância atribuída às demonstrações financeiras, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, está relacionada com o facto de o gestor ser ou não proprietário, podendo esta característica do gestor estar associada à sua formação.</p>	<p>Q3.</p> <p>Q4.</p> <p>Q4.</p> <p>Q5.</p> <p>Q11.</p> <p>Q11.</p> <p>Q11.</p> <p>Q20.5</p> <p>Q4.</p> <p>Q4.</p> <p>Q4.</p> <p>Q4.</p> <p>Q5.</p> <p>Q6.</p> <p>Q18.1 à Q18.5</p> <p>Q19.1 à Q19.8</p> <p>Q20.1 à Q20.7</p>			
				<p>Demonstrar a percepção dos gestores das PME quanto à característica qualitativa mais evidente em cada demonstração financeira, e consequente, importância e utilidade atribuída a cada uma.</p>	<p>Identificar, na perspectiva dos gestores, quais os clientes que maior atenção prestam a cada uma das demonstrações financeiras.</p>	<p>No conjunto da utilidade conferida às demonstrações financeiras, avaliar para que fins a sua utilização tem uma maior predominância.</p>	<p>Q6.</p>

Nota: As questões 17, 18, 19 e 20 apresentadas no inquérito (Apêndice 1) foram desfragmentadas em várias sub-questões, segundo a ordem estabelecida no próprio inquérito, como o inímo de facilitar análises e conclusões.

APÊNDICE 2: Inquérito por questionário

Relevância da informação contabilística nas Pequenas e Médias Empresas (PME)

Garantimos total confidencialidade e anonimato nos dados recolhidos individualmente, sendo os mesmos utilizados para uso exclusivo no âmbito desta dissertação, e os resultados apresentados em termos globais, não se individualizando cada uma das respostas.

*Obrigatório



Caraterização da empresa

1. 1. Setor de atividade *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Indústria (Produção de bens)
- Comércio (Comercialização de bens)
- Prestação de serviços
- Outro

2. 2. Início de atividade *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Mais de 15 anos

3. 3. Número médio de colaboradores (efetivos) *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 10
- Menos de 50
- Menos de 250
- Mais de 250

4. 4. Volume anual de negócios (euros) *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 2.000.000€
- Menos de 10.000.000€
- Menos de 50.000.000€
- Mais de 50.000.000€
- Desconhece

5. 5. Total ativo (euros) *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 2.000.000€
- Menos de 10.000.000€
- Menos de 43.000.000€
- Mais de 43.000.000€
- Desconhece



ISCAL

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

Perfil do inquirido

6. 6. Cargo / Função: *

Marcar apenas uma oval.

- Proprietário e gestor
- Somente gestor

7. 7. Idade: *

Marcar apenas uma oval.

- Até 34 anos
- Entre 35 e 45 anos
- Entre 46 e 54 anos
- Mais de 55 anos

8. 8. Habilitações literárias: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- 2º ciclo do ensino básico (6º ano)
- 3º ciclo do ensino básico (9º ano)
- Ensino secundário (12º ano)
- Licenciatura
- Pós graduação
- Mestrado
- Doutoramento

9. 9. Área de formação:

Marcar tudo o que for aplicável.

- Gestão e áreas relacionadas (ex. Contabilidade, Finanças, Economia)
- Outras áreas relacionadas com a atividade da empresa
- Outras áreas não relacionadas com a atividade da empresa

10. 10. Experiência profissional em funções de gestão semelhantes à desempenhada atualmente: *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 11 e 20 anos
- Mais de 20 anos



Informação contabilística

11. 11. A contabilidade é efetuada: *

Marcar apenas uma oval.

- Internamente (na própria empresa e com recursos próprios)
- Externamente (por entidades externas)

12. **12. A empresa encontra-se abrangida pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) ou pelo Regime da Normalização Contabilística para Microentidades (NCM)?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Desconhece

13. **13. Caso tenha respondido afirmativamente à pergunta anterior, aplica algum dos referidos normativos?**

Caso tenha respondido "Não" ou "Desconhece" ignore esta questão.

Marcar apenas uma oval.

- Sim (NCRF-PE)
 Sim (NCM)
 Não

14. **14. Em sua opinião, qual o grau de importância que atribui às demonstrações financeiras em geral, enquanto instrumento de gestão? ***

As demonstrações financeiras incluem o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração de fluxos de caixa, a Demonstração das alterações no capital próprio e as Notas (vulgo Anexo).

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum
 Baixo
 Moderado
 Alto
 Muito alto

15. **15. Qual o grau de dificuldade que as demonstrações financeiras encerram no que respeita à sua interpretação? ***

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum
 Baixo
 Moderado
 Alto
 Muito alto

16. **16. Com que frequência analisa as demonstrações financeiras da empresa em análise?**

Marcar apenas uma oval.

- Mensalmente
 Trimestralmente
 Semestralmente
 Anualmente

17. 17. Em sua opinião, qual a importância que atribui a cada uma das demonstrações financeiras? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma	Baixa	Moderada	Alta	Muito alta	Não aplicável	Sem opinião
Balanço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração dos resultados por naturezas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstrações dos resultados por funções	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração de fluxos de caixa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração das alterações no capital próprio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Anexo (notas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

18. 18. Em sua opinião, selecione o aspeto que melhor caracteriza cada uma das demonstrações financeiras. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Compreensível	Relevante	Fiável	Comparável	Completa	Tempestiva	Sem opinião
Balanço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração dos resultados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração dos fluxos de caixa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Demonstração das alterações no capital próprio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Anexo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

19. 19. As demonstrações financeiras proporcionam informações a um vasto leque de utentes. Valorize a importância que, em sua opinião, cada um dos utentes atribui às demonstrações financeiras. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma	Baixa	Moderada	Alta	Muita alta
Investidores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Empregados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mutantes (ex. Instituições Financeiras)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fornecedores e outros credores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Clientes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Governo (ex. Administração Fiscal)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gestão/Administração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Público	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20. 20. As demonstrações financeiras apresentam diversas finalidades. Em sua opinião, indique a importância que atribui a cada uma dessas finalidades. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma	Baixa	Moderada	Alta	Muito alta
Decisões de investimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Decisões de financiamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Decisões de distribuição de resultados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Decisões operacionais (gestão corrente da empresa)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Obrigações fiscais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prestação de contas aos acionistas/sócios da empresa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Satisfação das necessidades informativas de outros utentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21. 21. Por último, enquanto gestor, tendo em conta o grau de utilidade da informação contabilística, e pressupondo a não obrigatoriedade de contabilidade organizada, consideraria a mesma indispensável no contexto da empresa? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Obrigada pela sua colaboração.

Com tecnologia

 Google Forms  Google Forms

APÊNDICE 3: *E-mail de apresentação do inquérito*

Exmo(a). Senhor(a) Gestor(a),

O meu nome é Mónica Santos e encontro-me neste momento a desenvolver uma dissertação no âmbito do Mestrado de Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

O objetivo principal deste trabalho é a investigação acerca da importância atribuída pelos gestores à informação contabilística nas pequenas e médias empresas (PME). A realização deste inquérito foi direcionada para um conjunto de PME selecionadas de acordo com a "Lista das PME Excelência 2011" (distrito de Lisboa) disponibilizada pelo IAPMEI.

O inquérito deverá ser preenchido por um elemento com funções de gestão na empresa. É constituído por 3 grupos, os primeiros relativos à caracterização da empresa e do gestor, e o último referente à contabilidade da empresa e à importância que lhe é atribuída. Estima-se que a duração total do preenchimento seja de 5 minutos.

A sua colaboração para este estudo é preciosa para o sucesso do mesmo, pelo que agradeço o seu preenchimento.

Garantimos total confidencialidade e anonimato nos dados recolhidos individualmente, sendo os mesmos utilizados para uso exclusivo no âmbito desta dissertação, e os resultados apresentados em termos globais, não se individualizando cada uma das respostas.

Link de acesso ao inquérito:

https://docs.google.com/forms/d/1SKDm_MLkdBYAx6eVImzk5p9SZ1m1qbmCdvRzMjnwSCQ/viewform

Para qualquer esclarecimento adicional, poderá contactar-me para monicasantos.iscal.ipl@gmail.com

Antecipadamente grata pela sua disponibilidade,

Melhores cumprimentos,

Mónica Santos

